

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

GABRIELA LELES AMARAL

**OS CAMINHOS DO LIVRO PARA O ARQUIVO: a formação dos acervos de
manuais escolares de geografia na Cidade de Goiás (GO)**

Rio de Janeiro

2020

GABRIELA LELES AMARAL

OS CAMINHOS DO LIVRO PARA O ARQUIVO: a formação dos acervos de manuais escolares de geografia na Cidade de Goiás (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.

Rio de Janeiro

2020

CIP - Catalogação na Publicação

AA485c Amaral, Gabriela Leles
Os caminhos do livro para o arquivo: a formação dos acervos de manuais escolares de geografia na Cidade de Goiás (GO) / Gabriela Leles Amaral. -- Rio de Janeiro, 2020.
130 f.

Orientador: Paulo Cesar da Costa Gomes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

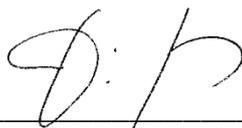
1. História da Geografia. 2. História da Geografia Escolar. 3. Manual Escolar de Geografia. 4. Cidade de Goiás. 5. Arquivo documental. I. Gomes, Paulo Cesar da Costa, orient. II. Título.

GABRIELA LELES AMARAL

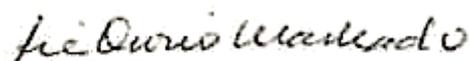
OS CAMINHOS DO LIVRO PARA O ARQUIVO: a formação dos acervos de manuais escolares de geografia na Cidade de Goiás (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 13/ 02/ 2020.



Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar da Costa Gomes (PPGG/UFRJ)



Profa. Dra. Lia Osório Machado (PPGG/UFRJ)



Prof. Dr. Marcos Paulo Ferreira de Góis (IGEO/UFRJ)



Prof. Dr. Sérgio Luiz Nunes Pereira (UFF)

RESUMO

O presente estudo buscou, por meio de uma abordagem geográfica, compreender a constituição dos acervos de manuais escolares de geografia situados nos arquivos de instituições de guarda documental, localizadas na Cidade de Goiás (GO), são elas: o Lyceu de Goyaz, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e o Gabinete Literário. As informações de 84 manuais escolares da disciplina foram situadas espacialmente a fim de resgatar a maneira em que chegaram aos arquivos que os guardam, expondo lógicas espaciais e relações que perpassam o percurso de tais objetos. A partir das noções de “quadro” e “enquadramento” (GOMES, 2017) foram elaboradas as apresentações gráficas da pesquisa que levaram em consideração os princípios de localização, posição e situação dos elementos que compõe o processo de formação dos acervos de manuais de geografia. Inicialmente, abordaram-se os estudos sobre o livro, em geral, e o manual escolar, em particular, como fontes de pesquisa no âmbito da geografia do livro e da história da geografia escolar, delimitando a dimensão das análises empreendidas em tais campos e indicando como a presente investigação se aproxima e se diferencia do que já foi feito. Nos dois seguimentos as análises sobre ou a partir do livro, em grande parte, conduzem os estudos por meio de unidades, verticalizando a análise de um tema, um conteúdo específico, uma ideia, uma obra, edição editorial ou conjunto de obras de um autor, e a partir dos seus conteúdos. Assim, o livro é destacado do seu lugar de guarda, em geral num arquivo documental. Na sequência, analisou-se geograficamente a constituição dos acervos das instituições de guarda na qual ocorreram a busca pelos manuais de geografia. Na medida em que os conjuntos de livros escolares da disciplina compõem o acervo geral de tais instituições fez-se necessário investigar a maneira em que se deu a formação do arquivo desses lugares e verificar quais as pistas que poderiam ser apreendidas para a investigação dos conjuntos de livros. Observou-se que estes se constituíram na mobilidade, conforme o arquivo se movia por diferentes lugares, onde materiais foram agregados e subtraídos. Os deslocamentos, por sua vez, foram promovidos por agentes vinculados à Igreja Católica, à política local e às famílias que compunham uma elite cultural, intelectual e política da cidade, no início do século XX. Por fim, realizou-se a reconstituição das trajetórias dos manuais escolares de geografia que compõem tais arquivos. Conclui-se que os acervos de manuais escolares de geografia que compõem os acervos da Cidade de Goiás (GO) são, em grande parte, fruto do agenciamento das famílias vilaboenses que constituem conjuntos personalizados dos seus familiares.

Palavras-chave: manual escolar de geografia; instituição de guarda; arquivo documental; Cidade de Goiás; história da geografia escolar.

ABSTRACT

The present study aims to understand the formation of geography textbooks sets kept under the custody of some guard institutions archives located in Goiás' city (GO), whereby a geographical approach. Precisely, those institutions are: Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi and Gabinete Literário Goyano. The data from 84 geography textbooks were spatially situated in order to figure out the way in which they arrived at the archives that keep them in current days, exposing spatial logics and associations that permeate the pathway of such objects. From "frame" and "framing" concepts, by Gomes (2017), we elaborated visual presentations which took into account the principles of location, position and situation of the elements that make up into the formation of geography textbooks process. First we brought into discussion studies about book, by the scope of Geography of the Book and textbooks, by the main debates around History of School Geography in Brazil, delimiting the dimension of the analyzes undertaken in such fields and indicating how the present study its related with them. In both fields the analyzes on or from the book mostly conduct their investigations based on units, refer the analysis from the matters of a theme, a specific topic, an idea, a book, a book's edition or sets of works by an author. Thus, the book is detached from its place of guard, generally in an archive. Afterward, as the geography textbooks sets were in the general archive of such institutions we investigated the way in which the archives of these sites were formed, whereby a geographical approach, to notice evidences which could be used to the investigation about the geography textbooks. It was observed that these archives were constituted as the file moved to different places, in mobility, where materials were added and lost. Displacements were promoted by agents related to the Catholic Church, local politics and families that compose a cultural, intellectual and political elite of the city, in the beginning of the 20th century. In the last chapter we traced the pathways of the geography textbooks found at the archives in Goiás' city (GO). It was noticed that most of the geography textbooks sets stored in the archives are where they are because of the intermediation of local families called "vilaboenses", who personalized sets of their own relatives to keep them at these guard institutions in Goiás' city (GO).

Key-words: geography textbooks; guard institution; documental archive; Goiás' city; history of school geography.

Com amor, aos meus pais que acreditaram em mim e me ajudaram a tornar realidade as minhas aspirações profissionais.

AGRADECIMENTOS

A finalização desse trabalho suscita em mim um misto de alegria e alívio, somados à uma sensação de dever cumprido e de fechamento de uma etapa imensamente formativa. É o fim do início de um processo de aprendizado distante dos meus lugares de formação inicial, longe da minha cidade, família, amigos e da Universidade Federal de Goiás, instituição que me formou desde o ensino básico.

Os últimos dois anos foram de adaptação e ajuste ao Rio de Janeiro, uma cidade estranha e, também por isso, encantadora, à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ao Grupo de Pesquisas Território e Cidadania. Foram anos de criar novas relações, de conhecer e estabelecer vínculos com os meus orientadores, Paulo Cesar da Costa Gomes e Leticia Parente Ribeiro, a quem devo agradecimentos especiais por terem sido sempre muito acessíveis, atenciosos, gentis e generosos comigo. Agradeço muito aos dois por terem aceitado me orientar, mesmo sem algum contato prévio ou indicações por terceiros. Por terem sido compreensivos diante das minhas dificuldades e limitações, sempre me incentivando e orientando na melhor maneira de superá-las. Com eles eu aprendi (e aprendo) muito! Fico feliz por, hoje, ter uma agradável e boa relação com ambos, espero que os últimos dois anos tenham sido somente os primeiros de muitos que estão por vir.

Por falar em novas relações, eu não poderia deixar de reconhecer aqui a importância dos queridos integrantes do Grupo de Pesquisas Território e Cidadania que tornaram as minhas terças-feiras dias de muito aprendizado e alegria. Um grupo que me acolheu, que se tornou para mim um laboratório de novas experiências, de pesquisas originais e pessoas diferentes, dispostas a trabalhar e aprender uns com os outros.

Por isso, agradeço enormemente aos mais próximos, Igor Campos, pela amizade e carinho, e ao Rafael Gomes, pelo acolhimento, boa vontade, dedicação e empenho nas inúmeras vezes que o procurei pedindo ajuda. Ao Marcos Góis, pelos cafés, disponibilidade e sensibilidade na escuta. Aos colegas pós-graduandos, André Félix, Lohanne Ferreira, Thomaz Leite e Renato Frias, pelos papos e dicas sobre concursos, processos seletivos, pesquisas, trabalhos de campo e outros tantos assuntos que permeiam esse ambiente. Aos recém-

ingressos no mestrado, Beatriz Dettmann e Leonardo Lório, por terem compartilhado comigo as angústias do último ano, em meio ao processo seletivo do doutorado e finalização do mestrado. E por fim, aos moços e moças que estão iniciando a jornada na pesquisa em Geografia, Júlia Valentin, Clara de Aquino, Bernardo Albernaz e João Bragança, por terem me permitido aprender e colaborar com os seus projetos e pesquisas de iniciação científica. Em especial, agradeço à Lívia Simões, a primeira aluna que pude acompanhar mais de perto e que me permitiu dar alguns palpites e ajudar na finalização do seu trabalho de conclusão de curso.

Ainda falando em novas relações agradeço, também, aos colegas de pós-graduação, Luíz Felipe Guaycuru e Rafaella Niemann, pela amizade. Reconheço, sobretudo, o carinho e a acolhida da minha amiga Camila Zenke, que se fez presente e comemorou comigo as pequenas vitórias do dia-a-dia.

Fundamentalmente, agradeço ao meu querido, grande amigo e colega de apartamento, Marcos Rosa, ao qual tenho enorme gratidão por ter sido tão generoso desde a minha chegada no Rio. Por ter me recebido, acolhido e compartilhado uma casa que, hoje, eu posso chamar de lar. Meu lar carioca é tijucano! Mal sabia eu que, ao morar na Tijuca, uma série de comportamentos me seriam apontados e como em um passe de mágica me tornariam tijucana, com todos o ônus e nenhum bônus que o título acaba por suscitar.

Agradeço à minha ex-orientadora, Ana Cristina da Silva, professora no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), na UFG, por ter me apoiado e incentivado quando eu pedi a ela que me ajudasse a encontrar outro lugar pra continuar minha formação. Por meio dela tive os primeiros contatos com trechos de uma história da geografia e do pensamento geográfico, ao longo da disciplina Teoria e Metodologia da Geografia ministrada pela mesma no curso de graduação em Geografia na UFG, e me afeiçoei ao campo. Ana indicou alguns caminhos pelos quais eu poderia aliar minha experiência com o ensino da disciplina e a pesquisa histórica em Geografia, com ela eu tive contato com muitas histórias escolares e geográficas que permeavam o ambiente da Cidade de Goiás, que me sensibilizaram e tornaram-me uma profissional melhor e mais séria.

Ao final da minha graduação, Ana e eu sabíamos que meu tempo na UFG já estava saturado, que era necessário tomar novos ares, conhecer outros

espaços, pessoas e aprender em outro lugar. Foi por meio dela que conheci o livro *Geografia e Modernidade* (GOMES, 1996) que, em certa medida, me apresentou o trabalho do Paulo, além de ter viabilizado algumas palestras dele em Goiânia, em 2016, quando pude ouvir pela primeira vez suas ideias.

À Fátima Cançado, arquivista da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e do Lyceu de Goyaz, e ao Rafael Fleury, presidente do Gabinete Literário Goyano, agradeço a disponibilidade em compartilhar comigo as histórias dessas instituições e por terem acompanhado e colaborado com a execução da pesquisa, na medida do possível. Ao Hostel, Casa e Circo Rosinha do Brejo, na figura do amigo Saracura, que acolheu eu, minha mãe e os manuais de geografia durante o trabalho com o acervo do Gabinete Literário Goyano.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), agências de fomento que financiaram as bolsas de mestrado que viabilizaram a minha permanência no Rio e no mestrado ao longo dos 24 meses de curso.

Ao professor Eduardo Maia (PPGG/UFRJ), agradeço pelas contribuições no momento do exame de qualificação. Ao professor Sérgio Nunes Pereira (UFF), dedico especiais agradecimentos por ter se disponibilizado a contribuir com o desenvolvimento da pesquisa no momento da qualificação do trabalho e por poder estar presente na avaliação final. Agradeço, também, a professora Lia Osorio Machado (PPGG/UFRJ) que gentilmente aceitou compor a banca de defesa da dissertação.

Aos meus pais, agradeço pelo apoio incondicional na realização desse projeto de vida e por compreenderem a minha ausência e distância. Por terem subsidiado materialmente o meu conforto no Rio e tornado possível a conclusão desse trabalho. Em especial, agradeço a minha mãe que esteve comigo em algumas atividades de campo na Cidade de Goiás. Dispondo-se a trabalhar nessa empreitada, carregando caixas e mais caixas de livros de um lugar ao outro, por virar madrugadas anotando os dados de tantos manuais, lidando com a poeira, o peso dos livros, as dores no corpo e o cansaço. Sem ela eu não teria conseguido compilar as informações dos materiais a tempo e nada disso teria sido possível.

Agradeço, por fim, a Carol e a Isabela pela irmandade e aos meus sobrinhos, Davi e Guilherme, por serem luz na minha vida.

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
Figura 1 - Faixada e pátio do prédio do Colégio Lyceu de Goyaz.	55
Figura 2 - Termo de exame final de Geographia, Chorographia do Brasil e Elementos de Cosmographia, do Lyceu de Goyaz, de 22 de dezembro de 1923.	57
Figura 3 - Página do “ <i>Curso Elementar de Geographia Atlas</i> ”, de ex-aluna do Lyceu de Goyaz.	58
Figura 4 - Sala de tratamento de documentos.	59
Figura 5 - Salas de estudo com documentos higienizados e catalogados (a esquerda) e armazenamento de documentos sem tratamento e catalogação (a direita).	60
Figura 6 - Documentos oficiais contaminados.	61
Figura 7 - Entrada do salão do Gabinete Literário Goyano.	62
Figura 8 - Área interna do Gabinete Literário Goyano.	63
Figura 9 - Percurso dos arquivos das instituições de guarda da Cidade de Goiás (1846-2019)	69
Figura 10 - Carimbos incorporados aos livros didáticos de geografia.	77
Figura 11 - Assinaturas incorporadas aos livros didáticos de geografia.	78
Figura 12 - Dados paratextuais e impressos dos livros didáticos de geografia.	79
Figura 13 - Etiquetas de livrarias incorporadas aos livros didáticos de geografia.	80
Figura 14 - Lugares de produção: cidades e editoras de publicação dos manuais escolares de geografia (1864-1934).	85
Figura 15 - Os lugares de passagem: cidades e livrarias.	87
Figura 16 - Percurso dos manuais escolares de geografia: produção, passagem e recepção.	88

LISTA DE SIGLAS

AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
COG	Colégio Oficial de Goiás
CPII	Colégio Pedro II
IEG	Instituto de Educação de Goiás
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OVAT	Organização Vilaboense de Artes e Tradições
SPHAN	Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SS	Science Studies
UFG	Universidade Federal de Goiás
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – OS LUGARES DO LIVRO NA GEOGRAFIA: ABORDAGENS NA GEOGRAFIA DO LIVRO E NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR	18
1.2 Geografia do livro: delineamento de um campo e abordagens do seu objeto	22
1.2 História da geografia escolar: o manual escolar como fonte de pesquisa	31
CAPÍTULO 2 – AS GEOGRAFIAS DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DA CIDADE DE GOIÁS (GO)	48
2.1 Lugares para os arquivos: espaços de pesquisa, guarda, conservação, saber e memória	49
2.2 Instituições de guarda de memória na Cidade de Goiás (GO): Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano ..	53
2.3 Os caminhos dos arquivos: os percursos dos acervos documentais da Cidade de Goiás (GO)	65
CAPÍTULO 3 – “INTERAÇÕES EM TELA”: OS DESLOCAMENTOS DOS MANUAIS ESCOLARES DE GEOGRAFIA	75
3.1 Dos indícios dos livros à concepção de esquemas geográficos	76
3.2 Da produção de livros à constituição dos conjuntos de manuais de geografia nos acervos da Cidade de Goiás (GO)	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	107
APÊNDICES	109

INTRODUÇÃO

Os rudimentos dessa pesquisa começaram a se desenhar ao longo do desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia (AMARAL, 2017). Em um dos trabalhos realizados em um dos acervos que, até aquele momento, permanecia interdito, foi encontrado o livro *Lições de Geographia Descritiva* (1929), escrito por Alcide Celso Ramos Jubé, um professor de geografia do Lyceu de Goyaz que dava o nome a única escola estadual da cidade de Goiás.

Aquele “achado” suscitou uma curiosidade imensa sobre esse personagem e sua obra, e motivou a escrita de um primeiro anteprojeto de dissertação. Contudo, logo no início do curso foram encontradas muitas dificuldades para encontrar fontes materiais que pudessem subsidiar a investigação. Instituições fechadas, escolas da cidade que não liberavam a entrada no acervo, famílias que permitiam o acesso limitado ao material, sob supervisão constante, e a falta de informação sobre o paradeiro dos documentos relativo às escolas da cidade foram alguns dos obstáculos.

Diante dessa situação, a dimensão da pesquisa foi ampliada na intenção de recobrir o material que havia sido encontrado até então, e a preocupação passou a ser a compreensão da maneira em que os fluxos de manuais escolares de geografia e seus professores haviam colaborado no desenvolvimento da disciplina em Goiás (GO). Um propósito um tanto quanto amplo e nebuloso por algumas razões. Dentre elas, destaca-se a dúvida quanto o que seria ao certo a “constituição de uma disciplina escolar”. Na intenção de compreender como os pesquisadores desse campo na geografia resolviam (ou não) tal questão foram consultados alguns trabalhos, como os de Albuquerque (2011; 2014), Vlach (1988), Maia (2014), Rocha (1996; 1998; 2014), Silva (2012) e Pereira (2009). Percebeu-se que, em grande parte, essas pesquisas se fundamentavam em autores orientados pelo campo da história da educação e das disciplinas escolares, tais como Chervel (1990) e Goodson (1990).

Os argumentos desses autores reiteram a relevância de se buscar nas instituições escolares e nos objetos oriundos desses espaços, os subsídios para investigações que busquem compreender historicamente a escola e os fenômenos relacionados à instituição escolar, seja a escolarização, os saberes

escolares, as práticas pedagógicas etc (CHERVEL, 1990). Alegam que as disciplinas escolares dispõem de certa autonomia na constituição dos seus saberes e práticas, por isso, estas não seriam simplificações das suas correspondentes acadêmicas e, assim, a escola e o sistema por ela mobilizado deveriam ser fontes de preocupação do pesquisador da educação e de disciplinas escolares (GOODSON, 1990).

No que diz respeito às disciplinas escolares, especificamente, tais premissas dão o privilégio ao conteúdo e as práticas de ensino das mesmas, a fim de compreender a formação teórica de seus saberes e de que maneira eram planejados, ensinados e aprendidos. Contudo, nesse ponto do andamento do presente estudo, as fontes se resumiam aos documentos administrativos das escolas secundárias da cidade de Goiás (GO), a relação dos professores de geografia do Lyceu de Goyaz e da Eschola Normal Official e alguns manuais escolares de geografia, sendo que o acervo de uma das instituições escolares da cidade nem sequer foi encontrado ao longo desses dois anos de mestrado. Além da dificuldade no acesso às fontes, um incômodo pairava sobre os trabalhos lidos até aquele momento, visto que tais abordagens não se preocupavam, necessariamente, com a geograficidade dos processos que poderiam (ou não) envolver a construção dos saberes e práticas de uma disciplina escolar. No entanto, para nós, pensar geograficamente o fenômeno era uma questão fundamental, na medida em que essa investigação se situa no âmbito da Geografia, e não da História ou da Educação.

Considerando os problemas elencados, foi dada continuidade na busca por fontes para a pesquisa a fim de subsidiá-la e de, então, delimitar recortes mais precisos e coerentes com uma abordagem geográfica. Nesse sentido, optamos por persistir na localização de mais manuais escolares de geografia, na medida em que estes se apresentaram como objetos mais fáceis de se encontrar em meio a toda a dificuldade de acesso aos materiais sobre a geografia como disciplina escolar em Goiás (GO). Nessa procura, conseguimos o acesso ao acervo do Gabinete Literário Goyano onde estavam depositadas as obras que compunham o conjunto da biblioteca pessoal do professor Alcíde Jubé. Esse último “achado” ampliou consideravelmente o material para a pesquisa e possibilitou a delimitação final da investigação.

As dificuldades de acesso às fontes a respeito do ensino em Goiás (GO), em geral, e, especificamente, a localização dos manuais escolares de geografia, suscitaram perguntas que delinearão a presente pesquisa. Afinal, como esses manuais chegaram às instituições que hoje os guardam? De onde eles vieram? Como os acervos de manuais de geografia foram formados? Assim, a constituição dos conjuntos de manuais escolares de geografia encontrados nos arquivos da cidade de Goiás (GO) se tornou a questão principal da pesquisa que, por sua vez, buscou compreender tal fenômeno por meio de uma abordagem geográfica.

Compreendemos como abordagem geográfica aquelas que se preocupam em perceber a ordem espacial dos fenômenos no mundo (GOMES, P., 1996; 2006; 2017). Dessa forma, nos preocupamos em situar espacialmente as informações sobre os manuais escolares de geografia, localizados nos acervos de Goiás (GO), buscando resgatar a maneira na qual chegaram aos arquivos, expondo, assim, lógicas espaciais e relações que perpassaram o percurso de tais objetos.

Para tal, as noções de “quadro” e “enquadramento” (GOMES, 2017) foram úteis na medida em que se configuraram, assim como propõe o autor, em instrumentos do pensar geográfico. Tais noções fundamentaram a elaboração das apresentações gráficas da pesquisa que levaram em consideração os princípios de localização, posição e situação dos elementos que compõe o processo de formação dos acervos de manuais de geografia.

Os resultados dos percursos realizados nesse estudo foram conduzidos em três capítulos. No primeiro capítulo, estruturado em duas sessões, discute-se as abordagens utilizadas nos estudos sobre o livro, em geral, e o manual escolar, em particular, como fontes de pesquisa no âmbito das investigações na Geografia. Abordamos, especificamente, a geografia do livro e a história da geografia escolar, delimitando a dimensão das análises empreendidas em tais campos e indicando como a presente investigação se aproxima e se diferencia das pesquisas que se utilizaram do manual escolar da disciplina.

No segundo capítulo, organizado em três sessões, encaminha-se uma análise geográfica da constituição dos acervos das três instituições de guarda nas quais ocorreram as buscas pelos manuais de geografia, são elas: Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano, todas

localizadas na cidade de Goiás (GO). Consideramos que, na medida em que os conjuntos de livros escolares da disciplina compõem o acervo geral de tais instituições, era necessário investigar a maneira em que se deu a formação do arquivo desses lugares e verificar quais as pistas que poderiam ser apreendidas a fim de se contribuir na investigação dos conjuntos de livros.

No terceiro e último capítulo, articulado em duas sessões, realiza-se a reconstituição das trajetórias dos manuais escolares de geografia que compõem o arquivo das instituições descritas no capítulo anterior. Foram considerados livros escolares aqueles que apresentaram vestígio de passagem em uma escola, indicação impressa para uso em instituições de ensino e/ou por possuir sinais de uso escolar. Dessa forma, 84 itens foram concebidos como manuais escolares de geografia e seus dados compuseram o arsenal da pesquisa. As informações captadas foram organizadas em esquemas geográficos que se configuraram como instrumentos descritivos da análise. Estes foram elaborados a partir de categorias formuladas com base nos traços dos manuais que diziam respeito aos pontos que tais objetos percorreram até a chegada nos acervos, os lugares de “produção”, “passagem”, “recepção” e, por fim, “guarda”.

As discussões e os resultados apresentados ao longo dessa dissertação são, em grande parte, produto dos limites e possibilidades que as fontes permitiram que são explorados nas Considerações Finais desse trabalho, onde, também, são levantadas questões acerca da temática e do próprio estudo.

CAPÍTULO 1 – OS LUGARES DO LIVRO NA GEOGRAFIA: ABORDAGENS NA GEOGRAFIA DO LIVRO E NA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA ESCOLAR

Neste capítulo busca-se refletir sobre as abordagens aplicadas ao livro, em geral, e ao manual escolar, em particular, como fontes de pesquisa no âmbito da geografia do livro e da história da geografia escolar, respectivamente, dois campos na Geografia que se utilizam desse tipo de material em suas investigações. A ideia é evidenciar o livro em sua dimensão material, como objeto físico, concreto, materializado no espaço e que compõe um sistema de ações e de objetos, tal como indica Santos (2017).

Dessa forma, buscou-se apresentar que a geografia comporta métodos e metodologias para uma análise propriamente geográfica do livro, que valoriza as dimensões materiais do objeto. Por sua vez, essa perspectiva tem sido negligenciada nos estudos históricos da geografia escolar, que tem se utilizado do manual como fonte documental para compreender as trajetórias da disciplina. Propõem-se que a valorização da dimensão material e histórica do livro escolar e sua análise, a partir de uma perspectiva geográfica, pode fornecer elementos para a discussão no âmbito da história da geografia escolar.

Ao longo desse capítulo, procurou-se descrever as abordagens do livro e do manual escolar na geografia do livro e na história da geografia escolar. Apontando, assim, os limites das análises empreendidas, elucidando como elas se aproximam, se diferenciam e as possibilidades de intercâmbio de ideias, práticas e perspectivas teórico-metodológicas. Considera-se que tal encaminhamento se justifica, também, pela necessidade em demarcar em que medida e de qual maneira a presente pesquisa se aproxima e se diferencia do que foi realizado anteriormente.

A geografia do livro se configura como um campo de pesquisa tributário da história e geografia das ciências. No âmbito dos estudos no campo da história das ciências Figueirôa (2012; 2014) foi uma das autoras que, no Brasil, buscou discutir a materialidade dos objetos científicos e as possibilidades de estudo das ciências a partir da análise dos seus objetos. Em seu trabalho sobre as instituições científicas e as formas de institucionalização do saber (FIGUEIRÔA, 2012), a autora expõe uma preocupação acerca da construção da história das ciências no Brasil. Pois, as pesquisas costumavam priorizar a história das ideias

e de grandes gênios que as conceberam, em detrimento de análises que buscassem compreender a constituição das ciências por meio de seus objetos que, por sua vez, podem envolver determinadas práticas científicas. Para Figueirôa (2014), os objetos científicos são artefatos que, se compreendidos como fontes que tinham determinado uso e circulação, podem apresentar elementos de conexão entre contextos diversos e permitir análises multifocalizadas e interconectadas voltadas a compreensão da história das ciências.

No que diz respeito às discussões no campo da geografia, Livingstone (1995; 2003; 2005) propõe uma geografia da ciência. Em que os lugares de produção dos conhecimentos científicos são importantes na condução de determinadas ideias e práticas científicas. O autor ressalta que existem perguntas a serem feitas para todos os espaços de investigação científica. Dessa forma, a localidade está centralmente envolvida em tudo o que se faz na ciência. Por isso, no âmbito dos estudos da geografia de determinado campo científico faz-se necessário o estudo das implicações e interferências que estão fixadas nas estruturas locais, pois o espaço é importante na concepção, tradução e transformação das ciências.

As noções apresentadas pelos autores de que os objetos são artefatos que conservam determinadas práticas; que sua utilização e deslocamento são importantes na compreensão de um campo do conhecimento; que eles viajam de um lugar ao outro; e, por fim, que os locais por onde passam podem instituir diferentes usos e sentidos aos mesmos, fundamentam e contribuem na constituição de um campo que procura compreender o livro de maneira geográfica, a geografia do livro.

A geografia do livro, por seu turno, se constitui como um campo na geografia que, segundo Ogborn e Withers (2010, p. 01), “is as old as the history of the book”¹. Para tais autores, esse campo procura investigar de que maneira a geografia está envolvida na produção, distribuição e consumo de livros, e como esta faz diferença na compreensão de tais artefatos. Compreende-se que os lugares marcam a forma com a qual os livros foram concebidos, as suas

¹ “[...] é tão antiga quanto a história do livro.” (OGBORN; WITHERS, 2010, p. 01).

características materiais, de impressão, além da sua distribuição, e como as obras foram consumidas.

O livro se configura como um objeto complexo que mobiliza diversas abordagens de investigação na tentativa de compreendê-lo e de, por meio dele, compreender outros assuntos. Este pode ser materializado em diferentes suportes, seja no papel e/ou em uma plataforma digital, como um conjunto de textos diversos, não estruturados, na forma de um romance, de uma sequência estruturada de conteúdos sobre um tema, entre outras possibilidades. O manual escolar, especificamente, foi constituído como um recurso pedagógico, no âmbito do ensino de muitas disciplinas escolares, e como fonte de pesquisa usual entre os pesquisadores da história da educação e das disciplinas escolares.

Os trabalhos que se detiveram no estudo histórico da geografia escolar, em grande parte, fundamentaram suas abordagens nos pressupostos da história da educação e das disciplinas escolares. Na esfera desses campos de pesquisa, Chervel (1990) buscou fundamentar e justificar a utilização de objetos escolares na realização de investigações que pretendem compreender as escolas, o processo de escolarização, de construção de saberes escolares e de práticas pedagógicas. Segundo o autor, para se entender os processos que dizem respeito a esse tipo de instituição é necessário realizar uma investigação que se fundamente nos objetos e ideias produzidas e/ou utilizadas no interior da instituição escolar. Goodson (1990), por sua vez, defende que as disciplinas escolares dispõem de certa autonomia na constituição dos seus saberes e práticas e, deste modo, os produtos do sistema escolar seriam os veículos pelo qual o pesquisador poderia acessar e refletir sobre os conhecimentos produzidos e praticados no e por meio do seu ambiente.

Especificamente com relação ao manual escolar, Choppin (2002) foi um dos primeiros autores a ressaltar sua materialidade, natureza cultural e as possibilidades de estudo do mesmo, reforçando a riqueza desse tipo de fonte na sua versão impressa. Batista e Galvão (2009), em diálogo com os trabalhos de Alain Choppin, levantaram algumas características gerais das pesquisas que envolvem os manuais. Os autores destacaram que tais características muitas vezes atribuem ao material “completa transparência”, como verdadeiros espelhos da sociedade que os produziu. Sendo um dos motivos pelo qual grande

parte das investigações buscou analisar seus conteúdos sem considerar outros elementos que podem ter produzido efeitos na construção de disciplinas escolares, seus saberes e/ou na constituição de culturas escolares.

A fim de encaminhar as discussões sobre as diferentes abordagens do livro no campo da geografia do livro e da história da geografia escolar, o presente capítulo foi organizado em duas sessões. Na primeira foram apresentados os pressupostos estabelecidos pela geografia da ciência que, em parte, fundamentaram o arranjo teórico-metodológico da geografia do livro. Na perspectiva da geografia da ciência, o livro se configura como um objeto científico privilegiado, considerado como um espaço de autoridade da expressão do conhecimento científico (RYAN, 2003), abrindo precedentes para os encaminhamentos praticados na geografia do livro.

Na segunda sessão realizou-se uma revisão dos trabalhos de alguns autores que inauguraram as pesquisas acerca da história da geografia escolar no Brasil, a fim de identificar as fontes, o tratamento aplicado as mesmas e quais foram os principais resultados que esses encaminhamentos viabilizaram. Buscou-se indicar, também, algumas atualizações realizadas por pesquisas posteriores sobre o tema com a devida indicação e reflexão a respeito das fontes e formas de tratamento.

Dessa forma, buscou-se apontar os limites dessas análises no tratamento do livro como fonte material e objeto de pesquisa, refletindo sobre a relevância de se pensar a constituição dos conjuntos de livros, em especial os escolares, que compõem os acervos documentais de instituições de guarda de memória. Verificamos que as abordagens aplicadas na análise das obras privilegiavam o seu estudo como unidades (um livro, uma edição didática, um conjunto de publicações de um autor ou, ainda, um grupo de itens sobre um tema).

Frequentemente, tal unidade é destacada do conjunto do qual está situado no acervo documental e a sua configuração como parte desse grupo específico passa despercebido. Esse agrupamento de manuais, que pode reunir itens de diversas coleções, autores e editoras, concebido como um universo documental, raramente foi concebido como um objeto substancial, com possibilidades de incorporar informações que não poderiam ser obtidas na análise da unidade. Embora alguns encaminhamentos teóricos sobre o livro indiquem a relevância do lugar, da sua situação e circulação para os estudos

acerca da sua geografia, pouco foi considerado a respeito do acervo documental e a maneira com a qual são constituídos os seus conjuntos, em especial, os de manuais escolares.

Por meio da discussão das abordagens sobre o livro, já consagradas na geografia, nota-se que estas estão assentadas na análise dos conteúdos, nos currículos e, também, nas instituições (científicas e escolares). Diferentemente da maioria dos trabalhos discutidos ao longo desse capítulo, destaca-se que, para esse estudo, o manual é compreendido como objeto da pesquisa e o tratamento empregue no exame do objeto prioriza uma abordagem mais materialista, que considera os indícios de uso escolar desses objetos e que busca dar um contorno geográfico para a análise.

1.2 Geografia do livro: delineamento de um campo e abordagens do seu objeto

A geografia vem constituindo um campo de pesquisa dedicado a estudar os aspectos geográficos relacionados ao livro impresso, conhecida como “geografia do livro”. Esta se interessa em compreender de que maneira a geografia está fortemente envolvida na produção, distribuição e consumo de livros e como isso, em alguma medida, faz diferença na forma com que os livros e suas histórias devem ser percebidos (OGBORN; WITHERS, 2010). Desse modo, a geografia do livro se configura como um campo que tem como encaminhamento de pesquisa o exame “dos locais materiais e das condições em que as obras foram produzidas, dos padrões e modalidades de circulação dos livros e, por fim, da dimensão espacial que qualifica as práticas situadas de leitura e consumos dos livros.” (GOMES, R., 2017a, p. 02).

A geografia do livro constituiu-se como um campo de pesquisas ancorado nos pressupostos estabelecidos pela geografia da ciência (GOMES, R., 2017a; 2017b; KEIGHREN, 2013; RYAN, 2003). Nesse sentido, o interesse não está na investigação de qualquer tipo de livro, mas aqueles que em alguma medida estiveram relacionados à produção, difusão e recepção da ciência, de suas ideias e fatos científicos. Assim, o manual escolar, ou seja, aquele destinado ao ensino de uma disciplina escolar ou que foi apropriado para esse fim, não se configura, necessariamente, como um tipo de objeto de interesse nessa área.

Embora isso não signifique que livros que tenham tido algum tipo de uso escolar não possam ser investigados, contudo, o interesse fundamental não se dá pela característica didático-pedagógica e sim pela contribuição que este pode facilitar ao estudo da ciência.

A geografia da ciência se constitui como um ramo do conhecimento que se opõe a certa negligência da historiografia da ciência com relação à dimensão espacial na elaboração do conhecimento científico (OPHIR; SHAPIN, 1991; LIVINGSTONE, 2003). Lamego (2010; 2015) elucida que o campo se fundamentou em algumas abordagens e teses dos *Science Studies* (SS). Um aprofundamento nas proposições dos Estudos Sociais da Ciência se configuraria como um grande desvio nos objetivos desse trabalho, contudo, destacamos algumas ideias defendidas pelos pensadores da área que foram incorporadas pela geografia e que, em alguma medida, fundamentam a geografia do livro.

Lamego (2015, p. 03) explica que algumas obras são consideradas seminais, tais como: Hacking (1983), Shappin e Schaffer (1985) e Latour e Woolgar (1997), que compartilham “a idéia segundo a qual deve a ciência ser pensada como prática, sendo necessário, portanto, que a ênfase recaia sobre seu caráter experimental, necessariamente contingente aos homens, suas relações, seus tempos e seus lugares”. A autora expressa, ainda, que essa ideia se opunha a tese de um conhecimento universal que se fundamenta em um suposto essencialismo do conhecimento científico que “toma forma no tempo, nunca no espaço” (LAMEGO, 2015, p. 2).

Tais obras são precursoras de uma vertente na historiografia da ciência, cujas ideias foram aventadas por Ludwik Fleck (1896-1961), no seu ensaio sobre a gênese e a constituição dos fatos científicos, publicado pela primeira vez em 1935. Segundo Schäfer e Schnelle (2010), as reflexões de Fleck (2010) se configuraram como uma contraposição à concepção de ciência do Círculo de Viena² que, por meio da sua análise do processo de desenvolvimento da reação de Wassermann³ como “fato científico”, reiteraram o caráter social e histórico da produção de conhecimento. Para Fleck (2010, p. 85) “o processo de

² Trata-se de um núcleo criado na Áustria, na década de 1920, e que se constituiu como o primeiro e principal do movimento neopositivista. Sobre a relação entre o Círculo de Viena, o movimento neopositivista e a Geografia, sugere-se a leitura de Gomes, P. (2016), Lamego (2005; 2010) e Parente-Ribeiro (1999).

³ Reação utilizada no diagnóstico da sífilis.

conhecimento representa a atividade humana que mais depende das condições sociais, e o conhecimento é o produto social por excelência”.

Em seu estudo, Fleck (1935) destaca a natureza prática e cotidiana da produção do conhecimento, ressaltando o seu caráter coletivo, contingente às questões sociais do momento histórico e as diversas pressões (políticas, religiosas, populares etc) que incidem sobre esse processo. O autor sugere ainda que a possibilidade de analisar a constituição do conhecimento científico sem levar em consideração tais circunstâncias, se configuraria como uma “fantasia” na medida em que não faria jus às condições reais que abrangem o trabalho científico e os resultados oriundos do mesmo.

Os *Science Studies*, por sua vez, colocaram em questão a urgência na discussão sobre o vínculo entre a política e a ciência, visto que o conteúdo da ciência estaria permeado pela dimensão social e política de que tem origem. Dessa forma:

Ao defenderem o caráter indissociável das componentes sociais e das componentes epistêmicas os *Science Studies* vêm [...] nutrindo uma nova historiografia que entende a ciência como uma prática local, contingencial, incorporada, que circula e que se modifica nesse processo. Tal argumento, por sua vez, se ampara na ideia de uma geografia própria da ciência (LAMEGO, 2015, p. 04)

No que tange a geografia da ciência, Livingstone (1995; 2003; 2005) propõe alguns encaminhamentos para o campo que buscam tornar possível o exame do papel do lugar na produção do conhecimento, em geral, e do geográfico, em particular. Tendo como exemplos as noções de espaço em Michel Foucault e Edward Said, e do “ato de nomear” designado por Paul Carter, Livingstone (1995) chama a atenção para os modos pelo qual a escrita da história tem se engajado com o discurso espacial.

Com relação à Foucault, Livingstone (1995) destaca a inclinação deste na ênfase sobre as descontinuidades e quebras na história, em detrimento da uma interpretação convencional linear e teleológica. Foucault teria mostrado que as noções normativas são historicamente contingentes. Desse modo, o seu foco estaria no local, ligado ao lugar. Assim, em seu estudo sobre o exercício do poder na sociedade, destaca-se que a análise do poder seria, também, a análise do próprio espaço, visto que o poder estaria inscrito no espaço e não no tempo.

Por sua vez, é ressaltada a relevância da particularidade e do lugar no trabalho de Edward Said destacando a chamada “*Travelling Theory*”⁴. Esta estaria se referindo a noção de que as ideias e teorias viajam por meio de pessoas, situações e pelo tempo e que tal migração não se configuraria como replicação, e sim transformação, pois “circulation and translation are reciprocally constitutive” (LIVINGSTONE, 1995, p. 07)⁵.

Por fim, Livingstone (1995) resgata o estudo de Paul Carter alegando que este realiza uma aproximação da virada espacial dentro da escrita histórica. O autor teria como preocupação o que ele mesmo chamou de “the act of naming”⁶, ao longo da sua pesquisa sobre o começo da cultura australiana. Para Carter, o ato de nomear espaços os transformam simbolicamente em lugares e estes se configurariam como espaços com história, pois a ação de dar nome produziria um lugar cultural e, assim, permitiria a cultura marcar presença em uma forma espacial. Para o autor, nomear lugares seria “to invent them, to bring them into cultural circulation” (CARTER, 1987, p. 27-28 apud LIVINGSTONE, 1995, p. 08)⁷.

Livingstone (1995) resgata as ideias desses autores a fim de situar a discussão acerca da relevância do espaço nos processos que envolvem a produção do conhecimento científico. Em outros trabalhos o autor prossegue alegando que os lugares onde o conhecimento científico é produzido têm expressão na maneira sob a qual as ideias e práticas científicas são conduzidas (LIVINGSTONE, 2003; 2005). Dessa forma o espaço seria importante na concepção, tradução e transformação de um campo científico.

Livingstone (2003) intervém sobre a necessidade da valorização das implicações e interferências que estão fixadas nas estruturas locais de produção, circulação e recepção do conhecimento científico e defende o seu estudo no âmbito da geografia, visto que:

“ideas and images travel from place to place as they move from person to person, from culture to culture. [...] As ideas circulate, they undergo translation and transformation because people

⁴ “Teoria viajante” (tradução livre).

⁵ “circulação e tradução são reciprocamente constitutivas” (LIVINGSTONE, 1995, p. 07, tradução livre).

⁶ “o ato de nominar” (tradução livre).

⁷ “inventá-los, trazê-los à circulação cultural (CARTER, 1987, p. 27-28 apud LIVINGSTONE, 1995, p. 08, tradução livre).”

encounter representations differently in different circumstances (LIVINGSTONE, 2003, p. 11)⁸.

Ideias, imagens, lugares, pessoas, culturas, traduções, transformações, representações e circunstâncias são termos que, para o autor, têm seus conteúdos fortemente associados ao fazer científico, seus princípios, teorias, práticas e performances, e todos têm dimensões espaciais que devem estar no cerne do que está sendo proposto como geografia da ciência.

Livingstone (2003), então, indica três dimensões centrais geograficamente dominantes que, no seu entendimento, são relevantes ao estudo da geografia da ciência, são elas: o lugar (*site*), a região (*region*) e a circulação (*circulation*). O “lugar” seria aquele onde o conhecimento científico emergiu, foi moldado e praticado sob determinadas circunstâncias locais que variaram de um para o outro, envolveram pessoas distintas que se constituíram imersas em diferentes círculos sociais, intelectuais e políticos. Laboratórios, jardins, museus, bibliotecas, hospitais, livrarias, *coffee houses*, ou até mesmo o corpo humano seriam lugares possíveis de produção de conhecimento científico e, por isso, o estudo de tais sítios se configura como uma preocupação no âmbito da geografia da ciência.

A “região”, configurando uma escala de análise mais ampla, envolve a identificação e o estudo de culturas regionais, políticas provinciais e estilos nacionais. Estes teriam condicionado às práticas e produtos do esforço científico e se apresentam em padrões regionalmente e temporalmente identificáveis. Segundo Livingstone (2003), o trabalho na escala regional permite a compreensão de como as particularidades locais moldam a forma com a qual teorias científicas são reunidas, mobilizadas, abandonadas ou rejeitadas.

Por último, o autor elenca como centrais as “questões de circulação”. Para Livingstone (2003) a análise do movimento das “coisas”, no espaço e no tempo, que estão diretamente relacionadas ao contexto da prática científica e, por sua vez, da produção do conhecimento, é fundamental para que seja possível refletir sobre as estratégias que foram desenvolvidas com o objetivo de recolher e reunir

⁸ “Ideias e imagens viajam de um lugar para outro como elas se movem de pessoa para pessoa e de cultura para cultura. [...] À medida que as ideias circulam, elas passam por traduções e transformações porque pessoas encontram diferentes representações em diferentes circunstâncias.” (LIVINGSTONE, 2003, p. 11, tradução livre).

informações de coisas distantes e a maneira como o conhecimento viaja de um lugar ao outro. Para o autor, tais “coisas” compunham sistemas de estabelecimento da verdade, que padronizavam medidas e disciplinava observadores, estes eram indispensáveis para “eliminar” a distância entre um lugar e outro, congelar o tempo e fixar espaços.

Livingstone (2003) ao realizar este encaminhamento, elencando o “lugar”, a “região” e a “circulação” como ideias centrais para a análise na geografia da ciência, frequentemente refere-se as “coisas” que poderiam ser o meio para se compreender a forma na qual o conhecimento científico foi gerado, transformado e/ou consumido. Tais “coisas” sugerem questões de natureza geográfica acerca da ciência, da racionalidade e da maneira que estas estão sempre situadas e representadas concretamente (*embodied*) (WITHERS, 2005). Estas podem variar desde objetos concebidos para viabilizar a prática científica, aqueles apropriados e/ ou transformados para esse fim. Em consonância com os objetivos da presente investigação, dentre todas as possibilidades de objetos científicos, destacamos o texto escrito.

O texto escrito, por sua vez, aquele de conteúdo geográfico, materializado na forma de relatos de viagem, cadernetas de campo ou o livro, encontram-se intrinsecamente relacionados às práticas de exploração, mapeamento e pesquisa, que têm sido motivo de atenção entre os historiadores da ciência. Segundo Ryan (2003), este se configura como um espaço de autoridade da expressão do conhecimento científico, assim como as instituições, a classe, o gênero e a profissão. O autor, em concordância com as ideias apresentadas por David Livingstone, reafirma o papel que objetos, como o texto, ocuparam no estabelecimento de “verdades”, visto que eram necessárias formas distintas de validar o conhecimento científico. Dessa forma, o texto escrito se apresenta como um espaço de autoridade da expressão do conhecimento científico que, relacionado a outros elementos, como a moral e política, validam o saber e, assim, o legitimam como verdade.

Ryan (2003, p. 200), fundamentado em Johnston (2000), destaca o papel e o poder explicativo do livro e do manual escolar: “Books are often taken as a powerful measure of the condition of a discipline. Today’s textbooks arguably frame the discipline of geography no less than those of a century ago, selectively

reading the field and interpreting its intellectual landscape”⁹. Em concordância com o autor, Keighren (2013) destaca que os livros impressos comportam características comunicacionais, materiais, culturais e, por isso, apresentam mais atributos que a aparente simplicidade da representação de processos tecnológicos e, além disso, são mais que espelhos das sociedades que os produziram e consumiram. Na verdade, esses artefatos são motivos de debates, venerados e, por vezes, queimados, defendendo que estes são “constituídos ativamente”, sendo o resultado de negociações entre processos materiais e sociais.

Tais abordagens se aproximam de uma perspectiva mais materialista que busca considerar o livro não somente em sua dimensão textual, mas, também, aos fenômenos relativos à fisicidade do mesmo. Meneses (1983) nomeia o seguimento de investigações que considera o meio físico dos objetos como “cultura material”. Segundo o autor, compreende-se como cultura material “aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem.” (MENESES, 1983, p. 112).

Segundo o autor, tal conceituação não implica subjugar o universo material ao imaterial. Meneses (1983, p. 106) explica que a “marginalização do universo material” se dá a partir da alegação de que existiriam fenômenos fundamentais do universo social que não tomam lugar na realidade material. Contudo, essa pretensa autonomia concedida ao universo das ideias, do imaterial, deturparia o conceito de cultura em que “estão embutidas e indissociáveis a prática e a representação: a intervenção do homem sobre o real e a representação desse real e da ação humana, como integrantes do real, diferentes apenas nas funções.” (MENESES, 1983, p. 107).

A consideração da materialidade da atividade científica, como um elemento relevante para a realização da própria ciência toma forma, em grande parte, com os estudos acerca do desenvolvimento das técnicas, tecnologias e instrumentos científicos (FIGUEIRÔA, 2012; 2014; FURTADO, 2017; LACERDA, 2006). Estas propuseram entender como a matéria (a fisicidade dos objetos)

⁹ “Os livros são frequentemente tomados como uma medida poderosa da condição de uma disciplina. Os livros didáticos de hoje emolduram a disciplina geografia tanto quanto há um século, lendo seletivamente o campo e interpretando sua paisagem intelectual” (JOHNSTON, 2000 apud RYAN, 2003, p. 200).

atuou na elaboração do conhecimento científico, assim como elucidaram como certos empreendimentos científicos foram aceitos (ou não) em função dos estilos de pensamento e paradigmas dominantes em um certo período da história¹⁰.

No que diz respeito ao campo da geografia do livro, comumente ressaltam-se os trabalhos de Dainville (1951a; 1951b) e Febvre e Martin (1958) como os primeiros a ensaiar e fundamentar o seu escopo e o foco (KEIGHREN, 2013; OGBORN; WITHERS, 2010). Ambos se dedicaram a estudar a distribuição histórica das prensas, o primeiro tendo se voltado especificamente às prensas e livrarias como uma maneira de mapear a paisagem cultural francesa; e os últimos tendo dado continuação à abordagem locacional de Dainville (1951a; 1951b) e buscado examinar a atuação e relevância do livro impresso ao longo dos seus trezentos primeiros anos (KEIGHREN, 2013).

Ogborn e Withers (2010) denominam o trabalho de Febvre e Martin (1958) como aquele que anunciou a chegada da geografia do livro, descrevendo o que foi feito e apontando os limites do estudo para, assim, indicar encaminhamentos possíveis para análises geográficas do livro. Percebe-se que neste domínio a consideração da materialidade da produção de impressos foi considerada relevante e, em certa medida, original.

A respeito do capítulo sobre a geografia do livro inserido na obra seminal de Febvre e Martin (1958), Ogborn e Withers (2010) destacam que na descrição do campo considerou-se o vasto domínio do impresso. Dessa forma, os autores atentaram-se para o que se poderia aprender sobre o importante processo que envolveu o impacto da impressão, a partir da reconstrução da mudança geográfica que acometeu a distribuição dos tipógrafos e das prensas. Assim, foi verificado que questões de ordens diversas (econômicas, políticas, intelectuais, culturais e históricas) estavam conectadas na explicação dessas geografias. Para Ogborn e Withers (2010, p. 4-5), a geografia do livro praticada por Febvre e Martin (1958) se configura como:

¹⁰ A respeito de estudos sobre empreendimentos científicos que abordam a questão material do processo de produção, convencimento e aceitação de teorias científicas, indica-se um dos clássicos da sociologia da ciência, *“El Leviathan y la bomba de vacío. Hobbes, Boyle y la vida experimental”*, de Steven Shapin e Simon Schaffer, publicado originalmente em inglês, em 1985. Nesta obra os autores realizam um estudo sobre a emergência da ciência experimental na Europa, em meados do século XVII, por meio do experimento de Robert Boyle (1627-1691) e o emprego da bomba de vácuo, e a oposição às suas ideias empreendidas pelo seu maior opositor local, Thomas Hobbes (1588-1679).

[...] a story of the diffusion of something (or some things) already made. As a result it has little to say about how we [geographers] might construct an account of the technologies of making books (printed or otherwise), of those involved in producing those books, of the books themselves and, crucially, of their readers which would show how their diverse geographies can illuminate how those people and things actually come to be as they are. How questions of geography are central to the very constitution of 'the book' itself.¹¹

Dessa forma, Ogborn e Withers (2010) esboçam um argumento acerca da natureza da geografia do livro e de seu direcionamento. Sustentando a relevância da dimensão espacial na configuração dos locais e circunstâncias que moldaram a produção das obras, no arranjo dos seus padrões e circulação, e nas práticas localizadas de leitura e consumo dos livros.

Verifica-se que a geografia do livro se constituiu como um campo de pesquisas em diálogo com a história do livro, e ancorado nos princípios locacionais do pensamento geográfico. A geografia da ciência, como um ramo que compreende a ciência como prática e que, portanto, está sujeita às dimensões experimentais inevitavelmente contingente a ação do homem, suas relações, tempos e lugares, se utiliza de fontes produzidas e/ou apropriadas no âmbito das práticas científicas, as “coisas” das quais nos referimos anteriormente.

Dentre tais “coisas” o texto escrito e o livro, em particular, adquirem destaque como um meio privilegiado, que conformam autoridade, legitimando seu conteúdo e dando forma e materialidade às ideias, teorias, imagens e experimentos, fixando-os no tempo e no espaço. Nesse sentido, o livro é utilizado como fonte para compreender a ciência, assim como outros itens também o são, tais como: a bússola, instrumentos de medição, utensílios de laboratório, e outros.

Por sua vez, a geografia do livro se utiliza dos fundamentos do pensamento geográfico conformado pela geografia da ciência, que destacam a

¹¹ “[...] uma história da difusão de algo (ou algumas coisas) ocorrido. Como resultado, pouco se tem a dizer sobre como nós [geógrafos] podemos construir um relato das tecnologias de produção de livros (impressos ou não), daqueles envolvidos na produção desses livros, dos próprios livros e, crucialmente, de seus leitores, o que mostraria como suas diversas geografias podem orientar como essas pessoas e coisas realmente se tornam o que são. Como as questões de geografia são centrais para a constituição do 'livro' em si.” (OGBORN; WITHERS, 2010, p. 4-5).

produção, circulação e recepção do conhecimento científico, para compreender como o livro conforma tais processos. Portanto, a ênfase deste campo recai sobre a maneira na qual o espaço está envolvido na produção, distribuição e consumo dos livros e como tais movimentos conduzem, em alguma medida, a maneira em que essas obras são percebidas.

As discussões apresentadas inspiraram a abordagem aplicada aos manuais escolares de geografia nessa pesquisa. Por sua vez, os compreendemos como objetos situados, na medida em que são, necessariamente, produzidos em determinado local, isto é: cidades e editoras, por exemplo; que têm sua circulação condicionada, também, por circunstâncias e situações políticas e locais diversas, tais como: a existência de bibliotecas e livrarias, a abertura, o fechamento e/ou a mudança de escolas, entre outras; e, por fim, são recebidos por um público que o utiliza para fins escolares, sendo um aluno, professor, biblioteca escolar ou outro.

Diferentemente das abordagens empreendidas no âmbito da geografia da ciência e, especificamente, da geografia do livro, a análise empreendida nesse trabalho não se dedica ao estudo das ideias e das práticas científicas, ou mesmo escolares – considerando a natureza do tipo de fonte utilizada. Dedicamo-nos ao exame da lógica espacial apresentada na disposição gráfica dos dados presentes nos manuais acerca da sua produção, circulação, recepção e guarda.

O tratamento analítico escolhido se configura como uma aproximação material sobre o manual escolar de geografia que pode contribuir com as discussões no campo da história dessa disciplina escolar. Na medida em que se aplica uma abordagem geográfica e materialista ao estudo do objeto em questão. Diferenciando-se de análises já consagradas nesse campo de investigação, calcadas no exame de conteúdos e currículos, como veremos na próxima sessão.

1.2 História da geografia escolar: o manual escolar como fonte de pesquisa

O livro se constitui como um artefato que suscita investigações interessadas em compreender a sua multiplicidade: desde a qualidade material e técnica, como objeto parte de um contexto maior de surgimento e evolução da

imprensa, como veículo de discursos e ideologias etc. Para Hallewell (1985, p. XXIX):

[...] é difícil imaginar uma atividade que envolva tantos aspectos da vida nacional quanto a publicação de livros. O livro existe para dar expressão literária aos valores culturais e ideológicos. Seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais (que podem ser importados, feitos com matéria-prima importada ou fabricados inteiramente no país). Sua venda constitui um processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos.

A obra de Hallewell (1985) oferece um panorama geral da produção de livros no Brasil a partir da reconstituição do processo de criação e desenvolvimento da imprensa no país. Nesse estudo é possível compreender como a produção de livros voltada para um público escolar do ensino primário, secundário e superior, estava inserida em um contexto maior da história da imprensa brasileira.

No processo de criação e desenvolvimento da imprensa no Brasil, destaca-se a instituição da Impressão Régia, em 1808. Esta foi a primeira criada em terras brasileiras, fruto da transferência da corte portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1807, a fim de imprimir os papéis diplomáticos, legislações reais e quaisquer outras obras (HALLEWELL, 1985; RIZZINI, 1988). A abertura dessa tipografia representou o fim da proibição de instalações de imprensas nas colônias portuguesas, que prevaleceu durante o período colonial.

Durante os dez primeiros anos de funcionamento da Impressão Régia no Brasil, além de documentos do governo, cartazes e panfletos, foi impresso um considerável número de livros de natureza diversa. Dentre eles, alguns manuais de geografia e de disciplinas relacionadas (astronomia, cartografia, cosmografia, entre outras). São eles: *Elementos de Astronomia* (1814), compilado por Araújo Guimarães para a Real Academia Militar¹², *Elementos de geodésia* (1815), também compilado por Araújo Guimarães e *Corografia Brasílica* (1817), do padre Manuel Aires de Casal (HALLEWELL, 1985; RIZZINI, 1988).

¹² Segundo Silva, J. (2012), foi no currículo da Academia Real Militar sediada no Rio de Janeiro que a geografia apareceu pela primeira vez como uma disciplina instituída na grade curricular, em 1810.

O levantamento de Hallewell (1985) inspirou e serviu como fonte de informação para diversos estudos sobre o livro no Brasil em diferentes áreas. Pesquisas que se voltaram para o manual escolar, em particular, se utilizaram do trabalho do autor para contextualizá-lo como um tipo de fonte que permitiria compreender questões variadas relacionadas à escola, tais como o processo de expansão de instituições escolares no país, de universalização do ensino, de criação de culturas escolares, de desenvolvimento de saberes escolares etc. E encarando-o, também, como fonte para estudar temáticas não necessariamente vinculadas ao ensino, ou a escola, tais como: a evolução tecnológica que envolve a produção do material, as relações de dependência entre os países, o processo de criação de uma identidade nacional, entre outros assuntos.

Choppin (2002), por sua vez, indica que por muito tempo o livro didático foi negligenciado pelos pesquisadores. Algumas das razões que explicariam tal desinteresse decorrem, em parte, do próprio status desse tipo de material, pois o mesmo compõe o “universo do cotidiano”, não apresenta nada de diferente ou singular, são produzidos em grande escala, produtos editoriais acessíveis, banais e comuns. Os manuais escolares são, também, mercadorias perecíveis, visto que perdem seu valor de mercado quando uma mudança curricular ou pedagógica acontece, ou, ainda, quando exigem modificações em função da atualização dos fatos. O desinteresse pelos manuais seria resultado, também, das dificuldades de acesso aos livros que se encontram dispersos e incompletos¹³.

Choppin (2002) pontua que, por muitos anos, os manuais foram considerados pelos pesquisadores como simples espelhos da sociedade do qual procediam, ou como vetores ideológicos e culturais¹⁴, o que contribuiu para que fossem desconsiderados como fontes válidas de consulta e considerados somente como instrumentos da construção identitária dos Estados Modernos. Dessa forma, o interesse inicial que motivou o estudo do manual escolar esteve relacionado às questões de ordem política que, em geral, procuraram analisar o conteúdo de tais livros, realizando a crítica ideológica e cultural. Posteriormente,

¹³ Os trabalhos de Batista e Galvão (2009) e Maia (2014) são alguns exemplos de pesquisas que reiteram as indicações de Choppin (2002) sobre a dispersão, incompletude e falta de conservação dos livros e edições didáticas.

¹⁴ Característica chamada de “transparência dos objetos” por Batista e Galvão (2009).

a atenção reverteu-se, também, para a análise das características epistemológicas e propriamente didáticas (CHOPPIN, 2004).

No levantamento realizado por Choppin (2004, p. 554), a fim de identificar as principais problemáticas e temas abordados pela pesquisa histórica sobre os livros e edições didáticas, em âmbito internacional, o autor distinguiu duas categorias principais de pesquisas sobre o assunto. Uma delas concebia o manual didático como “um documento histórico igual a qualquer outro, [que] analisam os *conteúdos* em uma busca de informações estranhas a ele mesmo [...], ou as que só se interessam pelo conteúdo ensinado por meio do livro didático” (grifo nosso). O outro grupo considerava o livro escolar “como um *objeto físico*, ou seja, como um produto fabricado, comercializado, distribuído ou, ainda, como utensílio concebido em função de certos usos, consumido – e avaliado – em um determinado contexto” (grifo nosso).

Choppin (2004) destaca que tal distinção, apesar de esquemática – uma vez que uma pesquisa geralmente participa das duas categorias, mesmo que em proporções diferentes – assinala dois tipos de investigação. Na primeira categoria, o pesquisador utiliza os manuais escolares como fonte para escrever a história sobre um tema, uma noção, um personagem, uma disciplina, ou outro assunto. Na segunda, os manuais são utilizados como objeto e, dessa forma, são recolocados no ambiente em que “foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e “recebidos”” (CHOPPIN, 2004, p. 554), sem necessariamente considerar os conteúdos que veiculam.

As considerações de Choppin (2002; 2004) embasaram pesquisas na história da educação e das disciplinas escolares que, por seu turno, confirmavam a fama “desprestigiada” do manual escolar e buscaram dar destaque a sua característica como objeto portador e veículo de valores de uma sociedade, que serviu para a formação de identidades nacionais e que pode suscitar investigações sobre um tema, noção, personagem ou disciplina, por meio do estudo de seus conteúdos ou, ainda, como objeto concebido, produzido, distribuído, utilizado e recebido.

No que diz respeito as pesquisas no âmbito da história da geografia escolar, os manuais escolares foram e continuam a ser estudados levando em consideração as colocações de Hallewell (1985) e Choppin (2002; 2004). Graves e Murphy (2000), por exemplo, afirmam que o valor das pesquisas sobre tais

livros está no fato de que estes são o reflexo da sociedade que os produz: “The ethos of a society, its culture, the issues which arise at any particular time, the technological stage of the society, all these tend to be manifest in textbooks whether they are concerned with mathematics, science, history or geography¹⁵” (GRAVES; MURPHY, 2000, p. 228). Com relação à geografia, os autores especificam que os livros didáticos da disciplina:

[...] tend to reveal the authors' conception of the discipline and its educational purpose. Looking at the evolution of textbooks over time, it is possible to see how and why what is taught has evolved and what relation school geography bears to geography at a higher level. Further, the pedagogical techniques employed in textbooks alert one to the way the subject was used to fulfil (or not to fulfil) the aims and objectives of education. Inevitably the content of textbooks mirrors to a large extent the nature of the education system into which they are embedded (GRAVES; MURPHY, 2000, p. 228)¹⁶.

Contudo, é preciso assinalar que as características pontuadas por Graves e Murphy (2000) como específicas dos manuais escolares de geografia, de fato, não são próprias da disciplina ou dos seus livros. Visto que outras matérias também produziram livros, onde os autores expressaram suas concepções e traduziram os objetivos educacionais esperados para aquela área do conhecimento. Por meio do estudo desses objetos, oriundos de qualquer disciplina escolar, pode-se verificar a relação entre aquele conhecimento e a sua correspondente acadêmica, as técnicas pedagógicas empregadas, as metas da educação e as características do sistema educacional nacional¹⁷.

¹⁵ “O ethos de uma sociedade, sua cultura, os problemas que surgem em um determinado momento, o estágio tecnológico da sociedade, todos esses tendem a se manifestar nos livros didáticos, estejam eles relacionados à matemática, ciências, história ou geografia” (GRAVES; MURPHY, 2000, p. 228, tradução livre).

¹⁶ “[...] tendem a revelar a concepção dos autores sobre a disciplina e seu objetivo educacional. Observando a evolução dos livros didáticos ao longo do tempo, é possível ver como e por que o que é ensinado evoluiu e qual a relação entre a geografia escolar e a geografia acadêmica. Além disso, as técnicas pedagógicas empregadas nos livros didáticos alertam para a maneira como o assunto foi usado para cumprir (ou não) os objetivos e metas da educação. Inevitavelmente, o conteúdo dos livros espelha em grande parte a natureza do sistema educacional em que estão inseridos.” (GRAVES; MURPHY, 2000, p. 228, tradução livre).

¹⁷ A pesquisa de Bittencourt (1993) é um dos exemplos que se pode citar, a autora realizou uma investigação sobre os livros didáticos de história e a construção de um saber histórico no Brasil, em que se buscou pensar os livros de forma ampla “acompanhando os movimentos que vão da sua concepção à sua utilização em sala de aula” (BITTENCOURT, 1993, p. 1). Refletindo sobre o papel do manual escolar na construção do saber escolar, considerando-o em um conjunto geral, na articulação dos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Marsden (2001), por sua vez, propôs escrever sobre os livros escolares de geografia, história e ciências sociais, na Grã-Bretanha, em uma perspectiva histórica. O autor estabelece uma associação da história dos manuais escolares à do currículo, por considerar que os livros compõem o processo de desenvolvimento dos currículos nacionais. O autor se utiliza de categorias formuladas por estudiosos estadunidenses da história do currículo¹⁸: matéria (*matter*), método (*method*) e missão (*mission*), para analisar a história dos livros didáticos britânicos de geografia, história e ciências sociais.

O estudo prioriza a análise de conteúdo destes artefatos, buscando resgatar a história da sociedade britânica por meio do discurso, nas formas textual e imagética, materializada nas páginas dos livros. Marsden (2001) também analisa as continuidades e mudanças temporais das disciplinas em uma perspectiva pedagógica, e estabelece um paralelo dessas alterações com o currículo nacional, os critérios nacionais definidos para o ensino e os manuais escolares. A análise de conteúdo dos livros das disciplinas geografia, história e ciências sociais da Grã-Bretanha, suscitou o destaque de assuntos como: o preconceito, o estereótipo, o nacionalismo, o internacionalismo, as guerras e a propaganda.

Percebe-se, então, que esse método de pesquisa conduziu a uma interpretação que, mais uma vez, reitera a natureza dos manuais como portadores e veículos natos dos valores de uma sociedade, de ideologias e discursos nacionais. Uma apreciação um tanto quanto limitada e que, no geral, desconsidera a materialidade dos livros, considerando-os como “portadores”, “veículos”, ou seja, um objeto que não tem valor como tal, mas pelas ideias e representações que “carrega”.

Esse viés de abordagem instituiu certa carreira na história da geografia escolar no Brasil, e contribuiu para a construção de narrativas sobre a trajetória da disciplina que perduram até o momento presente. Um dos primeiros trabalhos que utilizou os manuais escolares de geografia como fonte para produzir uma história da disciplina foi a dissertação de Vânia Vlach, publicada em 1988.

¹⁸ Goodlad (1966), Goodson (1983; 1985; 1988), Kliebard (1968) e Miel (1964), são alguns dos autores citados pelo autor.

Neste estudo a autora buscou encontrar no conteúdo dos manuais¹⁹, do início do século XIX até o início do XX, traços do que ela chamou de “discurso do nacionalismo patriótico” que teria sido a razão de ser da geografia (e de outras disciplinas, como a história e a língua nacional) no currículo das instituições escolares brasileiras, em todos os níveis de ensino – primário, secundário e superior. Vlach (1988) argumenta que os livros de geografia tinham como objetivo “inculcar a ideologia do nacionalismo patriótico” nos jovens das elites que viriam a governar o país. Pois, era necessário que um sentimento de “amor à pátria” fosse difundido no meio desse grupo político.

A autora constrói a argumentação do seu estudo a luz de uma leitura histórica da formação social do capitalismo, alegando que a escola moderna se configurou como um veículo de disseminação dos ideais burgueses nos territórios de cada Estado-nação. Nesse sentido, o ensino de geografia teria tido um papel importante na afirmação do Estado-nacional brasileiro, por meio da “inculcação da ideologia do nacionalismo patriótico”. Na análise dos conteúdos dos livros escolares de geografia, Vlach (1988) concluiu que tal “inculcação” se dava por meio da descrição e exaltação do território brasileiro e da construção de uma imagem de nação, que se preocupava com a unidade territorial do país.

A pesquisa, portanto, partiu de um pressuposto, orientado pela história social do capitalismo, de que havia uma ideologia do nacionalismo patriótico. Defendeu-se a ideia de que a mesma permeava o ensino de algumas disciplinas escolares e a geografia era uma dessas matérias que serviu para a disseminação de uma ideologia nacional no Brasil. Nesse sentido, o livro didático foi utilizado como fonte que teve seu conteúdo analisado para confirmar uma

¹⁹ Foram analisados 24 livros didáticos na pesquisa de Vlach (1988), são eles: *Geografia Física* (1882), de A. Geikie; *A Terra Fluminense* (1898), de C. de Netto e O. Bilac; *Compêndio de Geografia Elementar* (1905), de M. S. Ali; *Geografia Elementar* (1907), de T. do Amaral; *Geografia Secundária* (1908), *Geografia especial ou Corografia do Brasil* (1912), de C. de Novaes; *Curso de Geografia* (1909), de J. N. R. Botelho; *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1904; 1910), *Através do Brasil (narrativas)* (1910), *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1918), de O. Bilac e M. Bomfim; *Compêndio de Corografia do Brasil* (1916), *Lições de Corografia do Brasil* (1917), de H. Scrosopi; *Compêndio de Corografia do Brasil* (1919), de F. P. Bittencourt; *Geografia Elementar* (1919), de A. de R. Martins; *Primeiras saudades* (1920), de M. Bomfim; *Geografia Geral* (1921), de O. Freire; *Apontamentos de Corografia* (1923), de G. Pawels; *A Europa Atual* (1923), de M. da V. Cabral; *Geografia do Brasil* (1923; 1934); e *Geografia humana: política e econômica* (1933), de D. de Carvalho.

teoria de antemão conhecida e aceita, e compreender de que forma essa ideologia aparecia nos conteúdos geográficos dos manuais.

O trabalho de Vlach (1988) instituiu alguns marcos na história da geografia escolar no Brasil, realizou considerações sobre os manuais escolares da disciplina e, durante alguns anos, sua pesquisa foi uma das poucas referências sobre o assunto no país²⁰. A autora pontua, por exemplo, que o Colégio Pedro II (CPII) foi a primeira instituição secundária de ensino criada no Brasil, em 1837, que foi nessa escola onde a geografia, pela primeira vez, foi estabelecida como disciplina organizada no currículo escolar brasileiro. Por essa razão, a geografia escolar teria formado uma base teórica para a sua correspondente acadêmica no Brasil, visto que os primeiros livros de geografia foram produzidos e traduzidos para o ensino da disciplina no CPII.

Outro apontamento feito por Vlach (1988) é de que, entre meados do século XIX e o início do XX, os livros utilizados no ensino de geografia eram, na maior parte, traduções de manuais franceses ou cópias do livro *Corografia Brasileira*, de Manuel Alves de Casal. A esse respeito, a autora também alega que praticamente não haviam produções desse tipo de material no Brasil, visto que a disciplina só se encontrava inserida e estruturada no currículo do CPII, a única instituição secundária do país, e que nas escolas primárias existentes pelo território brasileiro a geografia não constava como uma disciplina na grade curricular.

Pesquisas posteriores a de Vlach (1988) buscaram discutir o pressuposto estabelecido pela autora a respeito da geografia escolar como veículo de uma ideologia do nacionalismo patriótico e a corrigir informações anunciadas em seu trabalho que, mais tarde, se mostraram equivocadas.

Um desses trabalhos foi o de Rocha (1996; 1998; 2014) que, por sua vez, buscou analisar a história social da geografia escolar brasileira estabelecendo como marco a institucionalização do currículo prescrito pelo CPII, em 1837, até os anos de 1940. Diferentemente de Vlach (1988), Rocha (1996; 1998; 2014) utilizou como fonte principal de análise o currículo oficial da disciplina geografia.

²⁰ No mesmo ano da publicação da dissertação de Vlach (1988), também foi defendida a dissertação de Raquel Maria Fontes do Amaral, intitulada “*Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*”, que se debruçou sobre a história da disciplina, se atendo aos primórdios europeus do fenômeno e não sobre o seu desenvolvimento no Brasil (PEREIRA, 1989).

Dessa forma, ambos os autores centralizaram suas análises a partir do CPIL, seja por meio dos conteúdos orientados pelo currículo da escola ou pelos livros de geografia indicados pela instituição.

Rocha (1996; 1998; 2014) fundamentou teoricamente suas pesquisas no campo da História das Disciplinas Escolares. Segundo o autor, o objetivo das pesquisas nessa área de estudos é avaliar as transformações sofridas por uma disciplina escolar ao longo de sua existência. Dessa forma, seria possível identificar “os fatores mais diretamente ligados às *mudanças de conteúdo e métodos de ensino*, o que indubitavelmente possibilita uma maior articulação de propostas mais consistentes de alteração ou implementação de mudanças curriculares” (ROCHA, 1998, p. 03, grifo nosso). Rocha (1996; 1998) destaca que um importante propósito desse tipo de investigação é a de apresentar uma justificativa para o ensino de determinado conhecimento nas escolas, em um certo período de tempo e recorte espacial, assim como “a razão dele ser conservado, excluído ou alterado ao longo do tempo” (ROCHA, 1998, p. 03).

Percebe-se que, assim como Vlach (1988), o autor incidiu sua análise sobre os conteúdos geográficos, mudando o tipo de fonte que, desta vez, foi o currículo prescrito; ademais, Rocha (1996; 1998; 2014) estendeu seu estudo aos métodos de ensino identificados nos documentos oficiais. O autor também chegou a algumas conclusões que dizem respeito as orientações teóricas e metodológicas no ensino de geografia ao longo do tempo.

Rocha (1996; 1998) concluiu que a geografia escolar no Brasil, no período de 1837 a 1940, passou por duas orientações: uma clássica e outra moderna, e que estas foram constituídas na “geografia dos (as) professores(as)”²¹, conceito que representaria o saber geográfico produzido na instituição escolar. Tal concepção foi fundamentada, em parte, no texto de Goodson (1990), “*Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução*”, onde o autor defende, dentre outras questões, certa autonomia das disciplinas escolares com relação às suas correspondentes acadêmicas e indica que, em grande parte, as primeiras formariam uma base teórica para as seguintes. Contrariando, assim,

²¹ “A geografia escolar ou “geografia dos (as) professores (as)” é no nosso entender um conhecimento escolar e não uma mera vulgarização do conhecimento científico, como alguns afirmam sobre o que venha a ser uma disciplina escolar.” (ROCHA, 1998, p. 08).

as premissas que, na visão de ambos os autores, reduziam o conhecimento escolar a “vulgarizações” do que se produz na academia.

O autor concluiu, também, que as primeiras manifestações contrárias ao ensino da “velha geografia clássica” e propostas iniciais para a renovação do ensino da disciplina começaram a surgir, no país, nas últimas décadas do século XIX. Além disso, explicita como se deu a consolidação no currículo prescrito da orientação moderna na geografia escolar, os conflitos com a orientação clássica, como estas se complementaram e os fatores que contribuíram nesse processo, sendo eles: a influência escolanovista no pensamento educacional brasileiro, a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e do curso de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Brasil.

São destacados os conteúdos que, ao longo do tempo, estiveram presentes no currículo oficial e difundidos pela “geografia dos(as) professores(as)”, ou seja, aquela produzida na escola, foram selecionados intencionalmente pelos detentores do poder de Estado. Portanto, escolheram-se os conteúdos que contribuíram para consolidar uma visão de mundo das elites dominantes, tornando-as senso comum. A respeito da afirmação de Vlach (1988) sobre a origem da inclusão da geografia no currículo escolar brasileiro estar associada à finalidade de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, Rocha (1998, p. 11) defende que essa conclusão se configura como um reducionismo por refletir:

[...] uma tendência de explicar a realidade brasileira a partir de fatos aplicáveis a outras realidades. A formação sócio-histórica brasileira exigiu de nossa escola outro papel no período referente, principalmente, à primeira metade do século, que não foi o de ser, por excelência, um dos instrumentos de construção do Estado-nação brasileiro. As disciplinas escolares foram concebidas mais como sendo instrumentos de divulgação de uma cultura universal a qual os filhos de nossas elites deveriam ter acesso para estarem *paripassus* com o “mundo civilizado”, o mundo branco europeu, do que, como recursos de inculcação de uma ideologia nacionalista como teimam afirmar alguns. Somente mais tarde, à medida que o projeto nacional de nossas elites começa a se consolidar, a finalidade do currículo escolar e da disciplina geografia mais especificamente, passa a ter como finalidade a construção do nacionalismo e do patriotismo.

O trabalho de Rocha (1996; 1998; 2014) não foi feito a partir da análise de manuais escolares da disciplina, mas do estudo do currículo prescrito pelo

CPII. O resgate de algumas das considerações realizadas pelo autor se faz importante, na medida em que o mesmo critica a tese central que sustentou a pesquisa de Vlach (1988), uma das primeiras sobre a história da geografia escolar no Brasil e esta, por sua vez, utilizou-se de manuais para comprovar a sua afirmação.

A respeito da diferenciação estabelecida por Rocha (1996; 1998) acerca de uma “geografia dos professores”, ou “geografia escolar”, sendo aquela produzida como um saber escolar²², em instituições escolares, em contraposição a uma “geografia acadêmica”. Ao nosso ver, considera-se que essas concepções são constituídas de maneira um tanto quanto embaraçosas e anacrônicas. Visto que instituem divisões marcadas, mas não muito precisas, sobre o que seria uma “geografia escolar” e uma “geografia acadêmica”, em um período que antecede a criação das universidades e de cursos superiores.

Como proclamou Rocha (1996; 1998), a geografia escolar seria o conhecimento geográfico produzido na escola, como saber escolar. Contudo, como realizar tal divisão sobre o que é ou não um saber escolar geográfico em um período em que os professores de instituições escolares eram membros de instituições científicas e, também, autores de manuais escolares, anuários, relatórios de viagem etc., com formação superior em outras áreas, que não a geografia, sendo advogados, engenheiros-militares, médicos, entre outras? Os sujeitos que produziam tais conhecimentos e os inscreviam em currículos e manuais escolares de geografia eram considerados “homens de ciência” (KURY, 2004; MARQUES, 2005).

Muitos desses profissionais publicavam seus escritos indicando as suas filiações institucionais, de âmbito escolar e científico (SILVA, J., 2012), seus livros eram utilizados em ambos os espaços, tanto na academia, como na escola. Como se pode perceber na reconstituição do que Machado (2012) chamou de “versões sobre a evolução do pensamento geográfico no Brasil”, em que remonta

²² É importante discriminar o que Rocha (1996; 1998) está considerando como “saber escolar” que, nesse caso, diz respeito ao saber prescrito nos currículos. Assim, a de se considerar que como tal, este é um concebido por determinados sujeitos, os educadores e agentes responsáveis pela educação. Esse esclarecimento se faz necessário na medida em que existe, no âmbito dos estudos educacionais, uma orientação que diferencia o “saber escolar” entre aquele é “prescrito”, “ensinado” e “aprendido”. O primeiro se refere ao que as diretrizes de ensino indicam que deve ser ministrado na escola, o segundo corresponderia ao que é, na prática, ensinado na escola e o último diz respeito ao que os estudantes de fato aprendem (SILVA, J., 2012).

a intenção de se definir o que se intitulou de “geografia moderna” e, para isso, ressalta as figuras de Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980) e Everardo Backheuser (1879-1951), ambos professores, na constituição dessa versão “moderna” da geografia no país.

Delgado de Carvalho era um cientista político, professor do Colégio Pedro II e foi considerado o fundador da “geografia moderna” brasileira, segundo Machado (2012), e da “orientação moderna” no ensino de geografia, por Rocha (1996; 2000). Backheuser era engenheiro e professor catedrático de Mineralogia e Geologia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ambos protagonizaram a criação e execução do Curso Livre Superior de Geografia, ministrado em 1926, pela Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, voltado a formação de professores de geografia para o ensino primário e secundário no Brasil, pois ainda não existiam universidades no país com cursos superiores de geografia.

Backheuser realizou a conferência de abertura do Curso Superior Livre de Geografia, intitulada “*A nova concepção da geographia*” (BACKHEUSER, 1926-1927). Onde declara o “desabrochar” de uma “geografia moderna” que teria “características bem definidas, nítidas, e, principalmente, tão diferentes das que foram utilizados pelos geógrafos até os meados do século 19” (BACKHEUSER, 1926-1927, p. 76)²³. As propriedades dessa “nova concepção de geografia” deveriam ser aprendidas pelos professores e, então, ensinada nos níveis primário e secundário de ensino, no Brasil.

Dessa forma, os contornos do que está sendo chamada de “geografia escolar” e “geografia acadêmica”, ao se referirem ao século XIX e início do XX, não parece ser tão preciso como declaram autores no campo da história da geografia escolar, a exemplo de Rocha (1996; 1998; 2000). Pois, como discutido, os agentes e objetos que permeavam o ambiente intelectual perpassavam tanto instituições escolares, como científicas, assim, não parece muito prudente, ou adequada, uma diferenciação tão cindida e precisa entre os “saberes escolares” e os “saberes acadêmicos”, no contexto supracitado.

²³ Segundo Backheuser (1926-1927, p. 76): “O que distingue a geographia com as suas roupagens modernas, da geographia vestida pela moda antiga, é que ella não se occupa simplesmente, seja de um modo secco e dogmatico, seja de uma maneira colorida e poetica, da mera “descripção da superfície da Terra”. Ao contrario. Depois principalmente das seguras directrizes que lhe deu Davis, procura dar a “explicação” do que se passa sobre a Terra. A geografia descreve apenas: explica.”

Alguns estudos, posteriores aos de Vlach (1988) e Rocha (1996; 1998), buscaram retomar e prosseguir nas discussões acerca da história da geografia escolar no Brasil e nos estudos sobre os manuais escolares da disciplina. Os trabalhos de Albuquerque (2011; 2014), Silva, J. (2006; 2012; 2018), Sousa Neto (2000) e Maia (2014) são alguns exemplos²⁴.

Nas discussões mais recentes sobre a história da geografia escolar no Brasil, Albuquerque (2011; 2014) têm procurado explorar e reconhecer a importância das fontes não oficiais relacionadas ao ensino da disciplina. Ou seja, àquelas que não se configuram como documentos emitidos por órgãos públicos ou privados, leis, decretos etc. No que diz respeito à geografia escolar, esse tipo de fonte é materializada em manuais escolares, cadernos de alunos, mapas, globos terrestres, dicionários, entre outros objetos que permearam o ambiente escolar ao longo do tempo.

Em uma entrevista, concedida à Revista *Giramundo*²⁵ (CASTRO *et al*, 2015), Albuquerque discutiu a importância da manipulação e do trabalho com as fontes primárias relacionadas ao ensino da disciplina para que as discussões no campo de sua história possam avançar. Segundo a pesquisadora, o trabalho realizado por Vlach (1988) e Rocha (1996) marcaram um momento fundamental para a constituição do campo de pesquisas na história da geografia escolar, o primeiro em que se recorreu à História das Disciplinas Escolares. Contudo, a autora declara ser preciso avançar nas discussões e, para isso, seria necessário recorrer à diferentes tipos de fontes, sejam elas oficiais ou não.

Albuquerque (2011; 2014) buscou discutir alguns marcos estabelecidos pelos trabalhos de Vlach (1988) e Rocha (1996), dentre eles: o da institucionalização da geografia escolar, a partir da criação do CPII, e a sua inserção no currículo prescrito da escola. Tal marco foi instituído pelos autores por motivos que se justificavam, principalmente, a partir de dois argumentos: o primeiro foi ancorado em um suposto pioneirismo do CPII como instituição de

²⁴ Ressalta-se que a realização de uma extensa e detalhada revisão e análise de tais pesquisas não se configura como uma pretensão nesse estudo, contudo se faz necessário indicar que o debate sobre a história da disciplina em sua vertente escolar continua sendo feito e que os marcos estabelecidos pelos primeiros pesquisadores da área no Brasil (ISSLER, 1973; VLACH, 1988; ROCHA, 1996) têm sido revistos a partir do acesso a fontes escolares oficiais e não oficiais, e do seu estudo ancorado em teorias e metodologias de pesquisa diferentes das utilizadas nas primeiras investigações do campo.

²⁵ Revista de Geografia do Colégio Pedro II.

ensino secundário no país, visto que não haviam outras escolas desse nível de ensino no Brasil. O segundo argumento foi baseado na consideração de que a institucionalização de uma disciplina escolar se formalizaria a partir da sua oficialização no currículo prescrito. Dessa forma, a geografia escolar brasileira teria tido início com a sua organização e inclusão na grade curricular no Colégio Pedro II, em 1837.

Por meio de algumas pesquisas sobre a história da educação brasileira²⁶ Albuquerque (2011; 2014) verificou que o CPII não foi a primeira instituição de ensino secundário no país²⁷. Nas incursões realizadas em acervos documentais e bibliotecas, a autora encontrou manuais de geografia que datam de um período anterior a criação da escola, e sugere que havendo produções dessa natureza, deveria existir, também, alguma demanda escolar por esse tipo de material. Diante de tais evidências, Albuquerque (2011, p. 38) concluiu que “é possível que a Geografia enquanto disciplina escolar tenha sido institucionalizada antes mesmo da criação do referido Colégio [Pedro II]”. E defende a necessidade de reconhecer e “dar voz” as instituições que foram criadas antes do CPII, ou que funcionaram ao mesmo tempo que a escola. Enfatizando, assim, a relevância de se comprovar a data do que seria o início da geografia escolar no Brasil.

Albuquerque (2014), por outro lado, reitera as justificativas de Vlach (1988) e Silva, J. (2012; 2018) sobre as razões que explicariam a presença da geografia no currículo dessas escolas. O maior motivo seria a exigência dos exames de ingresso ao ensino superior que passou a cobrar conteúdos geográficos de seus ingressantes. Sendo também uma das explicações para a criação de vários liceus ao longo do século XIX com a cadeira de geografia. A autora esclarece que tais escolas tinham grades curriculares diferentes do CPII e, por isso, afirma “que é necessário conhecer tais currículos para melhor compreendermos as diferentes geografias trabalhadas nessas instituições” (ALBUQUERQUE, 2014, p. 19).

²⁶ Haidar (2008), Mello (1996) e Veiga (2007), respectivamente.

²⁷ A esse respeito, destaca-se o trabalho de Bretas (1991), *História da Instrução Pública em Goiás*, anterior aos trabalhos consultados por Albuquerque, em que o autor discrimina os liceus fundados no Brasil, ao longo do século XIX. Segundo Bretas (1991), antes da criação do CPII, em 1837, foram criados cinco estabelecimentos de ensino secundário: no Rio Grande do Norte, em 1837, na Paraíba e na Bahia, em 1836, no Pernambuco e em Santa Catarina, em 1837. Dentre estes, o liceu da Bahia, do Pernambuco e de Santa Catarina tinham a geografia no conjunto das cadeiras que compunham o currículo.

As pesquisas da autora têm utilizado como fonte principal os manuais escolares da disciplina que circularam nas instituições de ensino do estado da Paraíba, ao longo do século XIX. Estes são analisados por meio dos conteúdos geográficos e dos seus aspectos materiais, dos quais Albuquerque (2011) destaca alguns, como: anotações de alunos e professores, além de carimbos. As anotações forneceram indícios sobre o uso do material e a maneira com que determinado conteúdo era ensinado e aprendido, e os carimbos apresentaram pistas sobre os lugares em que o livro foi adquirido, possibilitando a compreensão das relações comerciais envolvidas na sua produção, distribuição e venda.

Investigações como as de Sousa Neto (2000), Silva, J. (2006; 2012; 2018) e Maia (2014) também buscaram discutir e avançar nas discussões sobre a história da geografia escolar. Um dos marcos históricos instituídos por Vlach (1988) e Rocha (1996), amplamente difundido entre os pesquisadores do ensino de geografia, é o de que esta teve seu início como disciplina autônoma primeiramente no currículo da educação básica para, então, ser constituída no ensino superior. Este se configura, inclusive, como um argumento, utilizado por alguns, acerca da relevância do estudo da história da geografia como disciplina escolar, e um consenso que, segundo as pesquisas de Silva, J. (2012; 2018), não se mostra verdadeiro. Visto que as fontes indicaram a inclusão da geografia como disciplina na grade curricular da Academia Real Militar, em 1810, no Rio de Janeiro, sendo, portanto, no ensino superior.

Outra questão que aparece nos trabalhos de Vlach (1988) e Rocha (1996), e que vem sendo repensada, diz respeito aos manuais escolares de geografia. Os autores declararam que estes materiais eram, em sua maioria, traduções de versões francesas ou cópias do *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, contudo autores como Sousa Neto (2000) e Maia (2014) questionaram tal ideia. Sousa Neto (2000) o faz por meio da crítica a análise anacrônica realizada por pesquisadores que buscaram estudar os manuais de geografia do século XIX sem considerar as práticas em que estavam inscritos. Segundo o autor, nesse período “copiar não era um pecado capital, posto que chegava a ser, para alguns, uma virtude” (SOUSA NETO, 2000, p. 12). Por esse ângulo, a cópia se configurava como uma imitação e, esta, no interior da tradição aristotélica, era vista como arte: “Representar com perfeição a realidade, e imitar com perfeição

a imitação primeira, era prática corrente ainda durante o século XIX, principalmente entre aqueles ligados à Igreja Católica e seus dogmas [...]” (SOUSA NETO, 2000, p. 12).

Maia (2014) identifica e relaciona uma quantidade considerável de manuais escolares de geografia produzidos por autores brasileiros, ao longo do século XIX, que circularam pela Província de Minas Gerais. A partir da análise desse recorte, o autor conclui que havia no Brasil uma produção própria de conhecimento geográfico, contrariando, assim, “antigas concepções de que a Geografia ensinada no Brasil provinha exclusivamente de autores estrangeiros.” (MAIA, 2014, p. 08).

Neste resgate sobre os principais debates que têm sido desenvolvidos no campo da história da geografia escolar no Brasil, procurou-se apresentar como o manual escolar da disciplina tem sido utilizado como fonte de pesquisa na área. Grande parte das análises centrou-se no conteúdo de tais livros, a fim compreender a maneira como um discurso foi construído e/ou veiculado em um dado momento da história do país; para elucidar o desenvolvimento de um saber escolar geográfico; “dar voz” as instituições escolares distantes dos centros culturais e de poder, nos diferentes momentos da história do Brasil; e, também, para conhecer e interpretar as produções de personagens de circulação local, regional e/ou nacional, autores de livros de geografia, professores da disciplina e reconhecer a importância dos mesmos.

As abordagens apresentadas ao longo desse capítulo, consagradas no âmbito da história da geografia escolar, centradas na análise dos conteúdos e dos currículos, pouco se preocuparam com o exame propriamente geográfico da disciplina escolar geografia e excepcionalmente se atentaram para um tratamento mais material das fontes escolares. Nesse sentido, o presente estudo pode se configurar como uma contribuição ao campo, na medida em que propõe um tratamento dos manuais escolares aproximado da geografia da ciência e do livro, buscando identificar e pensar a disposição espacial dos deslocamentos desses objetos, dos locais de produção aos de guarda.

Percebeu-se que tanto no âmbito da geografia do livro, quanto na história da geografia escolar, a análise que se faz (ou se utiliza) do livro é, em geral, conduzida a partir do estudo de uma unidade, podendo ser um título, em particular, uma edição editorial ou um conjunto de obras um autor. Nesse

contexto, o conjunto de livros não costuma ser pensado a partir da sua situação no lugar encontrado, em geral um arquivo documental, sendo destacado do mesmo e analisado a parte. Característica que diferencia esse trabalho dos apresentados ao longo do capítulo, visto que, na presente investigação, as instituições de guarda são o meio pelo qual os livros foram acessados e pensados.

CAPÍTULO 2 – AS GEOGRAFIAS DOS ACERVOS DOCUMENTAIS DA CIDADE DE GOIÁS (GO)

Neste capítulo nos ocupamos de duas tarefas centrais, sendo a primeira a apresentação das três instituições de guarda, localizadas na Cidade de Goiás, onde as investigações aconteceram: o Lyceu de Goyaz, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e o Gabinete Literário Goyano. A segunda tarefa foi a análise geográfica da constituição dos acervos de cada uma delas. Visto que se percebeu que os conjuntos de manuais escolares de geografia, como parte do acervo geral das instituições, acompanhavam parcialmente um padrão da constituição do acervo geral nesses lugares.

Pensamos que para compreender a constituição dos acervos de manuais escolares de geografia dessas instituições era preciso conhecer, primeiro, o funcionamento e organização das mesmas e entender de que maneira esses arquivos se constituíram. Percebemos que existe uma relação entre tais instituições, o ensino e a busca pela construção de uma memória da cidade, por meio, também, da chegada dos conjuntos de manuais escolares de geografia nos acervos. Dessa forma, esse capítulo se fez necessário na medida em que se constitui como um caminho para compreender essas relações.

A fim de encaminhar tais análises, o presente capítulo foi estruturado em três sessões. Na primeira foram apresentadas discussões teóricas sobre os acervos realizadas em outros campos do conhecimento, tais como a história (BLOCH, 2001; CASTRO, C., 2005, SALOMON, 2011), a filosofia (OPHIR, 2011), a ciência da informação (HILL, 1993) e a sociologia (LATOUR, 1996). Posteriormente, discorreu a respeito do encaminhamento teórico de natureza geográfica que conduziu a análise da constituição dos arquivos da Cidade de Goiás, apoiado nas noções de “quadro” e “enquadramento” de Gomes (2017).

Na segunda sessão, o Lyceu de Goyaz, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e o Gabinete Literário Goyano foram apresentados a partir da sua atual situação. Indicou-se aspectos de sua organização a fim de esclarecer como, a partir de hoje, é possível acessar os acervos de tais centros e os limites e possibilidades que essas condições configuraram para a pesquisa. A dinâmica de cada local, delimitou, em parte, quais os manuais poderiam ser acessados e de que maneira poderia se dar a coleta e a análise do material em campo.

Na última sessão, analisamos a linha do tempo (Figura 9) correspondente ao percurso dos arquivos das instituições de guarda consultadas na Cidade de Goiás. Esse esquema gráfico se configura como um quadro síntese da formação dos arquivos destas instituições que marca o início da constituição do acervo e segue até o período da presente investigação. Este quadro forneceu indícios para a compreensão da constituição dos seus conjuntos de manuais escolares de geografia e apresentaram resultados sobre a relação entre as instituições de guarda, o ensino e a constituição dos conjuntos de livros.

2.1 Lugares para os arquivos: espaços de pesquisa, guarda, conservação, saber e memória

Os acervos de documentos históricos são lugares que atraem a atenção de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e possuem muitas denominações usuais: acervos, centros ou lugares de guarda de memória, entre outras. Configuram-se como lugares que, em alguma medida, “guardam” ou “conservam” objetos que, por diversas razões, podem ser chamados de históricos.

Segundo Castro, C. (2005) e Ophir (2011), os documentos encontrados nesses arquivos são aqueles que resistiram à ação do tempo e que foram salvos do esquecimento por motivos que podem ser identificados nas ações humanas. Ademais, o universo de documentos dos acervos não se configura como uma totalidade de artefatos sobre o passado, mas como “pedaços” de uma história que foi organizada de determinada maneira pelo indivíduo que recebeu tais materiais no lugar. Dessa forma, não se pode compreender esses lugares como depósitos de fatos antigos, desprezar a maneira na qual estão organizados no acervo ou ignorar a forma em que chegaram ao lugar de guarda. Em certa medida, estas informações podem delinear a análise e a apropriação que se faz dos documentos ou das informações obtidas por meio deles.

Bloch (2001), Castro, C. (2005) e Hill (1993) assinalam as dificuldades de reunir documentos nas instituições de guarda, o problema da organização e catalogação dos mesmos e indicam a sua relevância como instrumental do trabalho científico. Bloch (2001, p. 82) afirma que: “A ferramenta, decerto, não faz a ciência. Mas a sociedade que pretende respeitar as ciências também não

deveria se desinteressar de suas ferramentas”. Bloch (2001) e Castro, C. (2005) enfatizam, ainda, que a organização desses documentos nos acervos não é natural ou aleatória, mas resultado de “causas humanas” que não devem escapar à análise dos estudos que envolvem tais documentos.

Além da concepção, organização e manutenção dos acervos, discute-se o acesso a tais arquivos como uma demanda e um problema político. Para Bloch (2001, p. 85): “a pacífica continuidade de uma vida social sem rasgos de febre mostra-se menos favorável do que às vezes se acredita à transmissão da memória”. O autor argumenta que são nos momentos de acirramento político, nas “revoluções”, em que os possuidores dos documentos são destituídos de seus cargos (sem tempo para destruí-los) é que se encontram as oportunidades de permanência desses materiais e de acesso da sociedade a eles.

Existe, portanto, um problema que diz respeito ao acesso aos acervos de documentos históricos, que se tornou uma questão de pesquisa e demanda por um direito social. Salomon (2011, p. 06) assinala que “os arquivos se tornaram um problema político e epistêmico em inúmeras sociedades”, e que existe uma demanda social pela abertura desses conjuntos documentais que dizem respeito à história de tais grupos.

O autor pondera que a decisão pela abertura dos arquivos estaria associada a um novo tipo de direito, o “direito à memória”, assentado em um desejo de “saber dos arquivos”. A busca pelo saber desses conjuntos documentais remeteria a dois sentidos entrelaçados: o primeiro diz respeito à vontade de encontrar os acervos e torná-los acessíveis, disponibilizá-los e convertê-los em objeto de investigação histórica; o segundo, ao conhecimento que se pode depreender dos estudos desses materiais, pois “os arquivos, arquivam alguma coisa, portam traços de um saber com os quais a história tem o poder de fazer alguma coisa.” (SALOMON, 2011, p. 08).

Os arquivos históricos, portanto, estão envoltos por disputas políticas que discutem a sua abertura, disponibilização e o livre acesso. Uma das razões desses conflitos está relacionada à razão de ser do próprio arquivo, entendido como traço presente que contém coisas da atualidade e do passado (OPHIR, 2011; CASTRO, C., 2005). Assim, percebe-se que a constituição dos arquivos de documentos históricos, a sua concepção, organização, tratamento, potencialidade como fonte de informação, até a sua disponibilização e acesso

(como parte da efetivação do direito à memória), se configuram como questões de pesquisa e pontos de reflexão no âmbito das investigações científicas.

Latour (1996), por sua vez, buscou pensar os arquivos (laboratórios, bibliotecas, coleções, museus etc) como nós de uma rede de materiais que se convertem em determinados signos. Esses signos têm, segundo o autor, a possibilidade de estabelecer narrativas acerca da história, de lugares e coisas (por meio de movimentos de ampliação e redução de inscrições) e de produzir informações.

No que diz respeito às pesquisas de natureza geográfica, pode-se afirmar que os acervos aparecem como parte da bibliografia da investigação e fonte de dados. Contudo, como a Geografia, uma ciência imbuída de sentido e lógica próprios, pode contribuir para os estudos acerca dos arquivos? Quais contribuições esse tipo de análise pode agregar aos estudos no âmbito da história da geografia? Em parte, a resposta para tais perguntas encontra-se na própria discussão acerca da identidade da Geografia, que perpassa pela compreensão acerca daquilo que é ou não geográfico.

Usualmente, diz-se que a Geografia é a ciência que estuda o espaço terrestre e a composição da própria palavra (justaposta por *geo*, terra, e *grafos*, escrita ou descrição), abarcaria por si só a completude desse campo de estudos. Para Gomes, P. (2006; 2016; 2017) a aparente simplicidade do termo não encerra todo o seu significado e possibilidades, e a questão central da disciplina gira em torno das razões pela qual as coisas estão dispostas no mundo, os significados e consequências dessa organização espacial.

Gomes, P. (2017) encara a Geografia como um modo de pensar, uma forma original de organizar o pensamento. Sua ideia se fundamenta na discussão sobre a identidade da Geografia a fim de compreender o sentido desse campo de estudos e delinear os domínios que abrangem o “geográfico”. Para o autor:

[...] a Geografia é o campo de estudos que interpreta as razões pelas quais coisas diversas estão situadas em posições diferentes ou porque as situações espaciais diversas podem explicar qualidades diferentes de objetos, coisas, pessoas e fenômenos (GOMES, P., 2017, p. 20).

Gomes, P. (2017) recorre à apresentação que Kant fez sobre a Geografia para retomar a ideia de “conjunto”. O autor remonta a Kant ao indicar que a classificação de um conjunto seria o resultado de dois tipos de procedimentos: o *lógico* e o *físico*. A forma lógica de se proceder parte da observação das características de diferentes coisas, essas coisas são examinadas individualmente como unidades, sendo, posteriormente, agrupadas segundo um determinado critério. No procedimento físico, por sua vez, a diversidade deve ser preservada para que a reflexão ocorra a partir da disposição das coisas como elas aparecem, nas condições em que se apresentam no mundo e como integrantes dos conjuntos dos quais pertencem.

Dessa forma, Gomes, P. (2017, p. 25) afirma que “[...] a obediência ao princípio da localização é a condição que nos garante essa observação da diversidade”. Pois, as coisas se manifestam distintas, mas juntas em um lugar e, dessa forma, pode-se pensar sobre elas a partir das relações dispostas pela localização. O meio para acessar a forma física de pensar é a descrição, que busca colocar as coisas em relação sem um pressuposto externo estabelecido. Dessa forma, a descrição é um meio pelo qual a compreensão da maneira em que os elementos estão dispostos, relacionados e conectados, se torna possível. O autor argumenta que o instrumento básico da descrição são as imagens, pois estas têm a capacidade de expor o que corriqueiramente não se vê.

Segundo Gomes, P. (2017), o “quadro” é uma noção que permite explicar geograficamente a qualidade diversa de objetos, coisas e fenômenos, por meio da associação de coisas variadas, situadas em diferentes posições ou situações espaciais. Para o autor:

Fazer parte do quadro significa estar exposto ao mesmo ambiente, encontrar conexões múltiplas pelo jogo de posições, partir da localização para pensar relações, julgar proximidades ou distâncias. Então, nesse caso, encontrar relações não significa estabelecer uma dependência necessária entre variáveis, o quadro coloca variáveis no mesmo plano e demonstra a multiplicidade de possibilidades de análise com diferentes considerações sobre os outros aspectos que aí figuram (GOMES, P., 2017, p. 36).

Essa compreensão permite uma diversidade temática ao corpo de estudos que compete à Geografia e unifica esses temas na busca pela

compreensão de uma ordem locacional na aparente dispersão espacial dos fenômenos. Segundo Castro, Gomes e Corrêa (2012, p. 08), tal perspectiva:

[...] abre possibilidades para tratar do espaço, qualificando-o a partir de suas diferentes ordens organizativas, as quais dão a conhecer a inescapável interação entre os mundos material e simbólico, e possibilita uma abordagem dimensional mais adequada ao espaço, um real complexo cuja compressão não pode abstrair de uma base material concreta e das formas simbólicas de apreendê-la.

O espaço, por sua vez, suscita, desde o princípio dessa ciência, debates em torno de seu conceito, do seu fundamento, do que se entende como raciocínio geográfico, e suas implicações no âmbito da Geografia. Por vezes, sendo considerado como “tradição” (PATTISON, 1976), “conceito-chave” (CORRÊA, 2012) e/ ou objeto dessa ciência. Nesse trabalho não busco realizar uma discussão acerca do espaço na Geografia, mas ressaltar a sua dimensão “fundadora do “ser no mundo”” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012, p. 07) e como uma instância da sociedade (SANTOS, M., 1992). A fim de sustentar a relevância da análise espacial dos fenômenos no mundo.

As noções de “quadro” e de “enquadramento”, apresentadas por Gomes, P. (2017) como uma possibilidade de analisar geograficamente fenômenos espaciais, configuram-se como concepções que guiaram o presente estudo sobre as instituições de guarda e seus acervos (ou arquivos), especificamente os conjuntos de manuais escolares de geografia. Buscamos ancorar a análise na: 1) descrição destas instituições e de seus arquivos, localizando-os espacial e temporalmente; e 2) identificando relações que caracterizam e permeiam tais agrupamentos por meio do enquadramento dessas informações, sintetizadas na Figura 9.

2.2 Instituições de guarda de memória na Cidade de Goiás (GO): Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano

Descrever o funcionamento dos acervos das instituições em que se deu a pesquisa se configura como uma etapa necessária para apresentar as em que circunstâncias se encontravam os arquivos no momento em que a pesquisa de campo foi realizada. Foi a partir do material encontrado no Lyceu de Goyaz, na

Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e no Gabinete Literário Goyano, que se deu a análise da presente investigação.

Caracterizar a gestão e a formação dos acervos das instituições se configurou como uma maneira de compreender esses lugares, identificados na pesquisa como “instituições de guarda de memória”. Estas, portanto, guardam, organizam e expõem de determinada maneira seus acervos, seus conjuntos documentais. Para Latour (1996) espaços como os de museus, bibliotecas e laboratórios, que conservam objetos do passado e do presente, são lugares capazes de “[...] courbe l'espace et le temps autour d'elle et sert de réceptacle provisoire, de *dispatcher*, de transformateur et d'aiguillage à des flux bien concrets qu'elle brasse en continu.²⁸ (grifo do autor)”. Dessa forma, entender como essas instituições são geridas e organizadas é uma forma de pensar as suas conexões e de refletir sobre a maneira como elas recebem, transformam, organizam e conferem sentido aos materiais que lhes chegam e que são concebidos, pelo autor, como “inscrições”.

As inscrições são os veículos materiais que circulam entre dois lugares. Um dos lugares é convertido em *periferia*, o outro em *centro*. Essa relação de movimento é concebida como “informação”. O esquema, desenhado por Latour (1996), implica relações de poder entre os lugares concebidos como *periferia* e *centro*; o segundo influencia no que o primeiro pode acessar e deter. Nesse arranjo, a “informação” é concebida como uma relação prática e material, como um carregamento de inscrições.

Para Latour (1996), a produção de informações permitiria resolver de maneira prática a contradição entre a *presença* e a *ausência* em um mesmo lugar. Segundo o autor, seria impossível compreender tal formação sem se interessar pelas instituições que permitem o estabelecimento dessas relações de dominação, e sem os veículos materiais que tornam possível o transporte e o carregamento. A partir do esquema proposto por Latour (1996), concebemos que tais lugares, denominados como “instituições de guarda de memória”, se constituem nas relações que estabelecem com outros lugares, por meio da mobilidade e na circulação.

²⁸ “[...] curva o espaço o tempo ao seu redor e serve de receptáculo provisório, despachante, transformador e de encaminhamento para fluxos de concreto que fermentam continuamente.” (LATOUR, 1996, p. 23).

A apresentação dos acervos realiza mais do que uma enumeração das características destas instituições, buscando analisar a organização das mesmas de maneira a transpor a pretensa “concretude” dos mesmos. Segundo Castro, C. (2005, p. 40): “Como princípio de método, é preciso que o pesquisador escape à sedutora “concretude” dos arquivos e esteja atento à relatividade da organização atribuída pelo arquivista aos documentos, que não pode ser dada como ‘natural’”.

A primeira instituição identificada como possuidora de um acervo referente a disciplina escolar geografia na Cidade de Goiás, foi o Lyceu de Goyaz. As visitas ao acervo do Lyceu se deram por intermédio de Fátima Cançado, arquivista da instituição e da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Ela foi a responsável por higienizar e organizar todo o acervo do local, e boa parte do material da Fundação.

Atualmente, o acervo do Lyceu está alocado em uma sala no prédio da própria instituição na Cidade de Goiás (Figura 1), e fica aberto no período da manhã. Nas conversas com a arquivista foi relatado o conflito acerca da guarda do acervo da escola, pois o material se encontrava fechado e sem o tratamento adequado em uma sala da sede da Sub-Secretaria de Educação do Estado de Goiás. A Fundação Frei Simão Dorvi se ofereceu para higienizar e guardar o acervo nas dependências da instituição, contudo, a atual direção da escola se contrapôs a ideia, alegando que “o que é do Lyceu deve permanecer no Lyceu”. Diante do impasse, a escola ofereceu à arquivista da Fundação uma renda mensal em troca da higienização do material e da permanência dela no arquivo, no período da manhã, a fim de receber pesquisadores.

Figura 1 – Faixada e pátio do prédio do Colégio Lyceu de Goyaz.



Autora: Gabriela Leles (2017).

O Lyceu funciona normalmente como uma escola, atualmente se encontra vinculada ao governo do Estado de Goiás e atende alunos do ensino médio. O acervo, que está sob os cuidados da arquivista, não se mistura com os documentos administrativos de uso diário da instituição e estão conservados em sala separada, reservada para esse fim. Dessa forma, na mesma instituição coexistem as duas funções: como escola e instituição de guarda. Ressalta-se que os documentos interessantes à pesquisa são aqueles do acervo histórico da instituição, e não os de natureza administrativa e funcional da escola no seu momento atual.

Ressalta-se que a mudança do acervo da escola para o prédio do Lyceu se deu durante a realização dessa pesquisa, no início do ano de 2019. Nos últimos dois anos o material esteve alocado na Sub-Secretaria de Educação do Estado de Goiás, praticamente inacessível para visitação e pesquisa e sem o devido tratamento.

Até o momento da pesquisa de campo, o acervo não dispunha de uma catalogação digital. A instituição não tinha a disposição computadores ou um sistema que viabilizasse o acesso ao catálogo de documentos dispostos no arquivo. Dessa forma, para a realização da pesquisa era necessário a presença e o auxílio da arquivista ao longo de todo o período de estudo no acervo. Assim, quem indicou e “encontrou” o que poderia ser importante para a pesquisa foi a arquivista. Ela se tornou uma figura importante que intermediou o acesso aos documentos.

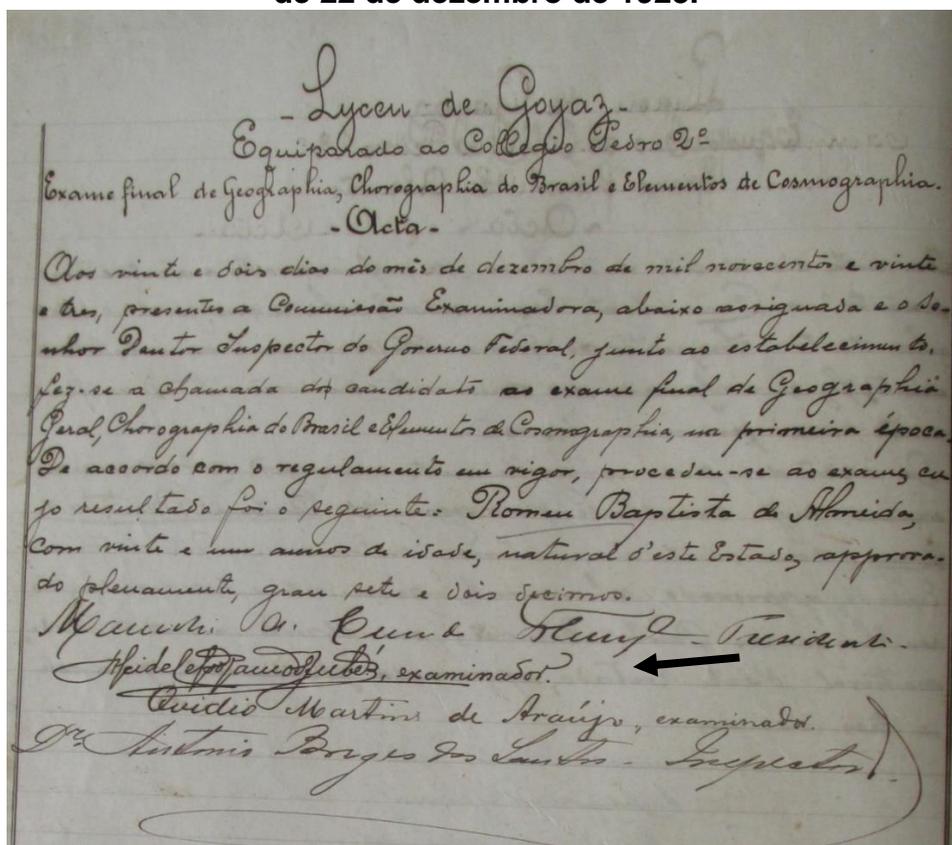
O acervo do Lyceu de Goyaz é composto, majoritariamente, por documentos oficiais²⁹ da escola (folhas de pagamento de docentes e administrativos, termos de exames, boletins dos alunos, documentos de alunos etc) (Figura 2), que datam do período de sua criação, em 1846, até o ano da transferência para a nova capital do estado, Goiânia, em 1937³⁰, e alguns

²⁹ Adotou-se a definição de documentos “oficiais” e “não oficiais” de Saint-Georges (2005). O autor discute a diversidade de fontes para a pesquisa no âmbito das ciências sociais e define como fontes escritas documentos “oficiais”, “não oficiais”, “estatísticos”, entre outros. Define-se como documentos “oficiais” aqueles emitidos ou recebidos por instituições públicas e/ou privadas “em virtude das responsabilidades que lhe estão confiadas por lei, por regulamentos ou por certos costumes notórios” (SAINT-GEORGES, 2005, p. 21-22). Os documentos “não oficiais”, por sua vez, são compreendidos como aqueles produzidos por quaisquer outras instituições, grupos ou indivíduos, tais como: periódicos científicos, revistas, jornais, livros, dicionários, enciclopédias e cartas.

³⁰ Segundo Barros (2012), os documentos posteriores a 1937 estão sob a custódia do Colégio Liceu de Goiânia, localizado na capital.

cadernos e livros de diferentes disciplinas doados por ex-alunos da escola (Figura 3).

Figura 2 – Termo de exame final de Geographia, Chorographia do Brasil e Elementos de Cosmographia, do Lyceu de Goyaz, de 22 de dezembro de 1923.



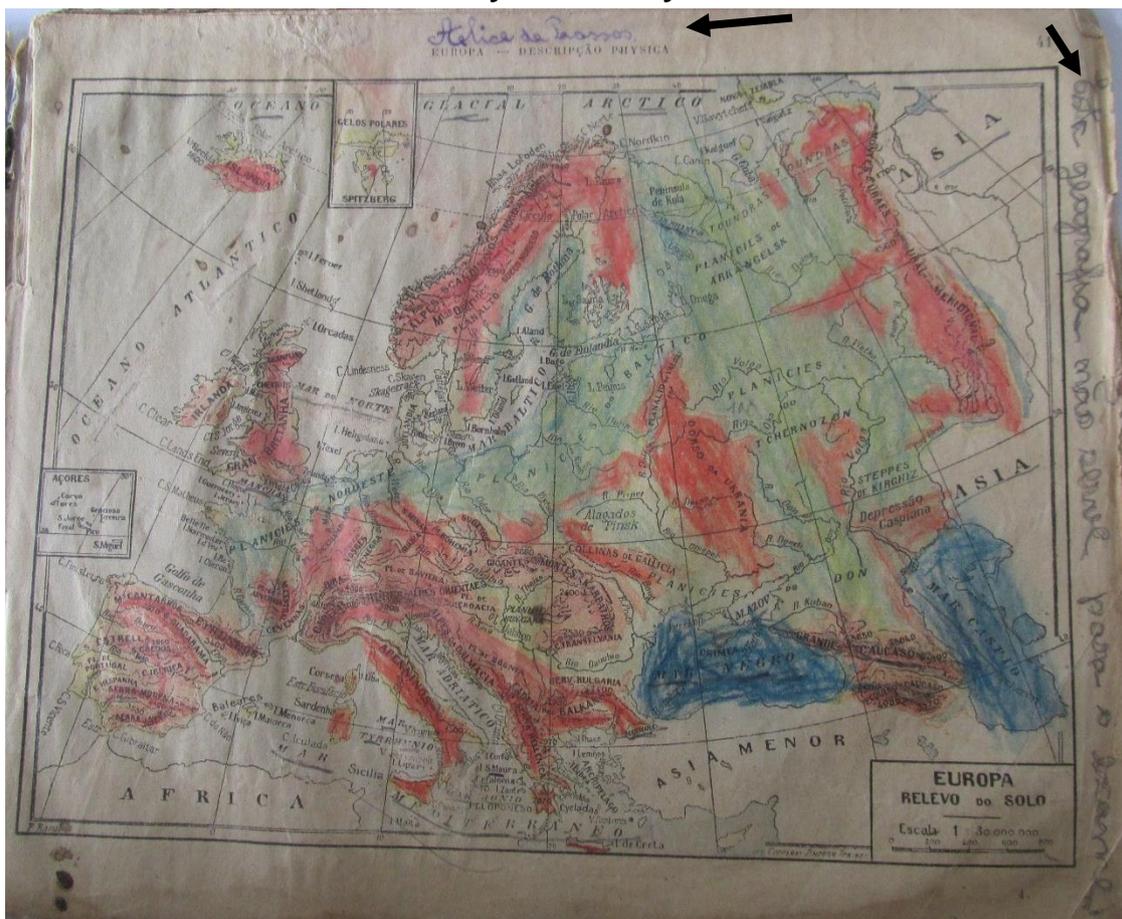
Fonte: Termo de Exames Finais do Lyceu de Goyaz (1917).
 Autora: Gabriela Leles (2019).

Os documentos oficiais, como o da Figura 2, apresentavam indícios materiais sobre a existência efetiva da geografia como disciplina na escola que funcionava normalmente. Um dado significativo na medida em que, muitas vezes, as disciplinas eram criadas a partir de decretos, mas não chegavam a funcionar. Outro indício que chama a atenção são as pessoas que assinavam o documento, os responsáveis pela aplicação do exame. Dentre eles destaca-se a assinatura do professor Alcide Celso Ramos Jubé que exerceu o papel de examinador e que, naquele momento, era o professor de geografia e chorographia do Brasil, no Lyceu. Alcide Jubé também foi diretor da instituição e o acervo pessoal da sua biblioteca, doada ao Gabinete Literário Goyano, é um

dos conjuntos de manuais escolares que compõe o universo documental dessa pesquisa.

Dentre os documentos não oficiais, existiam cadernos e livros de ex-alunos da instituição que foram doados por algumas famílias ao acervo da escola, antes de ele ser fechado. O documento apresentado na Figura 3, em especial, apresenta indícios, sinais de uso da aluna, indicando que o mesmo foi utilizado para fins escolares voltado ao ensino da geografia. A pintura feita a lápis, a frase escrita na lateral da página “Esta geografia não serve para o exame” e o nome da aluna na parte superior da folha, indicam o uso no estudo de conteúdos geográficos. Além de pontuar a relevância de certos conteúdos para os exames da disciplina que conduziam, em parte, o aprendizado de certos temas em detrimento de outros.

Figura 3 – Página do “*Curso Elementar de Geographia Atlas*”, de ex-aluna do Lyceu de Goyaz.



Fonte: *Curso Elementar de Geographia Atlas*, 8. ed., Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Livraria Paulo Azevedo & Cia, 1923.
 Autora: Gabriela Leles (2017).

Outro lugar onde foi possível encontrar documentos sobre as escolas secundárias da Cidade de Goiás e, especificamente, manuais escolares de geografia utilizados em tais escolas, foi a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. A instituição é presidida há algumas décadas por Elder Camargo de Passos, cuja parceria é firmada junto com a arquivista da instituição, Fátima Cançado.

Essas duas figuras participaram, e ainda participam, de muitos grupos e organizações na Cidade de Goiás, em prol da preservação do patrimônio cultural e histórico da cidade. O Sr. Elder é, também, o criador e presidente da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), por alguns anos presidiu o Gabinete Literário Goyano, e publicou obras sobre a história do Estado de Goiás e da antiga capital.

Atualmente, a Fátima trabalha como arquivista no arquivo das duas instituições: Lyceu e Fundação. Ela trabalhou com o criador da Fundação, Frei Simão Dorvi, ajudando-o na organização e no tratamento do acervo da instituição, e, assim como Sr. Elder, atuou no Gabinete por algum tempo. Ambos são figuras que perpassam o cenário arquivístico da Cidade de Goiás por estarem envolvidos com muitas instituições cujos objetivos envolvem, em alguma medida, resgatar e preservar a história do Estado e cidade. São eles as principais figuras que sustentam as atividades da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi.

A Fundação possui sede própria, um terreno que comporta uma casa, cujos cômodos alocam diferentes tipos de documentos e têm usos específicos para as atividades desenvolvidas pela instituição (Figura 4 e 5), além de um espaço usado como estacionamento pago, que tem a renda revertida para a manutenção da mesma.

Figura 4 – Sala de tratamento de documentos.



Autora: Gabriela Leles (2019).

Figura 5 – Salas de estudo com documentos higienizados e catalogados (a esquerda) e armazenamento de documentos sem tratamento e catalogação (a direita).



Autora: Gabriela Leles (2019).

O conjunto documental é diverso e comporta desde exemplares dos primeiros periódicos impressos no Estado de Goiás e na antiga capital; documentação civil, expedida pela Igreja Católica no início do século XX, e recolhida pelo Frei Simão Dorvi; coleções particulares doadas ao acervo; até documentos oficiais recentes, pertencentes à órgãos públicos estaduais e municipais que usufruem da instalação da instituição por falta de espaço nas próprias sedes.

O estado dos documentos varia muito. A maior parte do acervo é acessível e encontra-se higienizada. Contudo, o conjunto documental pertencente aos órgãos públicos só pode ser parcialmente manuseada, em função da contaminação de parte do arquivo com um tipo de agrotóxico, prejudicial à saúde humana (Figura 6). Segundo a arquivista, o material foi “envenenado por BHC”³¹, um tipo de agrotóxico que foi pulverizado nos documentos, pelos próprios funcionários públicos, para combater as traças e conservar os papéis. Contudo, desde então, os documentos encontram-se inacessíveis, em função da contaminação com o produto tóxico.

³¹ O BHC é proibido no Brasil desde a década de 1980 e foi muito utilizado no início do século XX, para matar os besouros que causavam a “broca-do-café”.

Figura 6 – Documentos oficiais contaminados.



Autora: Gabriela Leles (2019).

No conjunto documental contaminado encontram-se muitos documentos anteriores ao ano de 1900. Limitando, assim, o arsenal documental da pesquisa, visto que a educação pública em Goiás, ao longo dos séculos XIX e meados do XX, era gerida pela Secretaria de Instrução, Terras e Obras Públicas. Dessa forma, os documentos oficiais produzidos por essa secretaria, referentes ao ensino público do Estado de Goiás e da antiga capital, estão, em parte, inacessíveis. Limitando o acesso aos decretos e leis publicados em jornais.

Os documentos que compõe o arsenal de fontes da pesquisa, encontrados na Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, são: alguns documentos oficiais do Colégio Sant'Anna³², do Lyceu de Goyaz e da Eschola Normal Official (cartas, discursos proferidos em refeições de grau, boletins e atas) e manuais escolares de geografia doados por familiares de ex-alunos do Lyceu. Percebeu-se que a Fundação concentra uma enormidade de documentos históricos, a maioria sobre Goiás-Tocantins, e que seu acervo é composto por materiais de natureza variada, alguns estando até “envenenados” como descreve a arquivista. Esse conjunto chegou à instituição por diversas vias, seja por meio do Estado, na figura de órgãos públicos; pela Igreja, por meio de seu fundador, Frei Simão Dorvi; pelas escolas; ou pelas famílias, que doaram itens dos seus acervos particulares.

³² A maior parte dos documentos oficiais e não oficiais do Colégio Sant'Anna encontra-se na posse das Irmãs Dominicanas, que possuem uma escola em funcionamento no Estado, o Externato São José, localizada em Goiânia. Contudo, não foi possível acessar o arquivo da escola, pois o mesmo não foi encontrado e não foi possível o contato com a Ordem.

Por meio da atividade dos seus fundadores e atuais responsáveis, verifica-se que a Fundação se mantém ativa na compilação e tratamento do material e que a existência do seu acervo se dá por meio do vínculo que essas pessoas estabeleceram, do trabalho delas no decorrer do tempo e, também, pelos diferentes lugares nos quais passaram, trabalhando e recolhendo documentos.

A última instituição na qual foram identificadas fontes para a pesquisa foi o Gabinete Literário Goyano (Figura 7), que se encontra fechado há quase vinte anos por problemas administrativos, de ordem financeira e infra estruturais. Apesar de interditado, a instituição dispõe de um presidente, recém-empossado, Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos, que reconhece e alega a necessidade de reformas no prédio, de catalogação e higienização do acervo. Dessa forma, o Gabinete se configura como uma instituição de guarda no âmbito dessa pesquisa, por abrigar parte do conjunto documental da investigação. Contudo, ele não dispõe de uma organização interna que gerencie e trate os documentos, tal qual a Fundação e o Lyceu de Goyaz.

Figura 7 – Entrada do salão do Gabinete Literário Goyano.



Autora: Gabriela Leles (2019).

O Gabinete foi criado em 1864, por uma centena de homens da elite goiana, com o objetivo de ser a primeira biblioteca pública da província de Goyaz. A instituição realmente funcionou como tal, na qual a filiação era condicionada

ao pagamento de uma taxa mensal (BARRA, 2008; BRETAS, 1991; PASSOS, 2018). Se constituiu como um importante centro regional de circulação de livros e materiais de leitura no Estado e concentra um arsenal documental dos séculos XVIII, XIX e XX.

O acervo da instituição é composto por livros de natureza diversa, enciclopédias, dicionários, periódicos científicos de várias áreas e jornais produzidos em Goiás-Tocantins, de outros lugares do Brasil e fora do país. Esses documentos estão dispostos nas prateleiras e relativamente separados por áreas/ temas (História Geral, do Brasil e de Goiás, Geografia, Geografia de Goiás, Viagens, Romances, Medicina, entre outras) (Figura 8). O acesso ao arquivo se deu pelo contato, disponibilizado pela arquivista da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, com o presidente do Gabinete, que, por sua vez, se dispôs a abrir o prédio por alguns dias e a acompanhar a seleção e retirada dos itens para uso na pesquisa.

Figura 8 – Área interna do Gabinete Literário Goyano.



Autora: Gabriela Leles (2019).

As condições de pesquisa, impostas pela atual situação do Gabinete, limitaram o acesso aos documentos que se encontram disponíveis na instituição, visto que não existe um catálogo organizado com o material do arquivo, e o responsável pela instituição não dispunha do conhecimento acerca da natureza

e da localização de todo o acervo. Dessa forma, o estímulo inicial, que impulsionou a busca no acervo do Gabinete, foi o rumor de que lá estava depositada a biblioteca pessoal de Alcíde Jubé, professor de geografia do Lyceu de Goyaz e da Eschola Normal.

Esse indício conduziu a busca no arquivo do Gabinete, contudo, a biblioteca pessoal do professor foi diluída nas diferentes sessões da instituição e, por isso, optou-se por limitar a procura nas sessões de Geografia e Geografia de Goiás. Dessa forma, o conjunto documental, oriundo do Gabinete, que compõe o presente trabalho é constituído, exclusivamente, por documentos não oficiais das sessões supracitadas.

Para efetuar a análise do material era necessário a realização de algumas etapas: primeiramente, a retirada dos itens das estantes; depois, o conjunto era relacionado para que o responsável tivesse o controle do que estava sendo levado; então, tudo era transportado para outro local; e por fim, era possível a identificação e estudo do acervo. Após o exame dos documentos, tudo era novamente encaixotado, conferido e devolvido as estantes.

Na análise do conjunto manuseado, percebeu-se que cerca de metade do material era oriundo de doações feitas por algumas famílias naturais da Cidade de Goiás, além da família de Alcíde Jubé. São obras de Geografia que compunham as bibliotecas privadas dessas pessoas e que, após a morte das mesmas, foram doadas ao Gabinete. Dessa forma, apesar da instituição ter sido idealizada como uma biblioteca pública e, por essa razão, ter de fato centralizado um volume considerável de materiais de leitura que circulou, principalmente, pela antiga capital (BARRA, 2008), boa parte do seu atual acervo é composto por doações das famílias da cidade.

As instituições de guarda com as quais foi estabelecida parceria encontram-se em situações diferentes, visto que uma está fechada, com o acervo contaminado, sem catalogação e organização; outra foi recentemente realojada, e conta com o arquivo organizado e tratado; e, por fim, a Fundação, sendo a instituição mais estabilizada, com um conjunto documental organizado e, em sua maioria, higienizado.

Em todas as instituições o acesso ao arquivo era intermediado por um responsável, seja na abertura do prédio, como aconteceu no Gabinete, ou na procura por documentos nos acervos, no caso do Lyceu e da Fundação. Dessa

forma, são essas pessoas que, na relação estabelecida com o pesquisador, determinam até onde e o que se pode acessar.

Por fim, ressalta-se que a constituição atual desses acervos, e a produção de informações a partir das fontes acessadas em tais arquivos, se dá no relacionamento entre estes centros de memória e os órgãos do Estado, certas ordenações da Igreja Católica, escolas e, também, de algumas famílias da cidade³³. Dessa forma, o Estado, a igreja, a escola e família, entendidas como instâncias e instituições da sociedade, atravessam a trajetória desses arquivos, fazendo parte de sua construção.

2.3 Os caminhos dos arquivos: os percursos dos acervos documentais da Cidade de Goiás (GO)

Quando essa pesquisa teve início, uma das primeiras dificuldades foi o acesso ao acervo das primeiras escolas secundárias da Cidade de Goiás: o Lyceu de Goyaz (1846), o Colégio Sant'Anna (1889) e a Eschola Normal Official (1858). Foram encontrados muitos impedimentos, falta de informação, dificuldade em localizar os acervos atuais das escolas e indisposição das instituições que guardam esses materiais em disponibilizar os documentos.

O acervo do Lyceu e da Eschola Normal, por exemplo, encontrava-se inacessível no início da pesquisa e só pode ser acessado na metade da investigação. O arquivo conserva uma vasta documentação sobre os alunos e documentos administrativos das instituições e alguns livros e cadernos doados por ex-alunos das escolas, contudo não se sabia o destino que teve a biblioteca que as escolas compartilhavam, do período de 1909 (quando a biblioteca da escola se desvinculou a do Gabinete Literário Goyano), até 1937 (ano da transferência para Goiânia).

O Liceu de Goiânia foi procurado na tentativa de localizar a biblioteca escolar do Lyceu de Goyaz, mas o acervo referente ao período da mudança da capital, até 1950/1960, encontrava-se indisponível para o acesso em função de

³³ Em especial, àquelas famílias cujo familiar fez parte de algum círculo social prestigiado da cidade, seja no âmbito político partidário (prefeitos, deputados, senadores etc), e/ou cultural, por meio da atuação, ou simples presença, em instituições escolares e artísticas, e/ou a produção de alguma peça artística (poesia, música, pintura, entre outros), e/ou religioso, na figura de um membro da Igreja Católica (fiel ou eclesiástico) que passou por Goiás.

uma reforma. A escola ainda pontuou que todo o material do Lyceu de Goyaz foi devolvido à instituição quando a mesma abriu a sucursal (filial), na Cidade de Goiás. O Lyceu, por sua vez, declara não ter conhecimento do retorno desse material.

A Eschola Normal Official, ao ser transferida para Goiânia, passou por muitas mudanças, inclusive no seu nome, até se transformar no Instituto de Educação de Goiás (IEG). Contudo, a escola foi fechada em 2018 pelo governo estadual e a documentação da instituição encontra-se inacessível.

Por sua vez, o acesso ao arquivo do Colégio Sant'Anna também não foi possível. A instituição encerrou as atividades na cidade em 2008. Posteriormente, o prédio da escola foi adquirido pela Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás, que o utiliza nas atividades diárias (aulas, secretarias, reuniões etc), mas que reservava uma sala da instalação para guardar os documentos do Sant'Anna, que foram deixados pela Ordem das Dominicanas. Segundo a administração da UFG, os documentos permaneceram no prédio, trancados, por quase dez anos, até as irmãs da Ordem irem ao local pegar o material. A UFG não tem notícia do destino que foi dado à essa documentação da escola e não se conseguiu contato com a Ordem. Assim, não se sabe se esse conjunto documental ainda existe, onde está localizado, se está disponível e por quais documentos é (ou era) constituído.

Diante desse quadro de inacessibilidade dos arquivos das escolas secundárias da Cidade de Goiás e suas bibliotecas escolares, instabilidade das instituições de guarda, desaparecimento dos acervos, disputas e, ao mesmo tempo, descaso por esse material e o fechamento das escolas, levantaram-se questionamentos acerca da viabilidade da presente investigação³⁴. Afinal, aonde foram parar os documentos dessas escolas? Como dar continuidade a uma pesquisa sobre a constituição dos conjuntos documentais de livros escolares de geografia, sem conseguir acesso ao acervo das instituições?

A primeira pergunta, infelizmente, segue sem resposta. Contudo, para a segunda questão foi possível encontrar um encaminhamento, por meio do

³⁴ Bloch (2001, p. 85) assinala que a “negligência” e a “paixão pelo sigilo” são as duas principais responsáveis pelo esquecimento e a ignorância acerca das sociedades que se indispõe a organizar racionalmente seus arquivos. Segundo o autor, a negligência “extravia documentos” e o sigilo, “sigilo diplomático, sigilo dos negócios, sigilo das famílias [...] os esconde ou destrói.”

diálogo e contato com algumas instituições que, hoje, exercem a função de guarda de parte dos documentos das escolas secundárias da Cidade de Goiás e que tiveram sua organização e acervo apresentado na última sessão desse capítulo. A coleta documental da investigação se deu, portanto, a partir da consulta nos três arquivos apresentados: o Lyceu de Goyaz, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e o Gabinete Literário Goyano.

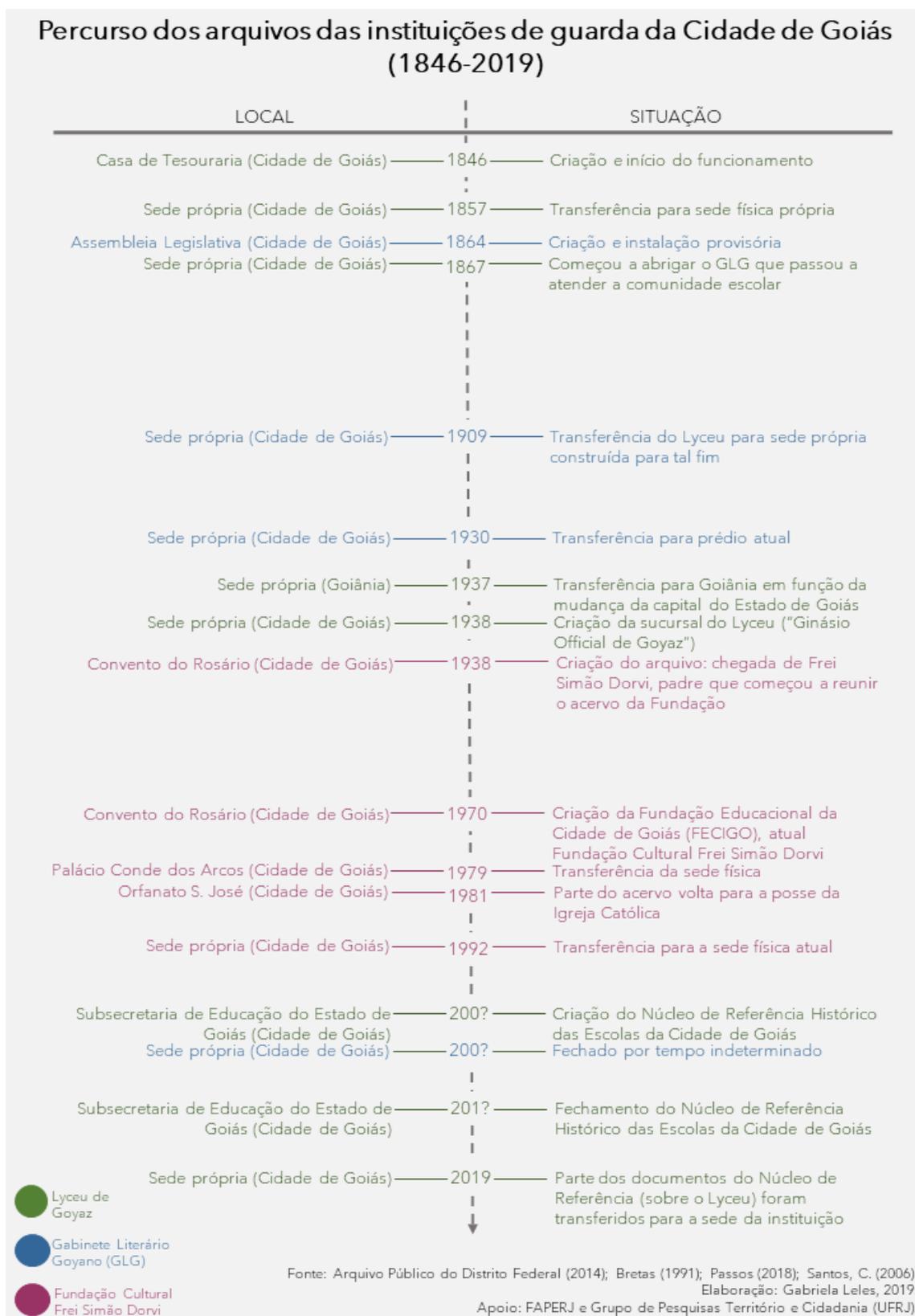
Castro, C. (2005) aponta que a história e a trajetória dos acervos de instituições de guarda, geralmente, não é pauta de pesquisa, pois, na maioria dos casos, o arquivo é procurado para busca de dados, e a história e constituição dos conjuntos documentais não costumam ser os objetos de estudo. No caso dessa pesquisa, a preocupação central está voltada para a constituição de parte do acervo dessas instituições, os conjuntos manuais escolares de geografia. Dessa forma, para reconstituir a trajetória destes livros, e compreendê-los sem dissociá-los dos seus conjuntos, é preciso entender como esse material chegou às instituições que hoje os guarda. Ressalta-se a ponderação de Bloch (2001, p. 83):

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através de gerações.

Ao realizar uma investigação com base em documentos históricos, o autor reitera a necessidade de pensá-los como construções humanas e levantar os aspectos que influem na presença ou ausência deles naquele lugar, de modo a refletir sobre a sua transmissão através de gerações. Uma das maneiras possíveis de pensar sobre a maneira como os documentos dessa pesquisa chegaram nos locais em que foram encontrados é reconstituindo a trajetória desses arquivos. De forma a resgatar o momento, o lugar e a circunstância em que se produziram os documentos que compõe o conjunto e a acompanhar o seu deslocamento pelo tempo e espaço, rastreando quando e onde foram deslocados, desmembrados, destruídos ou perdidos.

Para isso, foi elaborada uma tabela (Apêndice 1) que apresenta os percursos dos acervos das instituições de guarda, onde estão indicados os anos de algumas das mudanças locacionais e que podem ter alterado a constituição do acervo, o acontecimento que ocasionou o acontecimento, e para onde se deu a transferência. Os dados que basearam a elaboração do mapa e do quadro foram recuperados de livros sobre a história da cidade e do estado de Goiás, e documentos do Arquivo Público do Distrito Federal. No entanto, as informações sobre tais instituições encontram-se dispersas e, por vezes, não coincidem umas com as outras. Dessa forma, o material elaborado se configura como uma aproximação e apresenta lacunas de algumas informações que não foram encontradas ao longo da investigação. Esses dados foram sintetizados e organizados graficamente em uma linha do tempo (Figura 9):

Figura 9 –



Ao relatar o processo de organização e tratamento de um arquivo específico, Castro, C. (2005, p. 36) enuncia que a primeira pergunta que se deve

fazer em relação ao mesmo é: “por onde ele andou, antes de chegar à instituição que o guardou como arquivo “histórico”?”. Ou seja, ao se deparar com um conjunto documental em determinada instituição, que exerce a função de guarda, deve-se pensar na sua trajetória, os lugares por onde esteve, até chegar ao lugar que o guarda.

Pensar sobre a trajetória de um acervo documental é refletir sobre seus deslocamentos, possíveis fragmentações, perdas e incrementos. Portanto, a análise da circulação dos arquivos pelos diferentes lugares em que estiveram, abre possibilidades de reflexão acerca da constituição dos conjuntos documentais consultados.

O conjunto documental da Fundação teve origem no Convento do Rosário, junto à Ordem dos Dominicanos, por meio da figura do Frei Simão Dorvi. Em grande parte, foi constituído ao longo das viagens que o Frei realizou pelo Estado de Goiás em meados do século XX. Desse modo, boa parte do seu arquivo é constituído por documentos produzidos pela Igreja Católica no Estado. Contudo, os documentos inicialmente coletados pelo dominicano, foram divididos (e em parte perdidos) pela própria Igreja, ao transferi-los para diversos lugares, com o advento da transferência da capital e a criação da Arquidiocese de Goiânia. Assim, hoje o que se tem acesso na Fundação é, em sua maioria, aquilo que foi coletado por meio das viagens Frei, e que resistiu às fragmentações e as perdas oriundas das mudanças suscitadas pela Igreja.

O arquivo do Gabinete Literário Goyano, por sua vez, teve início no momento de criação da própria instituição. Criada com o intuito de ser uma biblioteca pública, o Gabinete funcionou nos primeiros três anos em uma sede provisória na Assembléia Legislativa. Depois, teve sua existência atrelada ao Lyceu de Goyaz, local em que funcionou de 1867 a 1909. Por quarenta anos a biblioteca das duas instituições foi a mesma, em função da resolução n. 447 de setembro de 1870, que condicionou o proveito de uma importância monetária anual, oriunda de fundo público, destinada à compra de livros para o Gabinete e o seu funcionamento nas dependências do Lyceu. Tendo como exigência a aquisição de livros que atendessem, também, as matérias ensinadas na escola (BRETAS, 1991).

O que se verificou, na análise do acervo da sessão de geografia e geografia de Goiás do Gabinete, é que os livros que remontam ao período no

qual este usufruía do espaço do Lyceu não foram, necessariamente, produzidos para fins escolares, contudo podem ter sido utilizados com esse objetivo, na medida em que compunham o acervo de uma biblioteca escolar. Inferiu-se que a existência de livros de geografia, que datam desse período, como àqueles apresentados no Anexo 1, pode ser explicada pela demanda do Lyceu de Goyaz.

A partir de 1909 o Gabinete foi transferido para uma sede construída com a finalidade de sediá-lo. Entretanto, na prática, funcionou também como salão do Senado Estadual. Assim, as duas organizações dividiram o mesmo espaço por cerca de vinte anos, até acontecer a última mudança da instituição para a atual sede, na década de 1930, onde o acervo permanece até hoje.

Dos 155 anos de existência do Gabinete Literário Goyano, aproximadamente 80 anos foram dividindo o mesmo espaço com outras instituições, e calcula-se que esteja fechado, sem organização e tratamento adequado do acervo há cerca de 20 anos. Dessa forma, verifica-se que a existência do Gabinete e a constituição do seu arquivo estão vinculadas às outras instituições com as quais dividiram o espaço. O Lyceu de Goyaz, nesse caso, tem uma importância significativa, na medida em que a manutenção do Gabinete e a constituição de sua biblioteca foi, durante quarenta anos, em parte vinculada ao atendimento das necessidades da escola.

Os documentos do acervo do Lyceu de Goyaz datam da fundação da escola, em 1846, e, dentre os arquivos pesquisados, foi o que mais se deslocou. Percebe-se que a transferência da escola para a nova capital do Estado, em 1937, suscitou muitas transferências do seu acervo que resultou em uma enorme perda arquivística. Muitos documentos foram extraviados na mudança da escola para Goiânia; depois, na volta da instituição para a Cidade de Goiás; até ser agrupado pelo Núcleo de Referência Histórico das Escolas da Cidade de Goiás, posteriormente fechado; que teve seu acervo transferido para outro lugar e, por fim, foi novamente organizado e aberto à pesquisa e visitação em 2019.

Verificou-se que situações como: o funcionamento do Gabinete nas dependências da escola e a existência de uma biblioteca para as duas instituições, são importantes para a entender a constituição de ambos os acervos. Esse fato indica que parte do atual acervo do Gabinete teve sua origem no Lyceu, e que a biblioteca da escola que antes não havia sido localizada, encontra-se parcialmente diluída no conjunto documental do Gabinete.

A princípio não haviam informações acerca do paradeiro da biblioteca do Lyceu de Goyaz. Contudo, a reconstituição da trajetória desses acervos e a análise de seus conjuntos documentais, permitiram localizar parte de um arquivo escolar “perdido” e a conectar acontecimentos que ligaram a constituição dos acervos do Lyceu e do Gabinete. Instituições que, hoje, exercem a função de guarda dos documentos que constituem o conjunto documental da investigação.

O esquema de Latour (1996), anteriormente apresentado, contribuiu para discutir os resultados que vem sendo expostos acerca da trajetória dos arquivos documentais da investigação. O raciocínio do autor permitiu que a análise se atentasse para a movimentação dos acervos, e de suas inscrições, e que buscasse perceber as conexões e uma certa organização espacial, na aparente desordem, desses deslocamentos. Latour (1996, p. 28) assinala que:

En parlant de livres et de signes, n'oublions pas leur "connectique". Après quarante années de travaux sur l'intertextualité et le splendide isolement du monde des signes, il convient de rappeler que les textes ont prise sur le monde et qu'ils circulent dans des réseaux pratiques et des institutions qui nous relient à des situations.³⁵

O autor enfatiza como a circulação das inscrições, da materialidade, em especial de textos e livros, podem estabelecer conexões com instituições e situações que ajudam a compreender a construção de um conhecimento. O quadro desenhado por Latour (1996) indica a possibilidade de pensar a mobilidade dos acervos de instituições de guarda. Na medida em que se compreendem os documentos como inscrições que circulam por diferentes lugares, diante de determinadas circunstâncias e que esse trânsito constrói um conjunto documental, moldando uma forma de se estar no arquivo. Pensar a trajetória espacial que esses acervos percorreram se apresenta como uma possibilidade de entender as ausências, o desaparecimento e a perda de certas inscrições; assim como, viabiliza a compreensão da presença de tantas outras que foram agregadas conforme o arquivo de movia por diferentes lugares.

³⁵ “Falando em livros e sinais, não vamos esquecer suas "conexões". Após quarenta anos de trivialidades sobre a intertextualidade e o esplêndido isolamento do mundo dos signos, deve-se lembrar que os textos se apoderaram do mundo e que circulam em redes e instituições práticas que nos conectam a situações” (LATOUR, 1996, p. 28).

Verificou-se, então, que é na mobilidade e nas relações que as instituições de guarda estabeleceram com outros lugares ao longo de sua existência, que se deu a constituição dos seus conjuntos documentais. Os documentos que compõem esses acervos na Cidade de Goiás percorreram caminhos geograficamente rastreáveis e que caracterizam, também, cada um dos conjuntos documentais.

Os deslocamentos, por sua vez, foram promovidos (1) por agentes vinculados à Igreja Católica, principalmente a Ordem dos Dominicanos e das Dominicanas, oriundos da Itália e da França, respectivamente. Estes protagonizaram a constituição do arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e o cenário educacional na cidade, de meados do século XIX até final do XX, com a criação do Colégio Sant'Anna. Também, (2) pelos atores políticos locais, que destinavam quantias monetárias para subsidiar (ou não) a existência de tais instituições e a manutenção de seus acervos de livros. Ademais, operando ativamente no processo de transferência da capital do Estado de Goiás, da Cidade de Goiás para Goiânia – efetivada em 1937 –, acontecimento que suscitou a mudança do Lyceu de Goyaz, principal instituição de ensino da cidade e do Estado, para a nova capital.

Por fim, (3) destaca-se o papel das famílias que faziam parte de uma elite intelectual e política, nos deslocamentos dos conjuntos de documentos, especialmente os de livros. Nos documentos dos acervos, destacam-se alguns grupos familiares, tais como: Alencastro, Veiga, Jardim, Ramos Jubé, Caiado, Fleury, Curado, Camargo e Passos. Essas se fazem presente, também, nos nomes das ruas, edifícios, escolas e praças na Cidade de Goiás e compõem, desde o início do século XX, uma elite cultural, intelectual e política na cidade e no Estado.

A família Alencastro, por exemplo, era dona de um importante comércio local, “Apulcho de Alencastro”, que mediava a chegada de manuais escolares de geografia do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente, para a Cidade de Goiás (GO). Outro exemplo, é o do professor Alcide Celso Ramos Jubé (1896-1961), professor de geografia do Lyceu de Goyaz, da Eschola Normal e do Colégio Sant'Anna. Após a transferência da capital, o mesmo passou a lecionar no Liceu de Goiânia e, posteriormente, na Sucursal do Lyceu de Goyaz e no Colégio Oficial de Goiás (COG). Alcide Jubé foi, também, diretor do Lyceu de

Goyaz, cargo que o posicionava no cenário político local, na medida em que o indicado passava a exercer, concomitantemente, a direção da Secretária de Instrução do Estado. O professor foi mantenedor de instituições religiosas da Cidade de Goiás (Asilo São Vicente de Paulo e Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos) e participou da criação de um Centro Intelectual Católico, na antiga capital (JUBÉ, Antônio, 2017). O mesmo publicou cinco livros de geografia voltados ao ensino da disciplina, a saber: *Ensaio de Chorographia de Goyaz* (1919), *A Eurásia e África* (1924), *Exercícios de Geographia* (1926), *Terras do Brasil* (1927) e *Lições de Geographia Descriptiva* (1929)³⁶.

Os manuais escolares de geografia são um dos tipos de documento que compõe o acervo das instituições analisadas nesse capítulo. Esses livros apresentam indícios sobre as suas origens e os deslocamentos realizados antes de chegarem aos arquivos da Cidade de Goiás, oferecendo pistas sobre a maneira em que se deu a constituição de tais conjuntos. Dessa forma, no próximo capítulo serão apresentados e discutidos os deslocamentos desses objetos a fim de compreender a formação desses grupos nas instituições de guarda estudadas.

³⁶ A obra "*Lições de Geographia Descriptiva*", publicada em 1929, foi objeto de estudo de um trabalho anterior (LELES, 2018).

CAPÍTULO 3 – “INTERAÇÕES EM TELA”: OS DESLOCAMENTOS DOS MANUAIS ESCOLARES DE GEOGRAFIA

O presente capítulo tem como objetivo reconstituir a trajetória dos manuais escolares de geografia que compõem o arquivo das instituições de guarda Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano, localizados na Cidade de Goiás. Para tal, foram elaborados esquemas geográficos que buscaram reconstituir os deslocamentos que os livros foram submetidos até a chegada aos arquivos da cidade. As apresentações gráficas oferecem descrições que ajudam a compreender a constituição dos acervos de manuais de geografia na cidade.

Entender a maneira que se deu a formação de certos conjuntos documentais, *saber* desses arquivos, pode se configurar como um interesse da Geografia. Para Gomes, P. (1996; 2006; 2017), a Geografia é a ciência que se preocupa com a ordem espacial dos fenômenos no mundo. Segundo o autor: “Esta ordem espacial das coisas quer dizer que sua distribuição tem uma lógica, uma coerência. É esta lógica do arranjo espacial a questão geográfica por excelência.” (GOMES, P., 2006, p. 35).

A princípio, a constituição de um grupo de documentos pode parecer aleatória e dispersa espacialmente. Contudo, especificamente, a origem dos manuais escolares guardados e a maneira com que eles chegaram aos arquivos podem expor lógicas espaciais e relações que perpassam o percurso desses objetos até as instituições de guarda. Segundo Corrêa (1997, 2006, 2010), uma maneira de refletir sobre questões espaciais seria situar as “interações em tela”, ou seja, expô-las e avaliá-las graficamente. Dessa forma, as informações que dizem respeito aos deslocamentos dos manuais escolares de geografia foram estruturadas em esquemas geográficos. Estes, por sua vez, se configuram como instrumentos descritivos da análise.

Nesse sentido, o capítulo está estruturado em duas sessões. Na primeira apresentam-se os indícios materiais que foram apreendidos dos manuais escolares e que permitiram a posterior elaboração dos esquemas geográficos. Nessa sessão também se realiza o contorno e a delimitação das categorias utilizadas, e a exposição dos fundamentos que nortearam a elaboração das apresentações gráficas a partir das informações obtidas nos livros, sendo eles:

a noção de “esquema geográfico” (CORRÊA, 1997; 2006; 2010) e de “quadro geográfico” (GOMES, P., 2017).

Na segunda sessão são apresentados os esquemas geográficos produzidos. Estes foram elaborados a partir das informações que diziam respeito aos “lugares de produção”, “passagem”, “recepção” e “guarda”. Na análise do material foram percebidos padrões locais de produção e passagem, assim como dos deslocamentos dos livros, identificando o papel de certos lugares no processo que envolve o trânsito desses objetos até as instituições de guarda, na Cidade de Goiás (GO).

3.1 Dos indícios dos livros à concepção de esquemas geográficos

Como apresentado ao longo do trabalho, o livro pode ser estudado de diversas maneiras se configurando como fonte e objeto de pesquisa em variadas áreas do conhecimento, com enfoques e objetivos diferentes. Cada uma dessas abordagens identifica características que, na medida em que são concebidas como indícios, conduzem às respostas para as questões formuladas na investigação.

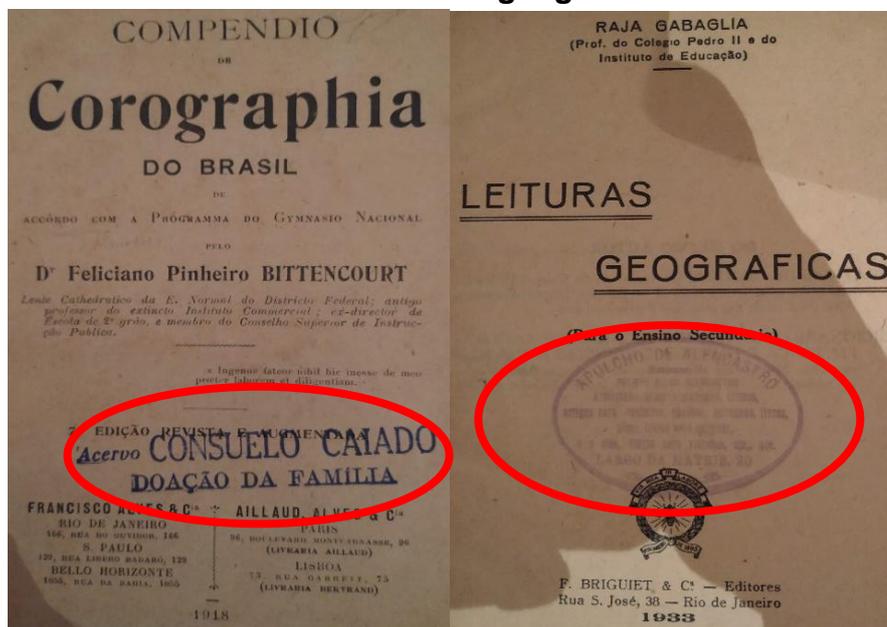
No acervo do Lyceu de Goyaz, da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e do Gabinete Literário Goyano foram identificados, aproximadamente, 400 livros de geografia, sendo que 90% foram localizados no arquivo do Gabinete. Nesse montante foram selecionados os de natureza escolar, considerados como manuais escolares. Isto é, foram concebidos como manuais aqueles livros que possuíam algum indício de uso para fins educacionais. Dessa forma, 84 livros foram admitidos como manuais visto que: 1) em algum momento estiveram situados em escolas da cidade, como os do Gabinete que de 1867 a 1909 estavam locados na sede do Lyceu e atendiam ao público escolar; ou 2) apresentavam alguma indicação impressa que direcionasse o uso do material para escolas de qualquer nível de ensino; ou 3) possuíam sinais de uso escolar, como anotações que indicassem o vínculo com alguma instituição de ensino, nome de professores, carimbos de escolas etc.

Ao manusear os conjuntos de livros de geografia que compõem o acervo das instituições de guarda, buscou-se explorar indícios marcados em tais artefatos que, em alguma medida, fornecessem pistas sobre os lugares onde os

manuais passaram, seja o de produção, passagem ou recepção. A escolha pelo privilégio desse tipo de informação foi realizada com base na percepção, descrita no capítulo anterior, de que os conjuntos documentais das instituições de guarda estudadas se constituíram na mobilidade e, por sua vez, indicavam que os manuais escolares haviam sido deslocados antes de chegar aos acervos. Dessa forma, no manejo com as fontes, deu-se prioridade às informações que diziam respeito à circulação do material.

Durante as atividades de campo, para realizar o exame das informações dos livros, estes foram separados conforme as indicações que recuperassem o lugar anterior à chegada no acervo. Após essa classificação inicial dos conjuntos, os itens foram examinados individualmente e os indícios registrados. Em geral, os traços encontrados foram: carimbos (Figura 10), assinaturas (Figura 11), dados impressos (Figura 12), paratextuais (cidade de publicação, nome da editora, autores e instituições as quais eram associados) (Figura 12) e etiquetas de livrarias (Figura 13).

Figura 10 – **Carimbos incorporados aos manuais escolares de geografia.**



Autora: Gabriela Leles (2019).

Do lado esquerdo da Figura 10, encontra-se um exemplar dos manuais de geografia que compõe o conjunto doado pela família de Consuelo Caiado, ex-aluna do Lyceu de Goyaz e integrante da elite cultural, intelectual e política

da cidade. Do lado direito, tem-se um exemplo de carimbo da antiga casa comercial “Apulcho de Alencastro” que, segundo as informações do carimbo, vendia itens de natureza variada, tais como: livros, papéis, tintas para escrever, entre outros artigos. Este estabelecimento, por sua vez, foi um dos principais locais de mediação entre as grandes editoras de manuais escolares de geografia, do eixo Rio de Janeiro-Paris e São Paulo para os pontos de recepção na Cidade de Goiás (GO). O item à direita da Figura 10, por exemplo, foi produzido pela editora F. Briguiet & Cia, publicado no Rio de Janeiro, adquirido pelo professor Alcide Jubé, no comércio Apulcho de Alencastro, e, hoje, compõe o acervo do Gabinete Literário Goyano.

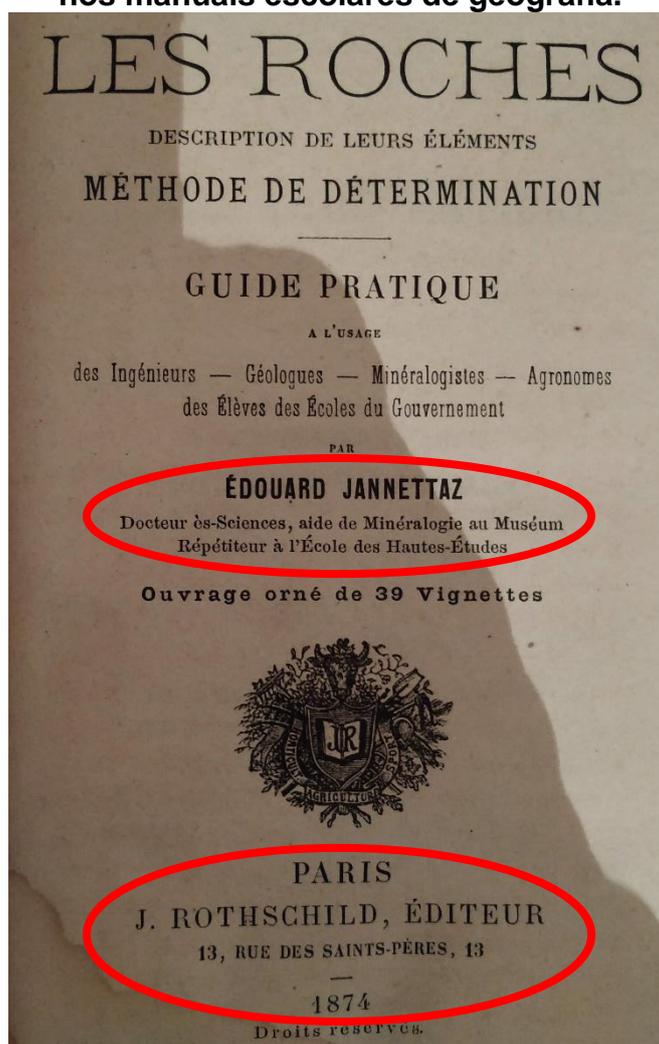
Figura 11 – Assinaturas incorporadas aos manuais escolares de geografia.



Autora: Gabriela Leles (2018; 2019).

Do lado esquerdo da Figura 11, tem-se a assinatura do professor Alcide Jubé em um dos exemplares que compõe o conjunto do mesmo, hoje guardado no Gabinete Literário Goyano. Esse manual foi publicado pela Editorial Labor S. A, no conjunto Barcelona-Buenos Aires, trata-se de uma tradução do original, em alemão, para o espanhol, traduzido por L. Martín Echeverría, do Instituto de Segovia na Espanha. Do lado esquerdo, pode-se ver a assinatura de uma ex-aluna do Lyceu de Goyaz, Rosa Pelles, no livro Compêndio de Corographia do Brasil, o mesmo utilizado por Consuelo Caiado (Figura 10). A obra era adotada na escola e, como consta na impressão do próprio livro, adequava-se às normas e orientações do Programa do Gymnasio Nacional, indicando a relação da instituição com o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Figura 12 – **Dados paratextuais impressos nos manuais escolares de geografia.**



Autora: Gabriela Leles (2019).

A obra apresentada na Figura 12 é um dos exemplos de livros que chegaram à biblioteca do Gabinete Literário Goyano no período em que a instituição funcionou nas instalações do Lyceu de Goyaz (1867-1909), e que ambas compartilharam o acervo. Esse manual se configurava como um guia prático de geologia, editado pela J. Rothschild éditeur, em Paris. No período em que o livro foi publicado, final do século XIX, a maioria dos livros que chegavam ao Brasil eram oriundos da França, especialmente de Paris, uma das razões se devia a ainda incipiente configuração da imprensa no país.

Figura 13 – Etiquetas de livrarias incorporadas aos manuais escolares de geografia.



Autora: Gabriela Leles (2019).

As etiquetas de livrarias incorporadas aos manuais, como os exemplares da Figura 13, forneceram pistas dos estabelecimentos que, por vezes, mediam os caminhos dos livros dos seus locais de produção, aos de recepção na Cidade de Goiás (GO). Do lado esquerdo, tem-se a etiqueta da Livraria de B. L. Garnier, localizada no Rio de Janeiro, que concentrou boa parte da circulação de livros no país, especialmente os escolares – como foi notado no trabalho de Silva, J. (2012), por exemplo. Durante as atividades de campo, foi relatado pelo presidente do Gabinete que, por muito tempo, o dono da livraria foi sócio da instituição e, por esse motivo, muitos livros oriundos do estabelecimento chegavam ao acervo da biblioteca.

Por meio de tais indícios foram reunidas informações sobre os deslocamentos dos livros, tecendo, assim, os caminhos percorridos pelos manuais, indicando os lugares de sua produção, passagem e recepção. Os dados que indicaram os locais de produção foram aqueles que se referiam à cidade-sede da editora que publicou a obra, sendo que, em muitos casos, mais de uma cidade era indicada, pois algumas editoras tinham sedes em locais distintos em função da fusão de duas ou mais empresas.

Sobre as denominações utilizadas nesse trabalho acerca dos “lugares de produção” dos manuais escolares, faz-se necessário elucidar duas questões. Primeiro, a geografia do livro, ao conceber a noção de um lugar de produção de uma obra, está pensando na formação de ideias, mais precisamente da concepção de ideias científicas, em que medida e de que maneira o local de produção as moldou (ou não). Acrescenta-se que a circunscrição desse espaço

não está, necessariamente, limitada a um território citadino, estatal, ou outro, muitas vezes, a escala da análise dá-se no nível de um laboratório, uma instituição, museus etc (LATOURE; WOOLGAR, 1997; LIVINGSTONE, 1995; 2003; 2005).

Contudo, nessa pesquisa o conteúdo das ideias veiculadas não foi o foco da análise, portanto, ao utilizar o termo “lugar de produção” não nos referimos ao contexto local da formação das ideias geográficas contidas nas obras. Nesse trabalho, o termo refere-se simplesmente a cidade-sede da publicação do livro que, vale ressaltar, não corresponde, necessariamente, ao lugar de produção do mesmo tal como se concebe na geografia do livro.

Em segundo lugar, os lugares de produção como estamos considerando na investigação, isto é, as cidades de publicação dos manuais escolares de geografia, não são, necessariamente, unidades. Assim, elas podem ser, também, conjuntos. Dessa forma, a cidade do Rio de Janeiro, sozinha, é uma unidade, e as cidades do Paris-Rio de Janeiro, um conjunto. Essa diferenciação se configura como um ponto importante por dois motivos: 1) tais unidades e conjuntos, mesmo compartilhando as cidades, conferem relações editoriais distintas que, por sua vez, podem corresponder a vínculos institucionais e intelectuais diferentes; e 2) tais considerações interferem na maneira com a qual as informações foram organizadas graficamente no esquema a ser apresentado na próxima sessão (Figura 14 e 16).

No que diz respeito aos “lugares de passagem”, estes correspondem aos locais que mediaram o caminho entre os “lugares de produção” das obras e os de “recepção” das mesmas. No esquema da Figura 14 estes locais foram identificados pelas cidades, contudo, na maior parte dos casos, a cidade representa um conjunto de estabelecimentos, em grande parte, livrarias, como se pode conferir no exame da Figura 15.

Por último, têm-se os “lugares de recepção” que, por sua vez, costumam ser estudados como aqueles que, em alguma medida, realizaram interpretações de ideias científicas. Como no estudo de Keighren (2010), sobre a recepção do texto de Ellen Semple (1863-1932), *Influences of Geographic Environment*, publicado em 1911; e no de Livingstone (2005), que explora as diferentes maneiras em que a teoria biogeográfica de Charles Darwin (1809-1882) foi lida

e recebida nos diferentes locais pelos quais passou, dentre eles, o autor destacou alguns institutos, museus, sociedades filosóficas e naturalistas.

Na presente investigação, os lugares de recepção são pontos de encontro. Caracterizam-se como aqueles em que os livros de geografia foram reunidos e utilizados para determinado fim, normalmente, escolar. Salienta-se que a maneira na qual se deu o uso do material, a sua leitura e/ou recepção do conteúdo veiculado pelas obras não está sendo avaliado. Os lugares são analisados a partir da sua condição enquanto ponto de encontro de livros, como uma biblioteca, escola, casa de um aluno etc.

Os caminhos identificados entre os lugares de produção, passagem e recepção foram esboçados graficamente em um esquema geográfico que, por sua vez, descreve espacialmente os deslocamentos realizados pelos livros do seu local de publicação, comércio e encontro. Os esquemas geográficos se constituem como esboços gráficos que descrevem a organização espacial de certo fenômeno (CORRÊA, 2010).

A utilidade e relevância desse tipo de apresentação visual foram expostas por Corrêa (1997; 2006; 2010) que buscou, também, apresentar a multiplicidade de abordagens espaço-temporais de diferentes fenômenos. O autor se utilizou desses recursos para pensar as interações espaciais e, assim, reconhecer redes geográficas que podem apresentar diferentes padrões espaciais. Corrêa (2006) faz referência as “interações em tela” para dizer dos padrões de interações espaciais visualmente apresentados. Tal expressão se aproxima da ideia de quadro como um instrumento do pensar geográfico, desenvolvida por Gomes, P. (2017) e exposta no capítulo anterior.

O quadro, segundo Gomes, P. (2017), é um instrumento no qual as qualidades diversas dos fenômenos espaciais podem ser mantidas, permitindo a associação de elementos variados que, por sua vez, encontram-se situados em diferentes posições ou situações espaciais. Para o autor, o quadro se configura como uma forma física de organizar o pensamento que, então, conserva o conjunto dos componentes, mantendo a sua diversidade, e os concebe como unidades situacionais, isto é, posicionais. Dessa forma, Gomes, P. (2017) indica que para pensar as relações que as coisas estabelecem entre si é preciso refletir a partir das relações impostas pela localização, que se torna possível por meio da descrição.

A descrição, caracterizada por Gomes, P. (2017, p. 25-26), procura “vínculos e associações, que coloca coisas em relação sem partir de um critério estabelecido *a priori* e externo. [...] busca um entendimento na maneira como os fenômenos aparecem, relacionam-se e se conectam” (grifo do autor). Assim, a descrição pode ser compreendida como um procedimento que permite entender a estrutura de um espaço e, segundo o autor, as imagens são um instrumento “capaz de restituir a complexidade da diversidade e das múltiplas interações sobre um mesmo plano dentro de um enquadramento, são imagens de um espaço” (GOMES, P., 2017, p. 26).

Tanto os esquemas geográficos de Corrêa (2006) concebidos como “interações em tela”, ou seja, recursos visuais capazes de sintetizar e indicar relações; quanto a noção de quadro geográfico de Gomes, P. (2017), na qualidade de um instrumento do pensar geográfico que pode ser materializado em imagens, fundamentaram a concepção das apresentações gráficas apresentadas e analisadas na próxima sessão. Estas imagens foram produzidas a partir das informações obtidas por meio dos indícios presentes nos 84 manuais escolares de geografia que compõe o arsenal geral da pesquisa.

3.2 Da produção de livros à constituição dos conjuntos de manuais de geografia nos acervos da Cidade de Goiás (GO)

A partir dos indícios dos manuais escolares de geografia e das demarcações teóricas e metodológicas estabelecidas para a análise dos percursos das obras apresentados na sessão anterior, foram elaborados os esquemas geográficos (Figuras 14, 15 e 16). Essas imagens se constituíram como instrumentos descritivos dos movimentos aos quais os livros, que se encontram guardados nos acervos da Cidade de Goiás (GO), foram submetidos desde os lugares de produção até os de guarda. Salienta-se que na elaboração do esquema a variável “tempo”, que se verifica em vários elementos que compõe o quadro de deslocamentos dos livros – como o ano de publicação e compra de uma obra ou a distância temporal do percurso, da publicação do manual à sua aquisição nos pontos de recepção – não é destacada.

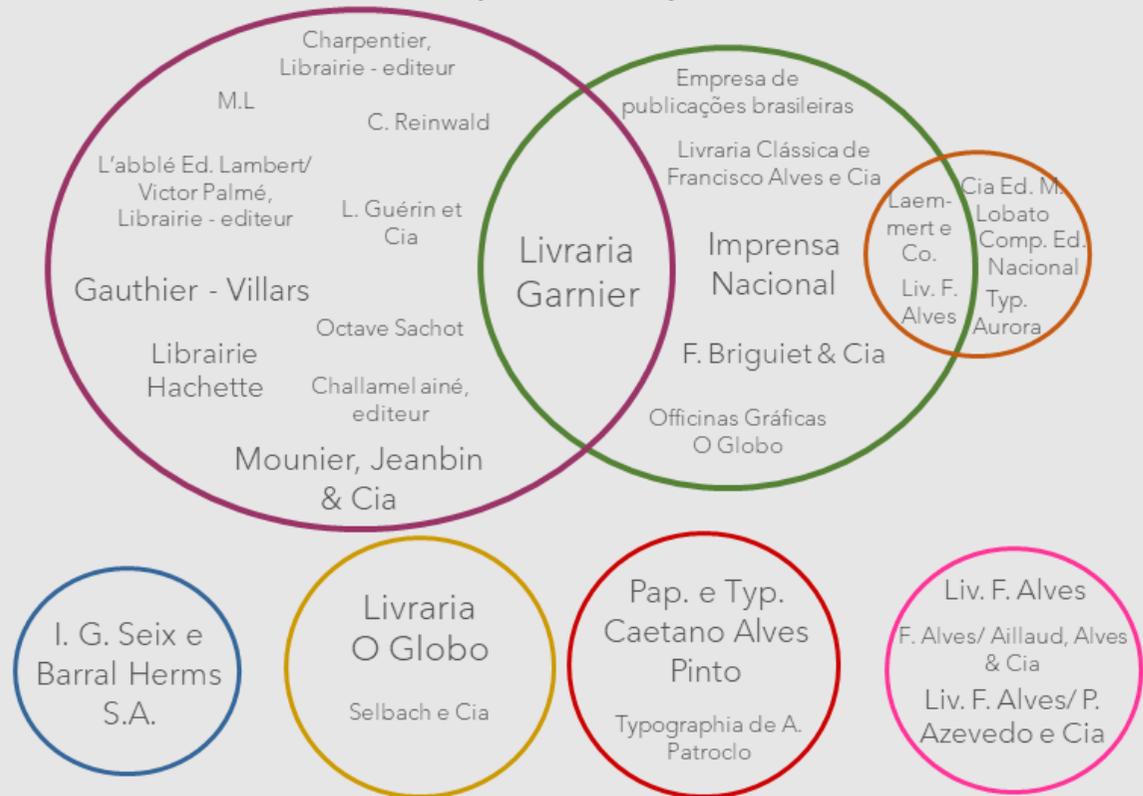
Isto se deve a uma opção metodológica que buscou valorizar o espaço, mais especificamente, a lógica espacial que permeava as interações entre os

lugares de produção, passagem, recepção e guarda dos manuais escolares de geografia situados nos acervos da cidade. Assim, foram produzidos três esquemas geográficos que descrevem as relações estabelecidas em cada etapa do deslocamento desses objetos.

O primeiro, apresenta a situação das cidades e editoras de publicação dos manuais escolares (Figura 14); o segundo, especifica os lugares que mediaram o percurso destes objetos entre os lugares de produção até os de recepção, isto é, os lugares de passagem (Figura 15); o terceiro, traça o percurso percorrido pelos livros das cidades de produção aos locais de recepção, desenhando um panorama dos trajetos e identificando os pontos de intersecção (Figura 16); por fim, analisa-se a formação dos conjuntos de manuais e o seu deslocamento até os acervos de guarda documental.

Figura 14 –

Lugares de produção: cidades e editoras de publicação dos manuais escolares de geografia (1864-1934)



Cidades de publicação ■ Paris ■ Porto Alegre ■ Rio de Janeiro ■ Goyaz ■ São Paulo ■ Rio de Janeiro/ São Paulo/ Belo Horizonte ■ Barcelona		Quant. de manuais publicados por cidade — Maior — Menor Total de 67 manuais escolares de geografia.	Quant. de manuais publicados por editora Aa — Maior Aa — Menor	Elaboração: Gabriela Leles, Leticia Parente-Ribeiro e Patrícia Araújo, 2019. Apoio: FAPERJ e Grupo de Pesquisas Território e Cidadania (UFRJ).
--	--	---	---	---

Percebe-se o destaque que as cidades de Paris, Rio de Janeiro e do conjunto Paris-Rio de Janeiro ocuparam na produção dos manuais escolares de geografia que compõem os acervos das instituições de guarda na Cidade de Goiás (GO). Trabalhos como o de Bittencourt (1993), Hallewell (1985) e Silva, J. (2012) já manifestaram a expressão nacional que as editoras situadas em tais cidades representavam no contexto da produção de livros e de manuais, especificamente, ao longo dos séculos XIX e XX. Tanto nessas pesquisas, quanto nos resultados da presente investigação, verifica-se certa proeminência na quantidade de obras produzidas por editoras como a Livraria Garnier (Paris-Rio de Janeiro), Gauthier-Villars (Paris), Mounier, Jeanbin & Cia (Paris), Librairie Hachette (Paris), Imprensa Nacional (Rio de Janeiro) e F. Briguiet & Cia (Rio de Janeiro).

Contudo, é interessante perceber a quantidade de pontos menores, compostos por cidades brasileiras e estrangeiras, por tipografias menores, que comportavam certa produção de livros escolares da disciplina tais como Uberada-Araguary-Goyaz, Marianna, Victoria e Coritiba. Igualmente interessante é reconhecer que esses materiais possuíam uma circulação no interior no país, chegando aos espaços de leitura, estudo e produção de conhecimento na Cidade de Goiás (GO), como a biblioteca pública e escolar do Gabinete Literário Goyano e Lyceu de Goyaz e ao acervo pessoal do Alcíde Jubé, professor de geografia.

Figura 15 –

Lugares de passagem: cidades e livrarias

Apulcho de
Alencastro

Alencastro Veiga



Livraria de B. Garnier

Librería Española

Livraria João do Leite

Azevedo, Hoppe & Cia



Quantidade de manuais vendidos por livraria

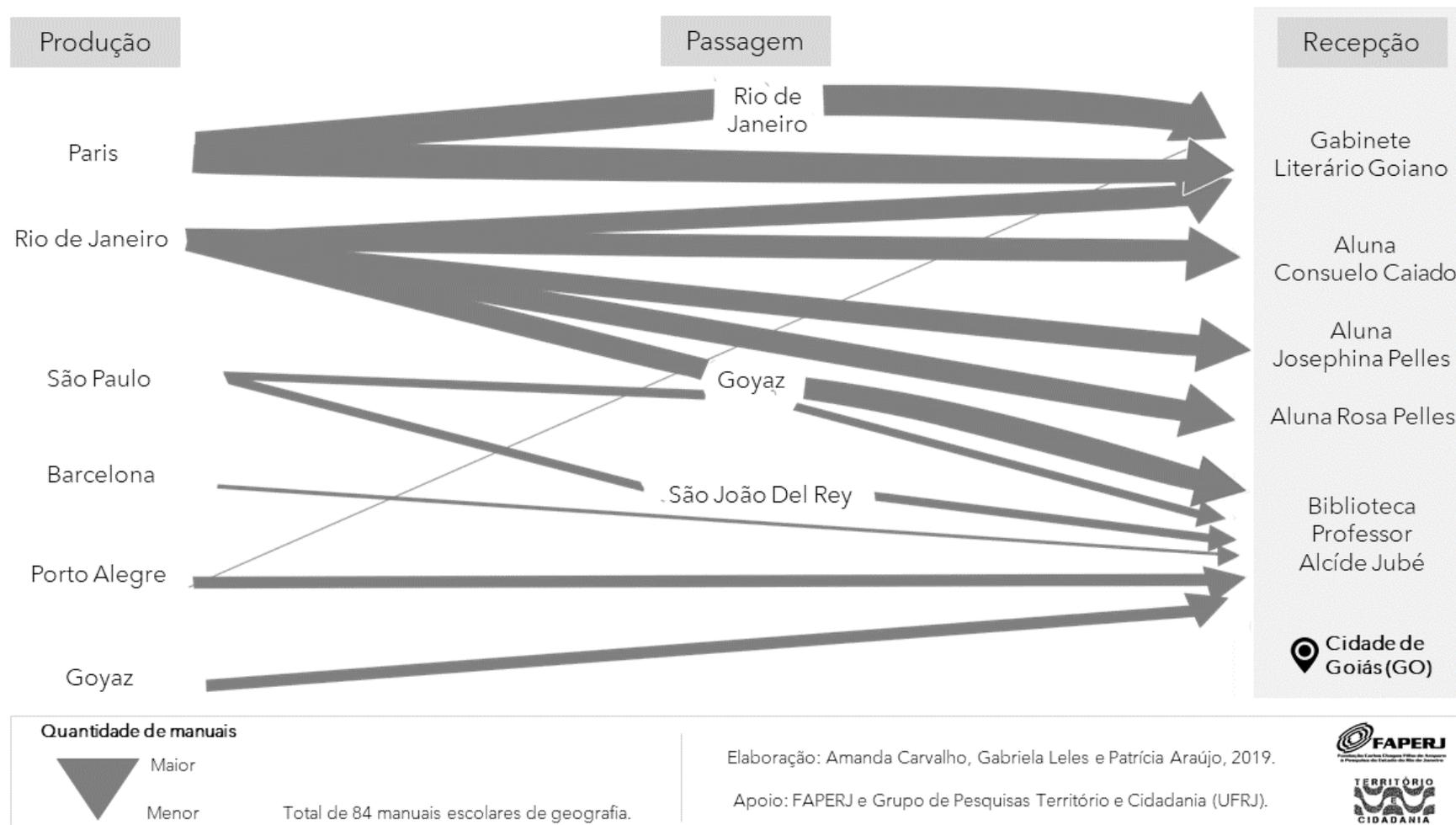
Aa ————— Maior
Aa ————— Menor

Elaboração: Gabriela Leles, Leticia Parente-Ribeiro e Patricia Araujo, 2019.

Apoio: FAPERJ e Grupo de Pesquisas Território e Cidadania (UFRJ).



Figura 16 –
Percurso dos manuais escolares de geografia: produção, passagem e recepção



No esquema geral dos percursos dos livros (Figura 16) foram identificados três padrões de deslocamento: 1) de Paris ao Gabinete Literário Goyano, grande parte com pontos de mediação em livrarias na cidade do Rio de Janeiro como pode-se perceber na Figura 15; 2) do Rio de Janeiro para a biblioteca escolar de ex-alunas (Consuelo Caiado, Josephina e Rosa Pelles), não tendo sido identificados pontos que possam ter mediado o percurso; e 3) de cidades variadas, como São Paulo, Barcelona, Porto Alegre e Goyaz, para a biblioteca pessoal do professor Alcíde Jubé, com algumas mediações identificadas na cidade de Goyaz e São João Del Rey (Figura 15).

Nesse estudo, a Cidade de Goiás se configura como o lugar que une os pontos de recepção dos manuais escolares de geografia. Por sua vez, compreendemos que o Gabinete Literário Goyano, as ex-alunas e o professor Alcíde Jubé, integram esse lugar na condição de agentes que participaram da recepção do material. Ambos têm o Lyceu de Goyaz como um espaço em comum: o Gabinete na condição de uma biblioteca pública que também funcionou por décadas como biblioteca escolar do Lyceu, as ex-alunas que estudaram na escola e o professor Alcíde Jubé que dirigiu a instituição em diversos momentos e ministrou aulas na mesma de 1920 até a sua transferência para Goiânia, em 1937.

Dessa forma, o Lyceu de Goyaz, na condição de instituição escolar e de acervo documental, se configura como uma intersecção importante no quadro geral da circulação de livros escolares de geografia na Cidade de Goiás (GO). No passado, a escola, em conjunto com os agentes vinculados a ela, parece ter centralizado o fluxo desses livros. A princípio essa conclusão parece óbvia, na medida em que se compreende o que era um Lyceu e o papel que esse tipo de instituição representou no contexto da educação brasileira ao longo dos séculos XVIII e XIX³⁷, assim como parece ser notória (embora discutível) a relação destas com o Rio de Janeiro e estabelecimentos escolares como o CPIL, como poderia se indicar na tentativa de justificar tal elo. Contudo, esse trabalho “dá nome aos bois”, como diriam os goianos, identificando e associando os agentes que

³⁷ Sobre a educação secundária e atuação dos liceus provinciais e escolas normais, no Brasil, indicam-se os trabalhos de Almeida (1989), Haidar (2008), Kulesza (1998), Moacyr (1939-1940) e Nagle (1974).

viabilizaram a circulação dos livros, esclarecendo, assim, o processo que envolveu a chegada dos manuais de geografia na Cidade de Goiás.

Por meio da observação dos esquemas expostos percebe-se a maneira em que os conjuntos de manuais escolares de geografia são deslocados para os acervos documentais. Verificou-se que, muitas vezes, os livros chegam aos centros de guarda como coleções personalizadas (“Doação de Consuelo Caiado”, “Doação da Família Jubé”, entre outras), oriundos dos arquivos de famílias da Cidade de Goiás. Assim, constatou-se que os deslocamentos dos manuais dos seus pontos de recepção para os de guarda se deu, principalmente, pelo agenciamento desses grupos familiares, que doaram esses pertences como conjuntos que pertenciam ao parente.

As razões que, por sua vez, ajudam a compreender tal personificação dos conjuntos, tanto das famílias quanto das instituições que mantêm a referência aos antigos donos dos objetos doados, podem estar relacionadas ao fenômeno da patrimonialização da Cidade de Goiás³⁸. Essa se configura, na verdade, como uma hipótese do presente estudo visto que, devido aos dados analisados e a abrangência do trabalho, tal afirmação não pode ser confirmada.

As pesquisas de Tamaso (2007) e Silva, K. (2012) assinalam a relevância dos “filhos de Goiás” no processo de patrimonialização da cidade, na medida em que a participação das pessoas junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi decisiva na firmação da cidade patrimonial e histórica. Silva, K. (2012), particularmente, indica que os velhos moradores da Cidade de Goiás (GO) se consideram parte do patrimônio vilaboense. As indicações realizadas pelas autoras sugerem que o agenciamento dos conjuntos de manuais pelas famílias pode se configurar como uma extensão da patrimonialização. Onde as pessoas se mobilizaram, e ainda se mobilizam, para marcar a cidade e os seus acervos com as suas histórias pessoais e familiares.

Como indicado no início dessa sessão, a escolha pelas informações que indicassem pistas sobre os lugares pelos quais os manuais passaram, se deu com base no reconhecimento de que os conjuntos documentais das instituições

³⁸ O título de patrimônio mundial da cidade de Goiás foi outorgado, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2001. Contudo, o processo de patrimonialização da cidade teve início na década de 1950, com os primeiros tombamentos realizados pela Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (TAMASO, 2007).

de guarda estudadas haviam se constituído na mobilidade. Verificou-se que os livros recebidos nas instituições da Cidade de Goiás (GO) foram submetidos a deslocamentos até chegarem à cidade, mas que os conjuntos só se deslocam como um “grupo” da casa das famílias até os arquivos. Os agentes receptores não necessariamente se deslocavam para adquirir as obras; muitas vezes, a aquisição se dava por encomendas de livrarias do Rio de Janeiro que entregavam em comércios locais, como os da Figura 16, ou por pedidos diretamente realizados aos livreiros da antiga capital do país.

Dessa forma, conclui-se que o acervo de manuais escolares de geografia que compõem os arquivos das instituições de guarda Lyceu de Goyaz, Gabinete Literário Goyano e Fundação Frei Simão Dorvi, na Cidade de Goiás, não foram necessariamente constituídos na mobilidade dos agentes as quais às obras pertenceram. Os manuais da disciplina que constituem o universo documental desses centros de guarda não necessariamente se movimentaram como unidades até as instituições, mas como conjuntos. Estes chegam aos arquivos agenciados, em sua maioria, pelas famílias vilaboenses que constituem os agrupamentos e os personalizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os livros são objetos que suscitam o interesse humano há muito tempo e se tornaram o centro da preocupação em várias áreas do conhecimento, inclusive da Geografia. Pesquisadores dos mais diversos campos temáticos tem buscado compreender os diversos aspectos relacionados aos livros, seja o da técnica, do desenvolvimento social, dos costumes, das descobertas humanas, do progresso científico, da leitura, do letramento, da alfabetização, da universalização do ensino etc. Os manuais escolares, compreendidos nessa investigação como qualidades de livros que foram concebidos ou utilizados para fins escolares, atraem uma atenção especial daqueles que se preocupam com assuntos relacionados à educação e a constituição de campos disciplinares.

Verificou-se que, por meio dos fundamentos do pensamento geográfico, calcados nos aspectos locacionais dos fenômenos científicos, as pesquisas na geografia do livro comumente ressaltam os aspectos concernentes à produção, circulação e recepção do conhecimento científico a fim de compreender de que maneira o livro conforma e está envolvido em tais processos.

Por sua vez, as investigações no âmbito da história da geografia escolar recaem, em sua maioria, sobre os conteúdos e práticas pedagógicas expressas nos livros a fim de 1) perceber como um discurso foi construído e/ou veiculado nos manuais; 2) elucidar a construção do que seria um saber escolar geográfico; 3) “dar voz” as instituições escolares distantes dos centros culturais e de poder; e 4) identificar e estudar as produções que circularam em diferentes escalas.

Nos dois seguimentos as análises sobre ou a partir do livro, em grande parte, conduzem seus estudos por meio de unidades, verticalizando a análise de um tema, um conteúdo específico, uma ideia, uma obra, edição editorial ou conjunto de obras de um autor. Assim, o livro é destacado do seu lugar de guarda, em geral um arquivo documental.

Percebeu-se que, ao traçar a trajetória dos arquivos documentais na Cidade de Goiás (GO), era possível compreender as ausências, o desaparecimento e a perda dos documentos, entre eles os manuais de geografia, e porque foi tão difícil localizar o material da pesquisa. Da mesma forma em que tal reconstituição viabilizou o entendimento sobre a presença dos livros escolares e de outros documentos encontrados nas instituições que, hoje,

os guardam. Observou-se que os acervos do Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano se constituíram na mobilidade, conforme o arquivo se movia por diferentes lugares, onde materiais foram agregados e subtraídos.

Evidencia-se o papel da Igreja Católica na constituição do acervo da Fundação Frei Simão Dorvi, na figura do próprio Frei, o fundador da instituição e da Ordem dos Dominicanos italianos, a qual era vinculado. E reconhece-se o seu papel, também, na dispersão do arquivo que foi dissolvido e, em parte, perdido pela própria Igreja. Destaca-se a relevância sobre o reconhecimento da coexistência, no passado, dos acervos das bibliotecas do Lyceu e do Gabinete. Tal ocorrência localizou parcela do que foi a biblioteca da escola da qual não se sabia o paradeiro, de que forma foi constituída ou mesmo se ela existia realmente.

Entre os arquivistas, circulava um rumor de que, em algum momento, o Gabinete havia funcionado no Lyceu, contudo as condições em que se deu a lotação não eram muito claras ou sequer conhecidas. Como vimos, as duas instituições dividiram o espaço e o acervo por quarenta anos com subsídios do poder público que vinculou as duas bibliotecas exigindo o atendimento das necessidades bibliográficas da comunidade escolar. Percebeu-se que os documentos que compõem esses acervos na Cidade de Goiás (GO), entre eles os manuais escolares de geografia, percorreram caminhos geograficamente rastreáveis e que caracterizam cada um dos conjuntos documentais.

Com relação aos livros escolares de geografia, observou-se o destaque que as cidades de Paris, Rio de Janeiro e do conjunto Paris-Rio de Janeiro ocuparam na produção dos manuais que compõem os acervos das instituições de guarda estudadas. Ao mesmo tempo, percebeu-se uma quantidade considerável de pontos menores de produção de livros, tipografias situadas em cidades como Uberaba-Araguary-Goyaz, Marianna, Victoria e Coritiba. Reconhecendo, assim, uma variedade na origem dos manuais que chegavam aos espaços de leitura, estudo e produção de conhecimento da Cidade de Goiás (GO).

Os caminhos identificados obedecem a alguns padrões gerais de circulação entre os lugares de produção aos pontos de recepção: 1) de Paris ao Gabinete Literário Goyano, com intermediações no Rio de Janeiro; 2) do Rio de

Janeiro para a biblioteca escolar de ex-alunas; e 3) de cidades variadas, como São Paulo, Barcelona, Porto Alegre e Goyaz, para a biblioteca pessoal do professor Alcíde Jubé, com algumas mediações em Goyaz e São João Del Rey. Identificamos que os pontos de recepção têm como espaço em comum o Lyceu de Goyaz, visto que: 1) o Gabinete funcionou nas suas instalações físicas e compartilhou seu acervo com a biblioteca escolar da instituição; 2) as ex-alunas era estudantes da escola e 3) o professor Alcíde Jubé foi professor e diretor da mesma. O que indica certa relevância da instituição na centralização e circulação do fluxo desses materiais na Cidade de Goiás (GO).

Conclui-se que os acervos de manuais escolares de geografia que compõem os acervos do Lyceu de Goyaz, Fundação Cultural Frei Simão Dorvi e Gabinete Literário Goyano são, em grande parte, fruto do agenciamento das famílias vilaboenses que constituem conjuntos personalizados dos seus familiares. Sugere-se que tal ação se configura como uma extensão da patrimonialização da Cidade de Goiás (GO) que mobilizou (e ainda mobiliza) os moradores que, por sua vez, buscam marcar a cidade e os seus acervos com suas histórias pessoais e familiares.

A presente dissertação apresenta uma discussão sobre os manuais escolares de geografia como fontes, refletindo sobre a forma em que esses acervos se constituíram nas instituições de guarda em uma cidade específica. Os encaminhamentos aqui apresentados podem colaborar na crítica necessária as fontes das pesquisas no campo da história da geografia, afinal, de que maneira a constituição dos conjuntos de materiais investigados conduzem os caminhos e resultados de uma pesquisa? É uma questão que se abre para investigações futuras.

As noções de “quadro” e “enquadramento” (GOMES, P., 2017), aplicadas ao estudo dos acervos da Cidade de Goiás (GO) e seus conjuntos de manuais escolares de geografia, se configuram como uma contribuição do trabalho ao campo da história da geografia escolar. Visto que, por meio dessa abordagem, foi possível conceber a geografia em diferentes lugares e tempos, não limitando a análise aos “muros da escola”, mas como uma composição de objetos, pessoas, instituições e trajetórias. Permitindo, assim, uma análise geográfica do passado da disciplina escolar.

Esse trabalho tem muitas limitações que são o resultado das idas e vindas ao longo da investigação e das dificuldades com as fontes. Reconhece-se os limites da análise no que tangem os locais de produção, passagem e recepção dos manuais. Infelizmente, não foi possível um maior aprofundamento no papel desses espaços e suas relações. Sabe-se que o trabalho indica a relação entre a “educação” e a “memória”, contudo, admite-se que ainda há muito o que ser discutido sobre tal elo, sendo possível um desenvolvimento acerca da vinculação entre o ensino de geografia, a patrimonialização e a construção da memória na Cidade de Goiás, sob uma perspectiva geográfica.

Nas páginas anteriores esboçamos a maneira que encontramos de utilizar o pensamento espacial para compreender a formação dos arquivos das instituições de guarda e de seus conjuntos de livros escolares, especificamente. Contudo, assumimos que esta não se configura como a única abordagem ou a melhor, e sim a que foi possível de se realizar no tempo e com o material disponível. O intuito era apresentar uma alternativa geográfica ao estudo dessas fontes que, usualmente, são estudados pelo viés do seu conteúdo e do currículo da disciplina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da geografia escolar: a geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v.1, n. 2, jul./dez., 2011, p. 19-51.

_____. Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 2, n. 2, fev., 2014, p. 13-23.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: Educ; Brasília: Inep/MEC, 1989.

ALI, M.S. **Compêndio de Geografia Elementar**. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemert & Cia., Livreros-Editores, 1905.

AMARAL, T. do. **Geografia Elementar**. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia., 1907.

AMARAL, Gabriela Leles. **A gênese da geografia escolar em Goiás: estudo do Colégio Lyceu**. 2017. 94 fls. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

ARQUIVO Público do Distrito Federal. **Projeto “Documentos Goyaz”**: guia de pesquisa. Volume 1. Brasília, 2014. Disponível em: < <http://www.arpdf.df.gov.br/>> Acesso em 20/ 06/ 2019.

BACKHEUSER, Everardo. A nova concepção de geographia. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, tomo XXXI, p. 75-89, ano 1926-1927.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Livros e leituras do Gabinete Literário Goiano na sociedade oitocentista de Goiás. **Educativa**, Goiânia, v. 11, n. 1, jan./jun., 2008. p. 85-97.

BARROS, Fernanda. **O tempo do Lyceu em Goiás: formação humanista e intelectuais 1906-1960**. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história.** Campinas: Mercado das Letras, 2009.

BILAC, O.; BOMFIM, M. **Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias.** 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1918.

_____. **Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias.** 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1910.

_____. **Livro de Composição para o curso complementar das escolas primárias.** 2. ed. Rio de Janeiro: Laemert & Cia. Editores, 1904.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** 1993. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BITTENCOURT, F. P. **Compêndio de Corografia do Brasil.** 8. ed. Rio de Janeiro/Paris: Francisco Alves & Cia. Aillaud, Alves & Cia., 1919.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história: ou O ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOMFIM, M. **Primeiras Saudades.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação.** n. 10, jul./dez., 2005. p. 193-220.

BOTELHO, J.N.R. **Curso de Geografia.** Lisboa: Livraria Ferin, 1909.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás.** Goiânia: UFG, 1991.

CABRAL, M. da V. **A Europa Atual.** Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, Editor, 1921.

_____. **Compêndio de Corografia do Brasil**. Rio de Janeiro: A Noite, 1916.

CARVALHO, D. de. **Geografia do Brasil**. 7.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1934.

_____. **Geografia humana: política e econômica**. Edição Provisória. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

_____. **Geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfico-Editora, 1913.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. **Estudos Históricos**, n. 36, jul./dez., 2005. p. 33-42.

CASTRO, Demian Garcia; VILELA, Carolina Lima; CORREA, Marcio Nery; BIAZZO, Pedro Paulo. Entrevista Professora Dadá Martins. **Giramundo – Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jan./jun. 2015, p. 126-137.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço. In: _____ (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 7-18.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, p. 177-22, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n. 3, set./dez., 2004. p. 549-566.

_____. O historiador e o livro escolar. **História da educação**. Pelotas, v. 11, abr., 2002. p. 5-24.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

_____. **Esquemas geo(gráficos): textos**. Rio de Janeiro: NEPEC, 2010.

_____. Espaço: um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47.

_____. Interações espaciais. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 279-318.

CURSO Elementar de Geographia Atlas, 8. ed., Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Livraria Paulo Azevedo & Cia, 1923.

DAINVILLE, F. de. D'aujourd'hui à hier. La Géographie du livre en France de 1764 à 1945. **Le Courier graphique**, v. 50, 1951a, p. 43-52.

_____. D'aujourd'hui à hier. La Géographie du livre en France de 1764 à 1945. **Le Courier graphique**, v. 51, 1951a, p. 33-36.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

FEBVRE, L.; MARTIN, H. J. **L'apparition du livre**. Paris: Éditions Albin Michel, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Instituições científicas e formas de institucionalização do saber: uma contribuição a partir da ótica da história das ciências. **Terra Brasilis (Nova Série)**. v. 2, 2012.

_____. Uses and circulation of historical scientific instruments. *In*: GRANATO, Marcus; LOURENÇO, Marta C. **Scientific instruments in the history of Science**: studies in transfer, use and preservation. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 15-32, 2014.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 [1935].

FREIRE, O. **Geografia Geral**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

FURTADO, Janaína Lacerda. A vida estranha dos objetos: os alcances e limites de uma historiografia da ciência a partir dos instrumentos científicos. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 17, jul./dez., 2017, p. 12-34.

GEIKE, A. **Geografia Física**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Laemert & Cia. Editores. 1882.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

_____. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Explorações geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 13-42.

_____. **Quadros geográficos**: uma forma de ver, uma forma de pensar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GOMES, Rafael Augusto Andrade. A geografia de um livro nos caminhos de seu autor: uma análise a partir de *Geography and Vision*, de Denis Cosgrove. **Terra Brasilis (Nova Série)**, v. 8, 2017, p. 1-18.

_____. **Um percurso entre narrativas de vida**: trajetórias de Denis Cosgrove. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

GOYAZ (GO). Lyceu de Goyaz. **Termo de Exames Finais do Lyceu de Goyaz – Exame final de Geographia, Chorographia do Brasil e Elementos de Cosmographia**. Registro em: 22 dez. 1923 [1917].

GOODLAD, J. **The changing school curriculum**. New York: Fund for the Advancement of Education, 1966.

GOODSON, Ivor. **International perspectives in curriculum history**. London: Routledge, 1988.

_____. **School subjects and curriculum change**: case studies in curriculum history. London: Croom Helm, 1983.

_____. **Social histories of the secondary curriculum**: subjects for study. London: Falmer Press, 1985.

_____. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Revista Teoria e Educação**, n. 2, p. 231-255, 1990.

GRAVES, Norman; MURPHY, Brendan. Research into geography textbooks. In: KENT, Ashley (ed.). **Reflective practice in geography teaching**. Londres: Paul Chapman Publishing, 2000, p. 228-237.

HACKING, Ian. **Representing and intervening**: introductory topics in the philosophy of natural science. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

H AidAR, Maria de Lourdes Maritto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: EDUSP, 1985.

HILL, Michael R. **Archival strategies and techniques**. Newbury Park, London, New Delhi: Sage Publications, 1993.

ISSLER, Bernardo. **A geografia e os estudos sociais**. 1973. 253 F. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 1973.

IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos. In: Reunião Científica da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação Sul. 10. **Anais** [...]. Universidade Estadual de Santa Catarina: Florianópolis, 2014. p. 1-18.

JOHNSTON, R. J. On disciplinary history and textbooks: or where has spatial analysis gone? **Australian Geographical Studies**, v. 38, 2000, p. 125–37.

JUBÉ, Alcide Celso Ramos. **A Eurásia e África (depois da grande guerra)** – Physiographia. Goyaz: Papelaria, typographia e encadernação C. Alves Pinto, 1924.

_____. **Ensaio de chorographia de Goyaz.** Goyaz: Papelaria e typographia Caetano Alves Pinto, 1919.

_____. **Exercícios de Geographia.** Goyaz: Typographia de A. Patroclo, 1926.

_____. **Lições de Geographia Descritiva.** vol. I. Goyaz: [s.n.], 1929.

_____. **Terras do Brasil (Summula da Geographia Brasileira).** Goyaz: Papelaria, typographia e encadernação C. Alves Pinto, 1927.

JUBÉ, Antônio Celso Ramos. **Professor Alcide Jubé: um catedrático por excelência.** Goiânia: Kelps, 2017.

KEIGHREN, Innes M. **Bringing geography to book: Ellen Semple and the reception of geographical knowledge.** Londres: I. B. Tauris & Co, 2010.

_____. Geographies of the book: review and prospect. **Geography Compass**, v. 7, n. 11, 2013, p. 745-758.

KLIEBARD, H.M. The Curriculum Field in Retrospect. *In*: PITT, P.W.F. (ed.). **Technology and the Curriculum.** New York: Teachers College Press, 1968, p. 69-84.

KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11 (suplemento 1), 2004, p. 109-129.

KULESKA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil (1870-1910). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 79, n. 193, set./ dez., 1998, p. 63-71.

LACERDA, Janaína. Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível. **Histórica: revista on line do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, ano 2, ago., 2006, p. 1-9.

LAMEGO, Mariana. Genius loci: duas versões da geografia quantitativa no Brasil. **Terra Brasilis (Nova Série)**, v. 5, 2015, p. 1-15.

_____. **Práticas e representações da geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura.** 247 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. **Le pouvoir des bibliothèques.** La mémoire des livres dans la culture occidentale, sous la direction de Christian Jacob et Marc Baratin, Albin Michel, pp.23-46, 1996.

LELES, Gabriela. Alcíde Jubé (1896-1961) e a geografia escolar em Goiás. **Terra Brasilis (Nova Série)**, v. 10, p. 1-18, 2018.

LIVINGSTONE, David. **Putting science in its place: geographies of scientific knowledge.** Chicago: The University Chicago Press, 2003.

_____. Science, text and space: thoughts on the geography of reading. **Transactions of the Institute of British Geographers**, n. 30, 2005, p. 391-401.

_____. The spaces of knowledge: contributions towards a historical geography of science. **Environmental and Planning: Society and Space**, v. 13, 1995, p. 5-34.

MAIA, Eduardo José Pereira. **A Geografia escolar na província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889.** 2014. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MACHADO, Lia Osorio. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas.** 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 309-352.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. **Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, n. 25, 2005, p. 39-57.

MARSDEN, William E. **The school textbook: geography, history and social studies**. Londres, Nova York: Routledge, 2001.

MARTINS, A. de R. **Geografia Elementar**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura/ Conselho Estadual de Educação, 1996.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, n. 115, 1983, p. 103- 117.

MIEL, A. Reassessment of the Curriculum - Why?. *In*: HUEBNER, D. (ed.). **A Reassessment of the Curriculum**. New York: Teachers College Press, 1964, p. 9-23.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias**. São Paulo: Ed. Nacional, 1939-1940. 3 v.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo – Revista de Ciências da Educação**, n. 1, set./ dez., 2006. p. 71-84.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: Edusp, 1974.

NETTO, A; BILAC, O. **A Terra Fluminense**. Educação Cívica. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

NOVAES, C. de. **Geografia especial ou Corografia do Brasil** (Organizadas de conformidade com os programas dos ginásios oficiais, dos cursos anexos às Faculdades Livres do Brasil e das Escolas Normais da União). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia. Ailaud, Alves & Cia., 1912.

NOVAES, C. de. **Geografia Secundária**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1908.

OGBORN, Miles; WITHERS, Charles W. J. (ed.). **Geographies of the book**. Farnham: Ashgate, 2010

OPHIR, Adir. Das ordens no arquivo. In: SALOMON, Marlon (org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 73-98.

_____; SHAPIN, Steven. The place of knowledge a methodological survey. **Science in Context**, v. 4, n. 1, 1991, p. 3-22.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na história da educação. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, n. especial, mai., 2012. p. 228-238.

PARENTE-RIBEIRO, Leticia. Excepcionalismo em geografia: um exame histórico e epistemológico. **Revista de Pós-Graduação em Geografia – UFRJ**. v. 3, n. 3, 1999.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz: de arraial a patrimônio mundial**. Goiânia: Kelps, 2018.

PATTISON, William D. As quatro tradições da geografia. **Boletim Carioca de Geografia**. n. 27, Rio de Janeiro, jun., 1976, p. 131-142.

PAWELS, G. **Apontamentos de Corografia**. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1923.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2009 [1989].

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822)**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

RYAN, James, R. History and philosophy of geography: bringing geography to book, 2000-2001. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 2, 2003, p. 195-202.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

_____. Delgado de Carvalho e a orientação moderna no ensino da geografia escolar brasileira. **Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**, ano I, n.1, p. 83-109, jan./jun. 2000.

_____. Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942). **Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente**, v. 2, n. 12, dez., 1998, p. 1-12.

_____. O Colégio Pedro II e a institucionalização da geografia escolar no Brasil Império. **Giramundo: Revista do Colégio Pedro II**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15-34, jan./ jun., 2014.

SAINT-GEORGES, Pierre de. Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político. In: ALBARELLO, Luc et al (org.). **Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

SALOMON, Marlon. Saber dos arquivos. In: _____ (org.). **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011. p. 5-17.

SANTOS, Cristian José Oliveira dos. Conhecer para conservar: a constituição e dispersão dos fundos arquivísticos da Igreja Católica na cidade de Goiás (GO). **Arquivística.net**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, ago./dez., 2006. p. 52-69.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. 9. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1992.

SCHÄFER, Lothar; SCHNELLE, Thomas. Introdução: fundamentação da perspectiva sociológica de Ludwik Fleck na teoria da ciência. In: FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**: introdução à doutrina do estilo de pensamento e do coletivo de pensamento. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010 [1935], p. 1-36.

SCROSUPI, H. **Lições de Corografia do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Casa Duprat, 1917.

SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. **El Leviathan y la bomba de vacío: Hobbes, Boyle y la vida experimental**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2005 [1985].

SILVA, Jeane Medeiros. **A bibliografia didática de Geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814-1930...)**. 2012. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2012.

_____. **A constituição de sentidos políticos em livros didáticos de Geografia na ótica da Análise do Discurso**. 2006. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2006.

_____. A literatura como fonte para a história da geografia escolar no Brasil. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 22, n.8, p. 1-12, 2018.

SILVA, Kelly Cristina Rodrigues. **A experiência cotidiana do lugar: relatos de espaço dos velhos moradores da cidade patrimônio**. 2016. 350 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. **Terra Brasilis (Nova Série)**. v.1, 2000, p. 1-30.

TAMASO, Izabela. **Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás**. 2007. 768 fls. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VLACH, Vânia Rubia Farias. **A propósito do ensino de geografia: em questão o nacionalismo patriótico**. 1988. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.

WITHERS, Charles. History and philosophy of geography, 2002-2003: geography in its place. **Progress in Human Geography**, n. 29, v. 1, p. 64-72, 2005.

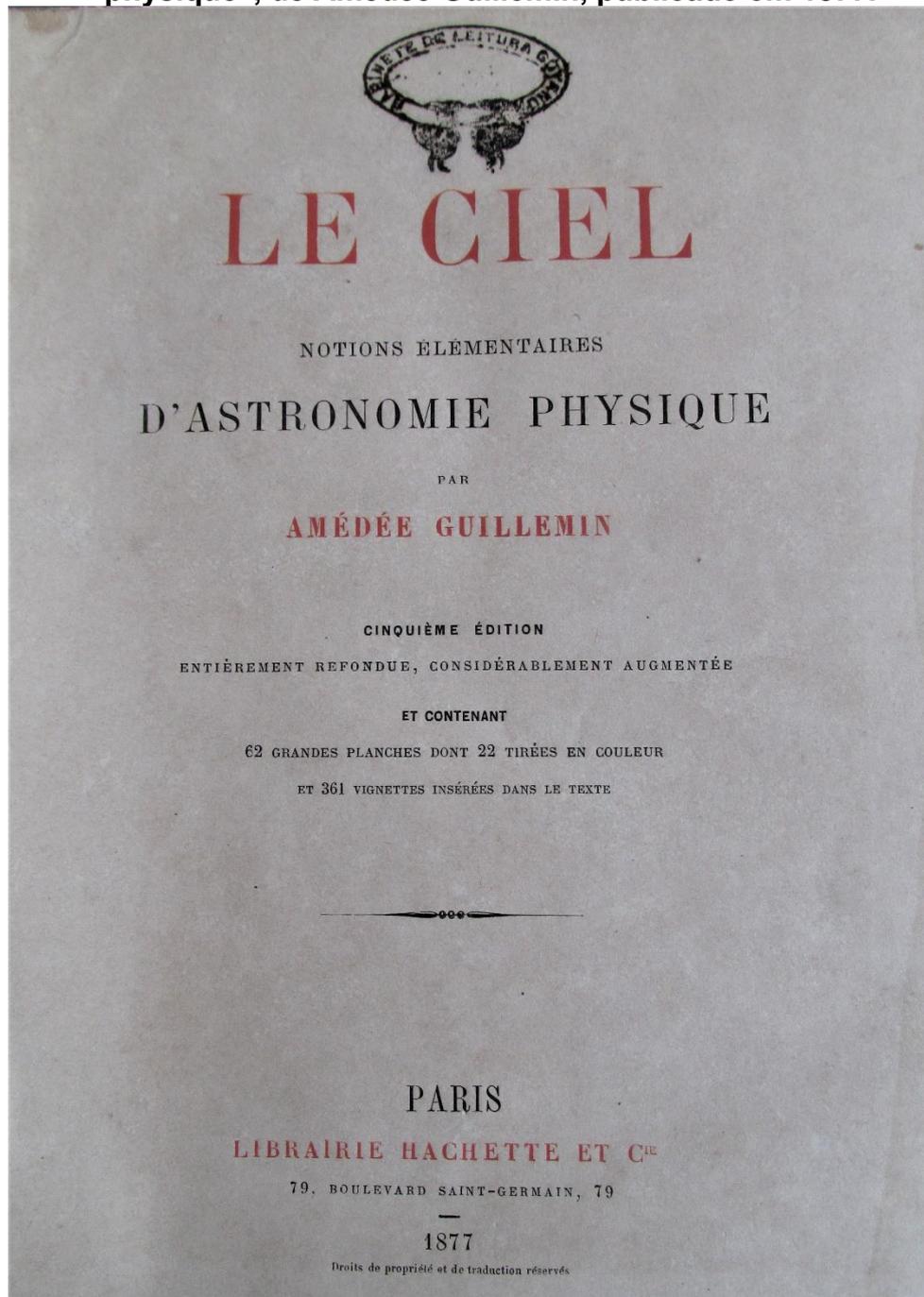
ANEXOS

Páginas iniciais de “*La Terre – phénomènes de la vie du globe*”, de Élisée Reclus, publicado em 1876.



Autora: Gabriela Leles (2019).

Página de “Le Ciel – notions elementaires d’astronomie physique”, de Amédée Guillemin, publicado em 1877.



Autora: Gabriela Leles (2019).

APÊNDICES

Percurso dos arquivos das instituições de guarda da Cidade de Goiás (1846-2019)

Ano (a partir da constituição do acervo)	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO		FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI	
	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
1846	Casa de Tesouraria/ Goiás	Criação e início do funcionamento.				
1850	Casa de Tesouraria/ Goiás	Lei n.7 de 5 de junho de 1850, cria a biblioteca do Lyceu. Contudo, até 1858 não há registro de compra de livros.				
1857	Sede própria do Lyceu (sede atual) / Goiás	Transferência para a sede própria.				
1864			Palácio da Assembléia Legislativa/ Goiás	Criação e instalação provisória do Gabinete.		

	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO		FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (continua)	
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
1867	Lyceu de Goyaz/ Goiás	Escola passou a abrigar o Gabinete Literário Goyano que, por sua vez, atendia à comunidade de professores e alunos do Lyceu, sendo destinada verba pública para a compra de livros que atendessem às demandas das disciplinas ministradas na instituição.	Lyceu de Goyaz/ Goiás	Transferência da sede do Gabinete; Funcionava como biblioteca pública e escolar, atendendo à comunidade do Lyceu.		
1884	Lyceu de Goyaz/ Goiás	Criação da Eschola Normal Official, anexa ao Lyceu de Goyaz, cujo corpo docente e administrativo era compartilhado com a instituição.				

	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO		FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (continua)	
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
1909	Lyceu de Goyaz/ Goiás	O Gabinete Literário Goyano foi transferido para outro edifício e o Lyceu ficou sem biblioteca.	Sede própria, no Largo do Chafariz/ Goiás	Transferência para edifício construído para abrigar a instituição.		
1930			Rua Joaquim Guedes (sede atual) / Goiás	Transferência para salão adquirido para abrigar a instituição, em função das condições deterioradas do antigo prédio.		
1937	Lyceu de Goyaz/ Goiânia	Em função da transferência da capital do estado de Goiás, o Lyceu foi transferido para Goiânia.				

	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO		FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (continua)	
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
1938	Ginásio Oficial de Goiás/ Goiás	Criação da sucursal ¹ do Lyceu, na cidade de Goiás, com o nome de Ginásio Oficial de Goiás, que funcionava nas antigas instalações do Lyceu de Goyaz.			Convento do Rosário/ Goiás	Chegada dos Dominicanos italianos, da Província de Utrius, na cidade de Goiás. Dentre eles, Frei Simão Dorvi. Este, ao longo de suas viagens pelo estado de Goiás, à serviço Igreja, recolheu documentos históricos, religiosos e civis e criou um centro documental particular, misto de biblioteca e arquivo, constituído por documentos procedentes de cidades e instituições religiosas distintas tais como paróquias, dioceses, irmandades, etc.
1957					Cúria de Goiânia/ Goiânia	Criação da Arquidiocese de Goiânia; Transferência de parte do acervo documental.

	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO		FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (continua)	
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
196?					Instituto de Pesquisas e Transferência de parte do acervo recolhido por Históricos do Frei Simão, que estava Brasil Central alocado na Cúria de (IPEHBC)/ Goiânia, para o IPEHBC. Goiânia	
1965	Colégio Estadual Mauro Borges Teixeira (atual Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé)/ Goiás	Construção de um novo prédio, onde a instituição passa a funcionar com o nome “Colégio Estadual Mauro Borges Teixeira”. Contudo, em 1967, o nome da escola é novamente alterado, passando a se chamar “Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé”.				
1970					Convento do Rosário/ Goiás	Criação da Fundação Educacional da Cidade de Goiás (FECIGO), atual Fundação Cultural

			Frei Simão Dorvi, por Frei Simão.
	LYCEU DE GOYAZ	GABINETE LITERÁRIO GOYANO	FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (continua)
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade Acontecimento	Local/Cidade Acontecimento	Local/Cidade Acontecimento
1979			Palácio Conde dos Arcos/ Goiás Transferência da sede da fundação.
1981			Orfanato São José/ Goiás Parte do acervo (livros de assentos de batismos, casamentos e óbitos, bem como processos matrimoniais, livros-índice e livros tombo) foi transferido.
1984			Prédio da Faculdade de Direito/ Goiás Transferência da sede da fundação.

1992			Rua d'Abadia (sede atual)/ Goiás	Transferência para sede própria.
	LYCEU DE GOYAZ		GABINETE LITERÁRIO GOYANO	FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI (conclusão)
Ano (a partir da constituição do acervo)	Local/Cidade	Acontecimento	Local/Cidade	Acontecimento
1993	Colégio Estadual de Goiás (antiga sede do Lyceu de Goyaz)/ Goiás)	Decreto determina o reinício das atividades do Lyceu de Goyaz que, nesse momento, passa a utilizar se chamar “Colégio Estadual de Goiás”. Contudo, em 1994, o antigo nome da instituição volta a ser a denominação oficial da instituição, chamando-se, desde então, “Lyceu de Goyaz”.		
200?	Núcleo de Referência Histórico das Escolas da Cidade de Goiás/ Goiás)	Documentos internos do Lyceu e de outras escolas da cidade de Goiás (até a década de 1930, antes da transferência da capital)	Rua Joaquim Guedes (sede atual) / Goiás	Gabinete foi fechado, por tempo indeterminado.

	(funcionava na Secretaria de Educação de Goiás, alocada no Colégio Estadual Prof. Alcide Jubé)	foram reunidos em um centro de referência para estudos históricos. O acervo era composto, também, por doações de ex-alunos(as) dessas escolas (cadernos das disciplinas, livros utilizados, fotos etc).		
201?	Subsecretaria de Educação do Estado de Goiás (alocada no Colégio Estadual Alcide Jubé) / Goiás	O Núcleo de Referência Histórico das Escolas da Cidade de Goiás foi fechado e o acervo transferido para uma sala na subsecretaria de educação, fechado para visitação e pesquisa.		
2019	Lyceu de Goyaz/ Goiás	Parte do acervo do Núcleo de Referência, que dizia respeito ao Lyceu, foi transferido para o prédio da institui�o.		

Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL (2014); BRETAS (1991); PASSOS (2018); SANTOS, C. (2006).

Elabora o: Gabriela Leles, 2019.

Conjuntos de manuais escolares de geografia dos acervos da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, Lyceu de Goyaz e Gabinete Literário Goyano

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI						
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO
1910	Annúário histórico, geográfico e descriptivo do estado de Goyaz	Francisco Ferreira dos Santos Azevedo	Livraria Seculo XX – Aredio de Souza	Uberada/Araguary/Goyaz		Aluna Consuelo Caiado
LYCEU DE GOYAZ						
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO
1911	Compêndio de corographia do Brasil (de acordo com o Programma do Gymnasio Nacional)	Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt	Francisco Alves e Cia/ Aillaud, Alves e Cia	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte/ Paris/ Lisboa		Aluna Rosa Pelles
1925	Mineralogia e Geologia	Dr. Ruy de Lima e Silva e Dr. Waldemiro Potsch	Empresa de publicações brasileiras	Rio de Janeiro		
1929	Lições de Geographia Descriptiva – vol. 1	Alcíde Celso Ramos Jubé		Goyaz		Biblioteca Professor Alcíde Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1932	Curso cosmographia de	O. de Oliveria Reis/ J. de Lamare S. Paulo	Livraria Francisco Alves	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte		
s/d	Curso de cosmografia elementar		Livraria Paulo de Azevedo e Cia.	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte		Aluna Josephina Pelles
s/d	Curso Methodico de Geographia: physica, politica, histórica, comercial astronômica (composto Para Uso das Escolas Brasileiras)	Dr. Joaquim Maria de Lacerda	Livraria Garnier	Rio de Janeiro/ Paris		Aluna Rosa Pelles
s/d	Elementos de Cosmographia (por F.I.C.)		Livraria Garnier	Rio de Janeiro/ Paris		

GABINETE LITERÁRIO GOYANO						
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORIA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO
1864	L'economie agricole et domestique			Paris		Gabinete Literário Goyano
1865	Les mondes – causeries astronomiques	Amédée Guillemin	M. L.	Paris		Gabinete Literário Goyano
1869	L'Amérique actuelle	Émile Jonveaux	Charpentier, Librairie – editeur	Paris		Gabinete Literário Goyano
1870	Déluge mosaïque – L'histoire et la géologie		L'abbé Ed. Lambert/ Victor Palmé, Librairie – editeur	Paris		Gabinete Literário Goyano
1870	L'Astronomie, L'a météorologie et la géologie	H. Le Hon	C. Reinwald	Paris	Livraria de B. L. Garnier – Rio de Janeiro	Gabinete Literário Goyano
1873	Lembranças e curiosidades do Valle do Amazonas	Cônego Francisco Bernardino de Souza	Typ. Do Futuro	Pará		Gabinete Literário Goyano
1874	La lune – encyclopédie populaire	Amédée Guillemin	Librairie Hachette	Paris		Gabinete Literário Goyano
1874	Les obseratoires em Europe et em Amérique	C. André/ G. Rayet	Gauthier – Villars	Paris		Gabinete Literário Goyano

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1874	Les obseratoires em Europe et em Amérique	C. André/ G. Rayet/ A. Angot	Gauthier – Villars	Paris		Gabinete Literário Goyano
1874	Les Roches – description de leurs éléments – méthode de détermination	Édouard Jannettaz (Docteur ès-Sciences, aide de Minéralogie au Muséum Répétiteur à l'École des Hautes-Études)	J. Rothschild – éditeurs	Paris		Gabinete Literário Goyano
1874	Tableaux de la nature	Alexandre de Humboldt	L. Guérin et Cia	Paris		Gabinete Literário Goyano
1875	Indicações agrícolas para emigrantes que se dirigem ao Brazil					Gabinete Literário Goyano
1875	Sibérie orientale		Octave Sachot	Paris		Gabinete Literário Goyano
1877	La Terre 1 – Les ecundário – phénomènes de ecund du globe	Elisée Reclus	Librarie Hachette	Paris		Gabinete Literário Goyano
1877	L'Astronomie Pratique – Les observatoires	C. André/ G. Rayet	Gauthier – Villars	Paris		Gabinete Literário Goyano
1878	Les obseratoires em Europe et em Amérique	C. André/ G. Rayet/ A. Angot	Gauthier – Villars	Paris		Gabinete Literário Goyano

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1880	La Terre et les Mers	Louis Figuier	Librairie Hachette et Cia	Paris		Gabinete Literário Goyano
1885	Le Canadá – L'émigration française	Frédéric Gerbié	Challamel ainé, editeur	Paris		Gabinete Literário Goyano
1886	Jornal do Agricultor – jan./jun.			Rio de Janeiro		Gabinete Literário Goyano
1888	Jornal do agricultor (jan./jun.)			Rio de Janeiro		Gabinete Literário Goyano
1891	Jornal do Agricultor – jul./dez.			Rio de Janeiro		Gabinete Literário Goyano
1893	Boletim (ano 1888)	Instituto Agronômico de Campinas		Campinas		Gabinete Literário Goyano
1893	The State os Ceará – brief notes of the exposition of Chicago	Dr. José Freire Bezerril		Chicago		Gabinete Literário Goyano
1894	O regime das riquezas	J. P. Oliveira Martins	Editora Livraria de Antonio Maria Pereira	Lisboa		Gabinete Literário Goyano

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1898	Lições de geographia geral (preliminares de geographia physica e geographia politica – 64 pontos que não se encontram methodizados nos compendios communs)	Basilio Magalhães de	Typographia Aurora	São Paulo	São João Del Rey	Biblioteca Professor Alcide Jubé
1899	Lições de botânica geral	Dr. Maximino Maciel	Livraria Garnier	Rio de Janeiro/ Paris		Aluna Consuelo Caiado
1900	Estados Unidos do Brasil – Geographia, ethnographia, estatística	Elisée Reclus	H. Garnier	Rio de Janeiro/ Paris	Apulcho de Alencastro – armarinho – Cidade de Goiás	Biblioteca Professor Alcide Jubé
1903	Exercicios cartographicos	Olavo Freire	Livraria Classica de Francisco Alves & Cia.	Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1905	Cultura Campos	J. F. de Assis Brasil	Ed. Mounier, Jeanbin & Cia.	Paris		Gabinete Literário Goyano
1905	Cultura dos Campos	J. F. de Assis Brasil	Mounier, Jeanbin & Cia	Paris		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1905	Cultura dos Campos	J. F. de Assis Brasil	Mounier, Jeanbin & Cia	Paris		Aluna Consuelo Caiado
1906	Norte do Brasil – através do Amazonas, do Pará e do Maranhão.	Drs. Victor Godinho e Adolpho Lindenberg	Laemmert & Co	Rio de Janeiro/ São Paulo	Apulcho de Alencastro – armarinho – Cidade de Goiás	Biblioteca Professor Alcide Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1907	Recollections of a ill-fated expedition – The headwaters of Madeira river in Brazil	Neville B. Braig	J. B. Lippincott Company	Filadélfia/ Londres		Gabinete Literário Goyano
1908	A canna e o assucar nas antilhas	M. A. Santos Dias Filho	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro		Aluna Consuelo Caiado
1908	Conclusões do 2º Congresso Nacional da Agricultura			Rio de Janeiro		Aluna Consuelo Caiado
1908	Nomenclatura geográfica – subsídios para a restauração da toponímia em língua portuguesa	Fortunato de Almeida (Professor de geographia)	Imprensa da universidade	Coimbra		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1908	O Rio Grande do Sul – contribuição para o estudo de suas condições económicas	Ernesto Antonio Lassance Cunha	Imprensa Nacional	Rio de Janeiro		Gabinete Literário Goyano
1909	Atlas do Brasil (o solo do Brazil/ systema orographico e hydrographico/ clima do Brazil, dados estatístico etc.)	Barão Homem de Mello/ Dr. F. Homem de Mello	F. Briguiet & Cia editores	Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcide Jubé

1913	Geografia secundária (2ª série)	Mário de Veiga	Livraria Jacintho			Biblioteca Professor Alcíde Jubé
ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1913	Os estados da república (Para estudo nos gymnasios e nas escolas normaes do Brazil)	Sebastião Paraná	Livraria econômica	Coritiba	Apulcho de Alencastro – armarinho – Cidade de Goiás	Biblioteca Professor Alcíde Jubé
1914	Compendio de Corographia do Brasil	Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt	Francisco Alves e Cia/ Aillaud, Alves e Cia	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte/ Paris/ Lisboa		Aluna Consuelo Caiado
1914	Compendio de Corographia do Brasil	Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt	Francisco Alves e Cia/ Aillaud, Alves e Cia	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte/ Paris/ Lisboa	Alencastro Veiga – armarinho – Cidade de Goiás	Aluna Consuelo Caiado
1914	Pequena geographia elementar	Jacintho Silva (Professor público)	Selbach e Cia (livreiros editores)	Porto Alegre		Biblioteca Professor Alcíde Jubé
1915	Geologia Elemental (preparada com referencia especial aos estudantes brasileiros e a geologia do Brazil)	John C. Branner (presidente e lente de geologia na Universidade Stanford em California)	Francisco Alves/ Aillaud, Alves & Cia	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte		Biblioteca Professor Alcíde Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1917	Pontos de geographia (organizados de accordo com o programma de ensino primario do Estado de Minas Geraes	Dr. Ancil	Typ. Moraes	Marianna		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1917	Trecento quesiti de esercizi di geografia (ad uso dele scuole medie superiori) (seconda edizione)	Prof. Saverio Palazzani	Istituto Geografico de Agostini	Novara		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1918	Astronomia Illustrada (disposta para o uso das Escolas Públicas e municipais	Ara Smith (diretor da escola publica n. 12 da cidade de Nova York)	Livraria Garnier	Rio de Janeiro/ Paris		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1919	Ensaio de chorographia de Goyaz	Alcide Celso Ramos Jubé	Papelaria e Typographia de Caetano Alves Pinto	Goyaz		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1923	Geographia especial ou Chorographia do Brazil	Dr. Carlos de Novaes	Livraria Francisco Alves/ Paulo Azevedo & Cia	Rio de Janeiro/ Bello Horizonte/ São Paulo		Gabinete Literário Goyano
1924	A Eurasia e Africa (depois da grande guerra) – notas para estudantes – Physiographia	Alcide Celso Ramos Jubé	Papelaria e Typographia de Caetano Alves Pinto	Goyaz		Biblioteca Professor Alcide Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1925	Chorographia do Brasil (de acordo com o Grande Atlas Geographico do Brasil)	Olavo Freire (antigo aluno do Collegio Meses Vieira)	Cia Graphico – Editora Monteiro Lobato	São Paulo		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1925	Geografia Geral - compêndio destinado as Escolas Normaes, Lycêus, Gymnasios, Athenéus, Collegios Militares, Cursos de Adultos e de preparatórios.	Olavo Freire (antigo aluno do Collegio Meses Vieira)	Livraria Francisco Alves	São Paulo/ Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1926	Exercicios de geographia	Alcide Celso Ramos Jubé	Typographia de A. Patroclo	Goyaz		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1927	Terras do Brasil (summula da Geographia Brasileira)	Alcide Celso Ramos Jubé	Papelaria e Typographia de Caetano Alves Pinto	Goyaz		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1928	Meyers Geographischer Handatlas	Meyer	Bibliographisches Institut A. G.	Leipzig		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1928	Os nomes geographicos do Brazil	J. M. Monteiro	Officinas gráficas do O Globo	Rio de Janeiro	Livraria João Leite – Rio de Janeiro	Biblioteca Professor Alcide Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1929	Introdução á Geographia Política	Delgado de Carvalho	Livraria Francisco Alves	São Paulo/ Rio de Janeiro	Apulcho de Alencastro – armarinho – Cidade de Goiás	Biblioteca Professor Alcíde Jubé
1929	Noções de geographia (parte 1) – Estado do Rio Grande do Sul		Livraria do Globo	Porto Alegre		Gabinete Literário Goyano
1929	Primeiro livro de Chrographia do Brasil	Dr. J. Vasconcellos	Benedicto de Souza editor	Rio de Janeiro		Gabinete Literário Goyano
1930	Noções de Geographia (2ª parte – Brasil)	A. G. Lima	Livraria do Globo	Porto Alegre		Biblioteca Professor Alcíde Jubé
1930	Nova orientação da geographia moderna na escola activa brasileira (these apresentada ao Curso Superior de Cultura Pedagogica)	Claudionor Ribeiro (inspector escolar no Espirito Santo)	Typographia Geral	Victoria		Biblioteca Professor Alcíde Jubé
1930	Praticas de geographia (Para uso no Collegio Pedro II e no ensino secundário e normal)	Raja Gabaglia (Prof. Do Collegio Pedro II e do Instituto de Educação)	Livraria Francisco Alves (impresso em Typ. D'A Encadernadora)	Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcíde Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (continuação)
1932	Curso de Cosmographia	O. de Souza e J. de Lamares S. Paulo (do Collegio Pedro II)	Livraria Francisco Alves			Biblioteca Professor Alcide Jubé
1932	Geographia (curso secundário – 1ª série)	Veríssimo e Várzea	Alba	Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1933	Leituras Geograficas (Para o ensino secundário)	Raja Veríssimo e VárzeaGabaglia (Prof. Do Collegio Pedro II e do Instituto de Educação)	F. Briguiet & Cia editores	Rio de Janeiro	Apulcho de Alencastro – armarinho – Cidade de Goiás	Biblioteca Professor Alcide Jubé
1934	Asia y Africa	Diego Pastor	I. G. Seix & Barral Herms S. A.	Barcelona		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1934	Atlas escolar – globo terrestre	A. G. Lima	Edição da Livraria do Globo	Pôrto Alegre		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1934	Curso de geografia geral	Mário Vasconcellos da Veiga Cabral	Editores Livraria Jacintho			Gabinete Literário Goyano
1934	Espanña	Diego Pastor	I. G. Seix & Barral Herms S. A.	Barcelona		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1934	Europa III	Diego Pastor	I. G. Seix & Barral Herms S. A.	Barcelona		Biblioteca Professor Alcide Jubé
1934	Geografia Humana – destinada aos cursos pré-jurídicos (v. 26, série 2)	Aroldo de Azevedo	Companhia Editora Nacional	São Paulo		Biblioteca Professor Alcide Jubé

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTOR	EDITORA	LUGAR DE PRODUÇÃO	LUGAR DE PASSAGEM	PONTO DE RECEPÇÃO (conclusão)
1934	Noções de Geographia (parte III – globo terrestre)	A. G. Lima	Livraria do Globo	Porto Alegre		Biblioteca Professor Alcide Jubé
s/d	Elementos de cosmographia	Eugenio de Barros Gabaglia	Livraria Garnier	Rio de Janeiro/ Paris		Aluna Consuelo Caiado
s/d	Geographia – atlas – curso secundário (livro I)		Livraria Paulo de Azevedo & Cia	Rio de Janeiro/ São Paulo/ Bello Horizonte		Gabinete Literário Goyano
s/d	Las republicas hispano americanas	Emilio H. Del Villar	Sucesores de Manoel Soler	Barcelona/ Buenos Aires		Gabinete Literário Goyano
s/d	Nosso Mundo – geographia elementar em desenhos		Ateliê Seth	Rio de Janeiro		Biblioteca Professor Alcide Jubé

Elaboração: Gabriela Leles (2019).